

Dezembro 2007

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Angola em marcha-atrás, segundo relatório do PNUD.....	1
1.2 Crescimento economico não tem significado desenvolvimento	1
1.3 Cresce a economia mas o resto esta muito longe de ser exigido	2
1.4 Visão conservadora de combate á pobreza.....	3
1.5 Governo de Angola	3
1.6 O problema da Ruralização das cidades é falso	4
1.7 Presidente do tribunal de contas e representante do BM abordam financiamento de projectos.....	5
1.8 Nosso super deixará de ser nosso?.....	5
1.9 «Em 5 anos é possível reduzir-se a pobreza para níveis admissíveis».....	6
1.10 Detectada exploração mão-de-obra infantil na fazenda do general Faceira	7
2 Mercado Informal e Microfinanças	9
2.1 Policia mata vendedora ambulante.....	9
2.2 Problema na transferencia do mercado da "feira"	10
2.3 Há ou não cumplicidade na morte da Zungueira.....	10
2.4 A vítima dos congolenses era esposa de um agente da Policia.....	11
2.5 Casos concretos de brutalidades policial	12
2.6 É melhor vir daí um semba	12
2.7 Exigi-se participação da sociedade	13
2.8 Erros de planificação	14
2.9 «É melhor só fazer coragem».....	14
2.10 Levantar a irá da Policia.....	14
2.11 A utilidade dos pequenos officios na redução da pobreza	15
2.12 Vendedores denunciam maus tratos constantes	16
2.13 Viver quixiquilando em Luanda	16
2.14 Governador da província pede calma e compreensão aos vendedores.....	17
2.15 Alternativa na... sujeira!.....	18
2.16 Três mil cidadãos da zona rural recebem micro- crédito.....	18
3 Governação e Descentra-lização	19
3.1 ... E a sociedade civil não organizada?	19
3.2 Autárquicas podem ser usadas para adiar presidências	19
3.3 OGE/2008 submetido hoje à votação final.....	20
3.4 Assembleia nacional aprovou ontem orçamento geral do estado para 2008.....	20
3.5 Governação divide parlamentos	21
3.6 Autarquias devem ser discutidas em fórum mais abrangentes.....	22
3.7 Sobas apelam ao governo para acelerar via de acesso	22
3.8 «O Divagas divagas, o João pergunta e as autarquias locais».....	23
3.9 Conselho de ministros impõe limites às despesas das unidades orçamentais	25
3.10 II encontro provincial das autoridades tradicionais "valorizar o poder tradicional"	25
4 Eleições e Educação Cívica	26
4.1 Partidos e Eleições.....	26
4.2 Governo assegura dinheiro para legislativas em 2008.....	27
4.3 Há cidadão registados sem nomes nos cadernos eleitorais	27
4.4 Comissão executiva eleitoral regista mais de 800 reclamações	28
4.5 Oposição defende extinção da CIPE.....	28
4.6 Rede eleitoral-Cunene promove seminário sobre etapas do processo	28
4.7 Autarquias locais depois das presidenciais	29
4.8 Eduardo dos Santos anuncia eleições para 5 e 6 de Setembro de 2008	29

4.9 Eleições legislativas em setembro de 2008.....	30
4.10 Unita quer eleições num dia.....	30
4.11 Data das eleições e chicoca no final do ano.....	30
4.12 Polícia Nacional vai reforçar acções de asseguramento às eleições.....	31
5 Educação, Juventude e Criança	32
5.1 Mortalidade infantil baixa no mundo, afirma UNICEF.....	32
5.2 Crianças vitimas de minas recebem vitimas de minas.....	32
5.3 Angola lança apelo em Nova Iorque a favor das crianças vítimas de abuso.....	32
5.4 Engenho explosivo mata crianças no Bié.....	33
5.5 Mulher continua relegada para segundo plano.....	34
5.6 Estudantes com carência económica beneficiarão de bolsas de estudo.....	34
5.7 Detectada exploração mão-de-obra infantil na fazenda do general Faceira.....	35
5.8 Cunene: Governador insta autoridades tradicionais a incentivarem a população à alfabetização.....	35
5.9 Kuando Kubango: Conselho provincial da juventude quer ensino superior na província.....	36
5.10 Bié: Registo gratuito de menores abrange mais de cinco mil crianças.....	36
6 Terra, Habitação e Urbanização	38
6.1 Pesquisa revela Luanda como cidade mais cara do Mundo.....	38
6.2 A grandeza do «lar do patriota» II.....	39
6.3 Despachos ordenam registos de de 55 imóveis a favor do estado.....	40
6.4 Deputado angolano espancado no «Iraque».....	41
6.5 Nandó e S.O.S Habitat de costas viradas.....	41
6.6 Nova vida deixa camponeses em pânico.....	42
6.7 Terrenos de camponeses provoca discussão entre o administrador capital.....	43
6.8 Estão abandonados.....	44
6.9 Festas «infelizes» nas tendas.....	44
6.10 Kussuma lança pedra para construção de escola em terreno conflituoso.....	45
6.11 Luz no fundo do tunel.....	46
6.12 Parece infundável a agonia nos centros de acolhimentos.....	46
7 Serviços Básicos	48
7.1 Elisal deixa "cair" cidadãos.....	48
7.2 Crianças apresentam alterações nervosas.....	48
7.3 Importaram o brometo de sodio.....	49
7.4 Chuvas podem aumentar níveis de Cólera.....	49
7.5 Água rara em Luanda.....	50
7.6 Job Capapinha promove campanha especial de Limpeza.....	50
7.7 Populações das Zonas rurais da Huila terão água potável.....	51
7.8 Municípios da Matala estão já a beneficiar do projecto.....	51
7.9 Liquido voltará a jorrar nas torneiras do Dondo.....	52
7.10 Dilúvio no Cazenga.....	52
7.11 Empresas de recolha de lixo abusam da paciência dos Luandenses.....	53
7.12 Chuvas provocam a fome no Alto Zambeze.....	53
7.13 Saneamento básico, mercados, água, luz, delinquência etc.....	53
8 Paz e Reconciliação	55
8.1 MPLA versus UNITA: vítimas que matam.....	55
8.2 Antigos refugiados de regresso á Zambia.....	56
8.3 Angola defende solução para crise no leste da RDC.....	56
8.4 Embaixador na RCD convida emigrantes a participarem na reconstrução do País.....	57
8.5 Conflito armado inibiu propagação da doença.....	57
8.6 Sobas defendem rápida recuperação das vias de acesso.....	58
8.7 Nova vaga de violência contra civis em Cabinda.....	58

8.8 Cabinda Bento Bembe satisfeito com memorando de Paz	58
8.9 Camponeses regressam as terras do cunene agora desminadas.....	59
9 Jornal Comunitário	60
9.1 Ganância pelo kumbo ignora chafariz	60
9.2 Administração nunca encerrou rádio ngola kiluange	60
9.3 Embaixadora do Canadá visita inforsambila	60
9.4 Encarregados de educação constroem duas salas de aulas	60
9.5 População do sambizanga afluem aos postos de registo	61
9.6 Sida retratada em teatro.....	61
9.7 AEC Visita sinistrado do Cazenga	61
9.10 Petizes, solidarizam-se com crianças sinistrados.....	61
9.9 Adultos, deixem de violentar, acusar, maltratar, explorar com trabalhos forçados e abusar sexualmente as nossas crianças.....	62
9.10 Inqueritos sobre a situação da criança no cazenga	63
9.11 Fórum de sensibilização sobre o registo eleitoral	63
9.12 Kitanda de sensibilização e prevenção.....	65
9.13 Água uma necessidade vital.....	65
9.14 Administração municipal reflete sobre criminalidade	65
9.15 Água uma necessidade vital.....	65
9.16 Administração municipal reflete sobre criminalidade	66
9.17 Derrube de casas chega á petrangol.....	66
9.18 Há produtos caducados no nosso mercado.....	66
9.19 A proliferação das seitas religiosas	66
9.20 Acção angolana precisa de apoios	67
9.21 Ong's precisam mais apoios.....	67
9.22 Comité de águas sem água para dar a população.....	68
9.23 ONG'S precisam mais apoios	68
9.24 O dia á dias da estrada "Cuca/Kikolo"	69
9.25 Administradora apela: "jovens devem manter uma postura madura".....	70
9.26 Municípes promovem debates sobre criminalidade	70

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Angola em marcha-atrás, segundo relatório do PNUD

Angolense...08-12-07

Angola voltou a baixar no ranking de desenvolvimento humano. Está agora no número 162 de uma lista composta por 177 países. No relatório do PNUD (Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento) apresentado esta semana em Berlim, Alemanha, lê-se que apenas 25,6% da população angolana frequentaram a escola. Angola é, de entre os países africanos que falam português, o país com a mais baixa taxa de escolaridade. uma das piores do mundo. A esperança de vida no nosso país não chega aos quarenta anos, muito pouco se comparado com o Japão onde se chega facilmente aos noventa.

Entre os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) apenas Moçambique, 172 e a Guiné-Bissau, 175, estão em pior situação que Angola, mas sem as nossas riquezas, frise-se.

Num trabalho reeditado pela rádio Ecclesia, a Voz da Alemanha considera como sendo inaceitáveis e incompreensíveis os lugares ocupados por Angola e Moçambique nesta lista. Na referência aos países de língua portuguesa o quadro é tido como sendo deprimente e a isso não é alheio ao desempenho de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Portugal está no lugar 29º, o Brasil no número 70.º, Cabo Verde está em 102.º, seguido de S. Tomé e Príncipe que ocupa o lugar 123.º. O novo estado de Timor-leste tem o número 150.

O relatório não está baseado apenas nas questões económicas, focando também as questões dos impactos naturais e estabelecendo uma relação entre a pobreza e a poluição «se não se reduzirem em 80% até ao ano 2050 as emissões de gases nocivos para a atmosfera, esta aquecerá tanto que as consequências serão catastróficas. Por exemplo, em África, com um simples aumento de dois grau na temperatura atmosférica, numas regiões haverá secas prolongadas e noutras regiões inundações constantes. A produção agrícola cairá para metade» Este cenário coloca 600 milhões de africanos em risco de fome e 200 milhões com o risco de desalojamento em consequência das inundações. A malária e a febre de dengue, epidemias associadas ao calor e às más condições de salubridade do meio, poderão expandir-se e matar centenas de milhões de pessoas.

A indignação com a posição de Angola advém do facto

de o país estar em paz há já cinco anos, de publicitar relatórios que apontam um crescimento económico na ordem dos 15 % e por anunciar, quase diariamente, a descoberta ou entrada em exploração de mais um poço de petróleo.

O relatório do PNUD vem, igualmente, dar razão aos cépticos quanto às políticas sociais que têm sido adoptadas no país. A falta de escolas, as deficiências nos sistemas de saneamento do meio, o fraco investimento na juventude e na produção nacional é factores que contribuem para o retrocesso que o país vem conhecendo.

Para o lado positivo, o relatório do PNUD aponta a Islândia como o país mais desenvolvido do mundo, seguido pela Noruega, Austrália, Canadá e Irlanda.

Comentando o relatório, a ministra alemã responsável pela pasta da cooperação disse ser necessário o incremento da cooperação com África e um particular atenção à produção e consumo de energia, sugerindo a busca de fontes de energia renováveis.

O Semanário Angolense, apesar dos esforços não conseguiu obter qualquer reacção das autoridades angolanas sobre os dados constantes do relatório..

1.2 Crescimento economico não tem significado desenvolvimento

Folha8..08-12-07

As receitas milionárias que países africanos como Angola e Nigéria vêm arrecadando nos últimos anos com a venda de matérias-primas, sobretudo petróleo, não estão a reflectir-se no desenvolvimento humano do continente, alertaram no 05 em Lisboa analistas internacionais.

Elizabeth Donnelly, coordenadora do Programa África do Royal Institute for African Affairs (Chatham House), aponta o dedo à corrupção e ineficácia dos governos africanos, mas também às "empresas gananciosas" que com eles fazem negócios, sobretudo no petróleo.

A analista britânica apontou como {exemplo a Nigéria, maior produtor petrolífero da África subsaariana, que recebeu perto de 400 milhões de dólares de receitas petrolíferas entre 1970 e hoje período durante o qual a população viver abaixo da linha de pobreza ISSOU de 19 milhões para 90 milhões.

Não se chegou a lado nenhum, não houve mudanças nem resultados", apesar do afluxo de receitas, afirmou Donnelly na Conferência Internacional de Lisboa, organizada pelo

instituto de Estudos Estratégicos internacionais e este ano dedicada as relações euro-africanas. O petróleo em África, afirmou, é um pouco como a cocaína nas pessoas: "dá um impulso a uma pessoa saudável, mas

pode causar grandes danos a uma que não o é.

A analista citou também o exemplo de Angola, onde "ainda não se viu o impacto do petróleo e diamantes" que vêm gerando grandes receitas para as empresas do Estado.

A solução neste país e no continente, afirmou, passa por maior transparência, nomeadamente pela adopção da Iniciativa

Internacional para a Transparência nos recursos naturais, mas enquanto que a Nigéria já deu sinais de poder aderir no próximo ano, Angola mostra-se mais distante.

John Kotsopolous, do European Policy Centre, aponta como causas para a má gestão das receitas a "natureza centralizada da maioria das economias africanas", que dificulta a redistribuição de riqueza, e ainda a "falta de transparência na gestão dos dinheiros" e um sistema oneroso que "perpetua o domínio das elites" sobre as indústrias geradoras de receitas.

O analista alertou ainda para a presença chinesa no continente, que apesar de dar sinais de diversificação para além do petróleo, ameaça condicionar o desenvolvimento da iniciativa privada africana, menos competitiva em qualidade e custos. "As empresas africanas estão a ser empurradas para fora pelos custos mais baixos dos produtos chineses", afirmou.

O sitadimma Eze, director do Instituto de Assuntos Internacionais da Nigéria, defendeu que os países africanos não estão a aproveitar a oportunidade, mas apontou o dedo também à Europa, que com subsídios à produção e barreiras tarifárias dificulta o acesso dos produtos africanos, e consequentemente a geração de riqueza no continente.

Para o analista, as condições de concorrência no mercado internacional são actualmente desfavoráveis a África, devido ao "proteccionismo dos países desenvolvidos, mas também [aos] em desenvolvimento, que não capacitam as suas economias". "Estamos no meio de lado nenhum. É possível a África agarrar esta oportunidade com boa governação, no sentido de assumir a responsabilidade pelo seu desenvolvimento, a exemplo que fizeram a China e os tigres asiáticos", disse Eze.

1.3 Cresce a economia mas o resto esta muito longe de ser exigido

Agora 8...08-12-07

Angola está a atravessar um período de rápido e prolongado crescimento económico impulsionado pelo boom nos preços das matérias-primas e pelo acelerado desenvolvimento da produção de petróleo e diamantes, revela um estudo da Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Económico (OCDE), divulgado há dias na capital angolana.

O estudo foi elaborado por uma equipa desta organização que reúne países da Europa Ocidental e da América do Norte e citou apenas 31 dos 53 países africanos, que reúnem 91 % do PIB e 86% da população do continente. Angola e Moçambique foram os únicos lusófonos retratados.

O documento revela também que apesar dos encorajadores sinais de recuperação nos sectores não minerais, os efeitos deste crescimento económico sobre o desenvolvimento social são ainda muito limitados, situação que é resultante da falta de reformas estruturais, do predomínio da ineficiência e da fraca governação.

O preço internacional do petróleo, que este ano chegou a entrar na casa dos 90 dólares por barril, e o aumento da produção deste mineral com a entrada em cena de novos campos petrolíferos sustentaram o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) que atingiu 14,8% em 2006, depois de uma taxa de 20,6, um ano antes, e espera-se que se mantenha alto em 2007 e 2008 (a expectativa para este ano é de 17,3%).

As melhorias no desempenho da banca, construção, comércio retalhista e telecomunicações sugerem, todavia, que alguns dos impactos do boom petrolífero estão a extravasar para a economia em geral.

A agricultura também se encontra em recuperação, embora a produção e a produtividade se mantenham muito abaixo do seu potencial. Mas as perspectivas de melhorias neste domínio são diminutas enquanto não se completar a reabilitação das infraestruturais, não forem estabelecidos mercados para os factores produtivos fundamentais e não se finalizar a desminagem, acrescenta o relatório.

Quanto ao nível macroeconómico, apesar dos progressos registados desde o final da guerra, a transparência na gestão das receitas do petróleo continua incompleta e ainda há muito a fazer no sentido de alinhar as medidas de política orçamental com as prioridades de erradicação da pobreza.

A OCDE concluiu que a política orçamental expansionista de Luanda está a sobrecarregar a política monetária com a função de estabilização macroeconómico. Embora esta última tenha se mostrado muito eficaz na redução da taxa de inflação, também gerou efeitos nefastos, como taxas de juros elevadas, a existência de um kwanza sobrevalorizado e preços internos pouco competitivos.

Ao nível da micro economia, apesar dos sinais de recuperação do sector privado, a assunção de riscos e o espírito empreendedor continuam a ser reprimidos por elevadas barreiras legais e a pesada burocracia para a constituição de empresas.

O relatório faz notar que "Angola é confrontada com problemas de equidade inter-geracional. "Isto significa

que o país embora esteja a viver um boom petrolífero, brevemente a produção de crude irá estabilizar e depois começar a cair? Por isso, recomenda-se às autoridades que redobrem os esforços no sentido de diversificar e aumentar a actividade económica, através de adequados investimentos com o dinheiro que está a ser agora ganho.

Para tal, seria útil que o Governo acelerasse a reforma agrária, aumentasse os gastos com a educação e a saúde e melhorasse a eficiência da despesa pública.

Petróleo e Diamantes. O documento destaca que os desenvolvimentos ocorridos no sector mineiro estão na origem das elevadas taxas de crescimento actuais do PIE. Em 2006, a taxa de crescimento do ramo petrolífero abrandou em relação a 2005, enquanto que a da exploração de diamantes, intensiva em mão-de-obra, aumentou fortemente.

Nos campos offshore (concentrados na bacia do rio Zaire, defronte ao enclave de Cabinda), a produção média diária foi de 1,4 milhões de barris diários no último ano, mas espera-se que atinja o seu máximo de 2,6 milhões de barris entre 2010 e 2011.

O abrandamento do crescimento em 2006/2007 deuse a trabalhos de manutenção em alguns jazigos, nomeadamente no campo Girassol, no bloco 17, e ao facto do início de produção no Dália ter sido mais lento que o previsto. Isto obrigou a uma revisão do OGE este ano. (...)

Dispondo Angola de um solo fértil e de um clima propício para a agricultura, a produção neste sector ainda é escassa. O país continua a depender da importação de alimentos, quando foi auto-suficiente antes de 1975.

Embora a produção esteja a recuperar (a taxa média de crescimento do sector foi de 13,3%, de 2000 a 2004, e a produção aumentou mais de 80% desde 2000), a agricultura apenas representou 8,6% do PIE em 2005.

Tal deve-se a vários obstáculos como a ainda presença de milhares de minas terrestres, infra-estruturas inadequadas, baixa produtividade, escassez geral de factores produtivos e reduzidos meios de armazenamento.

Existem, por outro lado, sinais de que a indústria transformadora está a recuperar, graças ao crescimento do poder de compra dos consumidores em Luanda e outras grandes cidades, sobretudo no ramo das bebidas.

Mas é a construção civil, um sector em alta, que está a liderar a actividade não petrolífera. A sua produção em termos físicos aumentou 22,14% entre Janeiro e Setembro de 2006, depois de um crescimento de 17% em 2005, foram realizados progressos na reabilitação de infraestruturas de transporte, particularmente estradas e pontes.

Em termos globais, o sector da construção cresceu a

uma taxa assinalável de 66,2% em 2006 e a organização do campeonato africano de futebol, em 2010, ainda vai sustentar mais o seu crescimento.

O sector de serviços também está em franco crescimento, nomeadamente no comércio, nas telecomunicações e na banca, apesar de persistirem, sobretudo nos dois últimos casos, graves as simetrias com Luanda e algumas grandes cidades a concentrarem a maior parte dos investimentos nestes domínios, conclui.

1.4 Visão conservadora de combate á pobreza

Semanario Angolense...15-12-07

O OPSA considera que só com base numa «visão conservadora» se pode admitir qualquer relevância no papel do OGE 2008 como instrumento de combate á pobreza.

A organização nota que, sob o ponto de vista quantitativo, o orçamento dedica mais verbas à Saúde e à Educação e reforça programas que visam melhorar as condições de vida básicas das populações.

Procura, além do mais, continuar o esforço de reconstrução de infra-estruturas e, com isso, cria condições para o investimento privado e para a reactivação dos circuitos económicos, mas, considera, essa continua a ser uma visão conservadora do papel do Estado.

«Na continuidade do orçamento revisto de 2007, o Estado assume novas funções e procura agora ser mais locomotiva e menos carril da economia. O Estado assumiu uma posição activa no comércio através do PRESILD, procurando implementar programas produtivos que combinem a actividade privada e pública».

O Estado criou mecanismos de apoio à produção nacional, (BOA e FNO), e passou a intervir mais. Desta forma, o OGE, indirectamente, por intermédio das suas contribuições, está a fomentar uma acção mais incisiva e dinâmica na reconstrução não só das infra-estruturas como também das estruturas produtivas, sendo, entretanto, necessário estudar objectivamente a eficiência desta política.

1.5 Governo de Angola

ACapital...15-12-07

Os indicadores mostram, de facto, que a economia angolana está a crescer. Mas pode-se, perante tais, falar-se em desenvolvimento? Grande parte dos investimentos que se fazem aqui, ou os que estão para ser feitos, prendem-se com actividades alheias ao desenvolvimento da indústria, que garante empregos

em massa e, por isso, cria importantes mais valia para o Estado. Como pensa o nosso Governo resolver, então, o problema do desemprego se existem, hoje, mais investimentos em shoppings centers que em fábricas e outros empreendimentos susceptíveis de gerar, entre muitos benefícios, mais empregos?

1.6 O problema da Ruralização das cidades é falso

Jornal de Angola...16-12-07

Senhor deputado, o movimento das pessoas do campo para as cidades sempre foi uma realidade. Mas, ao nosso caso, a guerra incrementou este movimento verificando-se um superpovoamento das cidades. O que fazer para reverter o quadro?

Primeiro, temos que considerar que as Nações Unidas consagram o ano de 2007 como o ano em que a maior parte da população se vai converter em população urbanizada. E também que, uma vez que nos últimos 50 anos se realizam Expos, a Expo para 2010 será subordinada ao tema "Melhor cidade para melhor vida". O que significa que há uma preocupação cada vez maior das pessoas se urbanizarem, o que tendência universal. O que significa, também, que as cidades geram uma atractividade específica, auto-suficiente, que a torna cada vez mais atractiva. No caso da nossa bela e mega cidade, o seu aroma, o seu paladar, a sua textura, a sua configuração, o seu mosaico multicultural fazem de si uma cidade super atractiva. Portanto, ela é atractiva para estrangeiros, para os nacionais de todos os quadrantes e ela vem crescendo desde há 400 anos.

Esta atracção das pessoas pelas cidades, a realização da Expo em 2010 e a determinação das Nações Unidas significam o quê? Será que o campo faliu?

O campo está a passar por momentos muito particulares à escala planetária. O campo tem vindo a sofrer grandes reveses. Actualmente, a qualidade de vida no campo já não é a mesma como no passado. Também o isolamento das pessoas no campo encarece a infra-estruturação e, hoje, as pessoas estão à procura de soluções que são de espírito gregário. É mais fácil você fazer uma rede de saneamento integrada para 300 mil habitantes vivendo próximo uns dos outros, com arruamentos específicos. É mais fácil você colocar energia eléctrica para este número de pessoas vivendo com uma perspectiva de cidade, com loteamentos e serviços de organização educacional. Portanto, é mais fácil colocar uma escola para atender o maior número de pessoas do que manter estas infra-estruturas em condições de isolamento. Por outro lado, houve também uma modificação das perspectivas económicas. Houve a introdução de novas tecnologias ao serviço do desenvolvimento. Portanto, o campo foi

disponibilizando mão-de-obra cada vez mais para a indústria.

Inicialmente, a indústria absorvia mão-de-obra barata, depois foi requerendo mão-de-obra mais especializada e, hoje em dia, ela requer mais tecnologia e esta exige mais profissionalismo, mais capacidade intelectual para operar as máquinas.

Hoje, se calhar, a indústria não garante tanto emprego, mas dá melhor remuneração. Portanto, quem tem uma melhor remuneração, com certeza, vai ter qualidade de vida e uma exigência de vida diferente. Isto tudo faz das cidades um néctar fabuloso e bastante atractivo, o que faz com que as pessoas se movimentem para ir viver para cidade. Então, a minha perspectiva não é a de combater a migração, do campo para a cidade, pura e simplesmente. A minha perspectiva é de que nós devemos criar lá, junto do meio rural condições infraestruturais tais que se tornem atractiva para as pessoas se manterem ou para as pessoas que estão na cidade irem para lá à procura de maior conforto, como menos ruído, menos poluição, e assim puderem dar uma parte da sua capacidade à produção que, por sua vez, vai ser, novamente, reencaminhada para a cidade, para fecharmos o ciclo. Se fizermos isso descomprimos a cidade, diminuímos a afluência das pessoas para as grandes cidades e decidirão então migrar para as pequenas cidades onde vão poder ter as mesmas condições que procuram nas grandes cidades e vão gastar menos porque vão ter energia, água, serviços de saúde, educação, bancos, enfim, todo um conjunto de serviços importantes que servem a colectividade moderna. Ao meu ver, isso é que vai ajudar a equilibrar a dispersão das pessoas por novos centros urbanos. Podemos fazer um "guesthouse", um "country lodge"; podemos fazer uma fazenda de exploração de animais selvagens; podemos promover o ecoturismo. Ora, ao promovermos o ecoturismo, temos que levar para lá unidades hoteleiras. Temos que promover cooperativas, para cujo os serviços devem ser utilizadas máquinas, tractores, alfaías mais sofisticadas, mais produtivas e que vão exigir gente com habilitações para operar essas máquinas. Então, os novos operários agrícolas vão ser já gente com um nível de formação que não fica nada a dever aos da cidade.

Tudo isso que acabou de dizer é muito bom do ponto de vista de evolução. Mas, concretamente, a cidade precisa do campo por causa dos produtos agrícolas. Como é que nós sobrevivemos sem eles ou melhor com uma quantidade ínfima?

O que está acontecer é que esses produtos ficam mais caros. E como eles tendem a ficar mais caros, o que é que poderá acontecer? Isso vai fazer com que surjam pessoas a querer fazer esse negócio. E assim, nós vamos começar a ter instalações agrícolas mais sofisticadas. O que significa que essas pessoas vão ter

um padrão de vida que fica nada a dever á cidade. Se nós diminuirmos a subestimação que temos para com o campo e levarmos para o interior mais projectos de infra-estruturas, vamos diminuir a afluência de pessoas para a cidade que é Luanda. O homem é um animal comunitário, não é um animal para viver isolado. Então, ele tem espírito gregário. Então, nós podemos ter num raio de 50 quilómetros muitas fazendas e famílias a viverem isoladamente. Mas temos que ter um centro onde haja o clube, discotecas, o bar, onde haja atractividade para a juventude. Tem que haver estas coisas que fazem hoje a modernidade. E o homem no meio rural procura isso.

Pode modernizar-se sem sair delá?

Pode modernizar-se sem sair de lá. Repito: se diminuirmos a sub-estimação que temos para com o campo e levarmos para o interior mais projectos de infra-estruturas, vamos diminuir a afluência de pessoas para a cidade grande que é Luanda. Agora você veja que a quantidade de bairros novos que nós temos que fazer em Luanda são poucos para a procura. Há uma procura muito grande porque ficamos muitos anos sem fazer construções habitacionais. E, no entanto, a população cresceu. Esta geração de 1975 para cá já tem 32 anos e já tem a necessidade de ter uma casa. Já não é sequer necessário chamar gente de fora para procurar casa. As próprias pessoas que viviam no centro urbano de Luanda, particularmente, precisam. As famílias cresceram. Como nós nos atrasamos a fazer, estamos a fazer neste momento a um ritmo acelerado. Mas no resto do país não há nada que se compare. Se você andar pelo país vai encontrar alguma coisa a ser feita, mas o somatório que está a ser feito em termos de bairros habitacionais no resto do país, se calhar, é metade de um único grande bairro em Luanda. Portanto, por enquanto, a desproporção é muito grande.

Por outro lado, as províncias continuam com uma série de serviços por suprir. Continua a não haver uma diferenciação salarial. Não vale a pena um funcionário público sair de Luanda para ir para o Huambo se o salário dele lá vai ser igual ao daqui. Então, se for igual, não se reclame se tiver mais gente a vir para Luanda. Portanto, temos que admitir que o país não é nada todo igual. Há uma diferenciação do país e de condições de vida. Logo, tem que haver, para mais dificuldade de vida, melhores condições para tornar-se mais atractivo. O Governo está a trabalhar nesse sentido. Já há esta descentralização ao nível das universidades e pólos de desenvolvimento. A nível das províncias já começa acontecer, mas falta mais. É preciso acelerar.

1.7 Presidente do tribunal de contas e representante do BM abordam financiamento de projectos

Angop...17-12-07

Aspectos ligados ao financiamento de projectos de formação de quadros do Tribunal de Contas e outras acções da instituição judicial reuniu hoje, em Luanda, o seu presidente, Julião António, e o representante do Banco Mundial (BM) em Angola, Alberto Chueca Mora.

No final do encontro, o juiz presidente explicou que durante a audiência foi igualmente abordada a possibilidade da fiscalização pelo Tribunal de Contas dos financiamentos concedidos pelo Banco Mundial ao país.

O representante do Banco Mundial mostrou-se satisfeito com o crescimento do tribunal, tanto em recursos humanos e material, sobretudo no que diz respeito à interacção com os órgãos de controlo interno e a sua actividade em on-line. O Tribunal de Contas tem mantido cooperação com o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no domínio da formação de quadros..

1.8 Nosso super deixará de ser nosso?

Capital...22-12-07

CRIADO em Novembro de 2006 com o objectivo, entre outros, de organizar e modernizar a actividade comercial, o PRESILD, Nova Rede Comercial, tinha como compromisso, pelo menos quando começou, criar novas oportunidades de negócios e de emprego para os agentes comerciais e os cidadãos, com a divisa de oferecer à população produtos essenciais a preços «cada vez mais justos, com qualidade», à escala nacional.

Ciente destes objectivos, a opinião pública afligiu-se e criou muitas dúvidas, já que é um investimento essencialmente público que, na óptica dos seus proponentes, visa também reduzir o monopólio comercial de alguns agentes de negócio, sobretudo estrangeiros, no país.

Aos olhos do povo, a suposta privatização do Nosso Super equivaleria a um retorno à «estaca zero», tendo em conta que na perseguição do lucro, meta que todo agente económico persegue, a bandeira do preço justo ficaria sem efeito.

Para muitos, ao ser entregue a privados, o PRESILD se transformaria numa «mina de ouro» feita com dinheiro do Estado sem que, no entanto, os seus efeitos se

reflectissem seriamente na vida do cidadão comum, mas, pelo contrário, passaria a beneficiar uma pequena franja de pessoas, geralmente já cheias de posses e, conseqüentemente, com alto poder financeiro.

Os que advogam ser o PRESILD uma «mina de ouro» dada de bandeja a uma minoria, caso a sua privatização se consuma nos moldes em que se ventila, acham que para além de ser um autêntico desperdício de fundos públicos, o acto se constituiria num desrespeito aos empresários nacionais, o que por si só, com base na inspiração inicial, representaria um desvio de 360 graus do rumo certo. Só se admitiria uma tal privatização, avançam, no caso de os principais beneficiários na parceria com o Estado fossem os comerciantes nacionais, ou, pelo menos, a eles se desse primazia.

Mas ainda assim dizem que, o projecto acabaria por ir por água abaixo tendo em conta o fraco poder de capital a que o empresariado nacional está submergido. Por isso se vai dizendo que o fim do PRESILD será igual ao do Interposto Comercial.

E tudo veio à propósito da notícia veiculada pelo jornal «on line» diariodigital/ lusa que apontava que o grupo Orey teria anunciado a sua entrada no negócio da logística e distribuição em Angola, através da gestão da frota e distribuição da rede de supermercados Nosso Super, em parceria com a brasileira Odebrecht. A nova sociedade, diz a fonte, denominar-se-á Orey Super e prestará também serviços no domínio do «sourcing» e da gestão do fluxo logístico da rede de supermercados de média dimensão, implementada no âmbito do PRESILD.

«A Orey Super prestará o serviço de gestão técnica de frota e gestão de transportes, para a distribuição de produtos da Rede de Supermercados Nosso Super», adiantou o grupo em nota citada pela nossa fonte> acrescentando que «com estes acordos, a nossa presença em Angola sai reforçada, além de nos permitir diversificar e complementar o nosso negócio neste país para a área de serviços logísticos e de distribuição», referiu o presidente do grupo, Duarte d'Orey.

O PRESILD é de iniciativa presidencial, e conta na construção e operação comercial com o grupo brasileiro Odebrecht, faz ainda notar o referido jornal digital, que o grupo em referência está em Angola desde 1991, desenvolvendo sua actividade no domínio do agenciamento de navios de carga geral, trânsitos, logística terrestre e distribuição de mercadorias.

Contudo, na voz de um dos principais rostos do PRESILD, o director nacional do Comércio, as coisas são encaradas de outra forma pois, neste momento, segundo ele, a preocupação reside na conclusão da construção da rede de supermercados Nosso Super.

Tal como previsto e anunciado no lançamento do projecto, o Presild prevê construir 31 supermercados dos quais, a partir de 8 de Março deste ano até ao

presente já ergueu 10, que estão em funcionamento em sete províncias do país. A partir do primeiro trimestre de 2008 serão inaugurados e postos em funcionamento os restantes 21, cuja etapa terminará em Setembro daquele ano.

Outro objectivo anunciado do PRESILD é criação de mais de sete mil postos de emprego, número do qual, para a etapa presente, já tirou 700, o que para os seus mentores, ultrapassa as perspectivas..

1.9 «Em 5 anos é possível reduzir-se a pobreza para níveis admissíveis»

S. Angolense...22-12-07

SA - o que é que explica que os angolanos estejam cada vez mais pobres?

PC - Eu não diria que os angolanos estão cada vez mais pobres, até porque há cidades (com Luanda no topo) onde o número de viaturas particulares aumenta dia após dia. Há elevado índice de pobreza em Angola, mas a pobreza está localizada em áreas geográficas determinadas. Claro que também há pobres em bairros urbanos de Luanda, mas não me refiro a casos isolados, mas à regra. As áreas geográficas de maior pobreza são: a faixa leste do país; as áreas rurais, principalmente as afectadas pela seca e por cheias; bairros suburbanos das cidades. Penso que poderíamos reduzir a pobreza a níveis próximos do «admissível», no espaço de cinco anos. Para isso, aproveitando o crescimento económico, era preciso encaminhar recursos para os sectores mais desfavorecidos da população. Sei que se está agora a trabalhar nessa direcção, mas infelizmente isso demorará mais tempo do que eu previra quando defendi a minha tese de doutoramento em 2004.

SA - A pobreza é apenas resultado da incapacidade dos governantes ou, também, de alguma falta de habilitações dos angolanos para descobrirem e utilizarem ferramentas que os façam sair da pobreza? (Com um bom governo, temos um povo capaz de fazer por si?)

PC - Os programas de governo têm responsabilidade sobre a pobreza, mas não são a única causa estrutural de pobreza. Outras causas que se podem apontar são a guerra e a forma como as elites concentram em si a riqueza e a afastam de quantos se encontram abaixo na hierarquia social. Esta última actuação é muito comum em Angola, tanto que até se vem registando por cá o empobrecimento da classe média, que é uma das piores opções quando se pensa em desenvolvimento. Mas o mais importante tem a ver com a reprodução da pobreza, que só será prevenida quando se apostar no acesso à educação de qualidade e ao emprego estável. Aí sim, a sociedade terá condições de colaborar nessa

tarefa. Entretanto, penso ser preciso que o Governo adopte incentivos para as empresas privadas angolanas que colaborem em programas de combate à pobreza e defina regras de actuação obrigatória nesse sentido por parte de empresas estrangeiras.

SA - A nossa cultura e hábitos enraizados (disponibilidade aparentemente excessiva para festas; falta de rigor no cumprimento de horários; busca de vida fácil» e sem sacrifício; poligamia; a não transmissão de valores empresariais aos filhos, a crença exagerada no feiticismo e curandices, etc.) não serão ajudas para acentuar a pobreza?

PC - É claro que sim. O hábito de consumirmos para mostrar que temos possibilidade e o hábito de gastarmos desmedidamente em benefício dos prazeres da carne e dos prazeres de pouca duração acentuam a pobreza. Trata-se, entretanto, de factores que os inquéritos sobre pobreza não consideram, por se utilizarem metodologias que são válidas em países ocidentais. Parece-me, pois, exagerado dizer que dois em cada três habitantes de Luanda são pobres. Ouvi dizer que se prepara novo inquérito que vai definir a taxa de pobreza em Angola. É preciso que, nesse inquérito, se deixem de utilizar metodologias que não se adaptam à nossa realidade. Por exemplo, um funcionário público cujo salário seja de 10 mil kwanzas vai por isso ser inserido no grupo de pobres, quando os seus rendimentos informais podem ascender a 100 mil kwanzas e ele simplesmente não os declara. Também o lavador de carros que vive sozinho e tem rendimento mensal acima de 60 mil kwanzas é considerado pobre, porque declara inconscientemente um rendimento bastante inferior ao real. Ou ainda será pobre o indivíduo cujos filhos mal se alimentam, para ele poder manter impecável um Mercedes, cujas despesas não são declaradas no inquérito? Enfim, é preciso rever mentalidades, é preciso rever atitudes. Mas também é preciso rever metodologias, se pretendermos estudar devidamente o fenómeno da pobreza.

SA - A multiplicação de universidades privadas no país significa que os angolanos estão mais ricos?

PC - Não me parece que possa ser necessariamente estabelecida tal relação. Há casos de pobres que frequentam universidades privadas, por haver quem pague os seus estudos (pode ser o amante, um parente ou outra pessoa próxima, bem como uma pessoa colectiva). Além disso, o Estado deve inverter a tendência de reprodução da pobreza, através da atribuição de bolsas de estudo a adolescentes e jovens pobres que tenham bom desempenho escolar. Mas temos de reconhecer que os últimos anos trouxeram consigo um ligeiro enriquecimento dos angolanos, fundamentalmente nas cidades. As universidades

privadas vieram ocupar um espaço que estava livre, sendo por isso indispensáveis ao desenvolvimento de Angola - desde que se aposte na qualidade, obviamente. O Estado existe para garantir essa aposta na qualidade através da definição de políticas públicas e para avaliar o desempenho de cada uma dessas instituições privadas.

1.10 Detectada exploração mão-de-obra infantil na fazenda do general Faceira

Angolense...22-12-07

Na província do Kwanza-Sul se acham inúmeras fazendas, sendo uma delas a "Gravidade", dos irmãos Faceira, um local vasto, com condomínios numa parte e com amplo espaço para o cultivo. A equipa do Angolense constatou que haviam no quintal algumas máquinas e um número considerável de funcionários, mas o que chamou atenção foi o número de crianças que lá se encontravam.

Uma senhora que encontramos logo à entrada recebeu-nos e permitiu que visitássemos local.

A medida que avançávamos na visita fomos percebendo qual o motivo das crianças no local. Um grupo de crianças fazia a recolha de feijão e levavam o produto para a máquina de descasque. Um olhar mais atento, para um local a escassos metros de onde nos encontrávamos permitiu ver meninas que lavravam a terra e procediam ao plantio.

No local em que se colhia o feijão havia bichos no chão e muita poeira, a tal ponto que para lá chegar foram precisos alguns cuidados, como proteger os olhos. As crianças trabalhavam, no mesmo local, sem nenhuma máscara de protecção. As meninas apenas com saias curtas e chinelos e os rapazes trajando calções.

Segundo informações recolhidas no local, os trabalhadores mais velhos buscam crianças e adolescentes nos bairros circundantes e as levam para trabalhar.

"Hoje estou a colher o feijão e a colocar na máquina, mas as vezes também vou plantar", contou Rosa, 12 anos. Tudo começou quando a foram buscar no seu bairro, Chingo, para labutar na fazenda. "Passo o dia todo aqui. Eles só nos dão o almoço, mas às vezes nem dá para comer, porque a comida não é boa porque não tem óleo e nem sal", queixou-se.

Disse ainda que com o dinheiro que ganha consegue comprar fuba e outros alimentos para ajudar sua mãe que já é idosa e não trabalha. Na minha mãe tem 65 anos e só vive comigo, porque os meus irmãos mais velhos estão em Cabinda, se eu não trabalhar morreremos de fome".

João Domingos, 14 anos, outro adolescente que trabalha na fazenda, contou que as maiores dificuldades que enfrenta prendem-se com a distância que o separa

da casa para o trabalho, num percurso onde por vezes tem de passar por áreas frequentadas por animais ferozes.

"Vivo na Mudiamanga e de lá para aqui venho à pé. Onde trabalhamos tem muitas cobras e o sol é muito quente, sinto muito medo, às vezes penso que uma cuspideira (nome dado a um tipo de cobra) pode me morder", explicou.

Disse ainda que o seu sonho é poder estudar. "A minha mãe já não estudou, eu quero estudar", desabafou.

A pequena Beatriz de dez anos também falou das dificuldades que enfrenta no seu trabalho e segredou que tudo o que faz é para reverter a história de pobreza que se repete na sua família. "Quero que alguém me venha buscar e me leve para viver na sua casa, que me ponha na escola", foi explicando.

Durante o tempo que estivemos na fazenda as crianças pediam que as ajudássemos na resolução dos seus problemas e deixaram claro que na fazenda não estavam felizes. "Tio tira mesmo fotografia para vetem o nosso sofrimento", pediu um dos pequenos. De realçar que de acordo com a lei de trabalho vigente em Angola o trabalho infantil (de crianças com menos de 14 anos) é crime e mesmo para aqueles com idade acima dos 14 anos, só pode acontecer mediante condições especiais, que não oram respeitadas no local em referência.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Policia mata vendedora ambulante

Agora...08-12-07

Uma vendedeira de 26 anos, que em vida se chamou Isabel, foi morta à queima-roupa por um agente da Polícia ao princípio da noite desta terça-feira, 4, na Rua Henriques Gago da Graça, junto ao mercado informal das Pedrinhas, próximo ao mercado dos Congolezes.

O agente que disparou contra a vendedora, estava em serviço no quadro da operação designada como "Tango 007", que visa dismantelar os mercados informais montados em locais inadequados e melhorar a circulação rodoviária na capital.

Apesar das constantes formações sobre métodos de actuação e respeito aos direitos humanos de que os agentes da ordem pública têm beneficiado, à luz da nova metodologia de trabalho que o Ministério do Interior está a implementar e cujo principal objectivo é aproximar a polícia do cidadão, é visível a forma "desumana" como os seus efectivos actuam.

As vendedoras que presenciaram o triste incidente, dizem que já era previsível que um dia isso podia acontecer, porque os polícias maltratam-lhes batendo com poretas, tudo isso quando não cobram alguns valores monetários, vulgo saldo, para permitir que vendam naquele local sobe a sua protecção.

"Mesmo a galinha, o seu dono tem plano de a matar. Aqui é onde ele tirou a pistola, a senhora deixou cair o dinheiro, o polícia primeiro apanhou o dinheiro, guardou e depois tirou a pistola e matou a senhora. Praticamente é um roubo, se formos a analisar", explicou uma vendedora que acompanhou o acto, mas que por uma questão de segurança, pois ela vende naquele local e os polícias continuarão a actuar, solicitou à nossa reportagem para não revelarmos o seu nome.

Acrescentou "Ele apareceu aqui, encostou a aproximadamente dez metros da vitima e nós dissemos: Você matou a senhora! Ele disse: Não, é do susto do disparo, e ao mover o corpo deu uma bofetada na irmã da senhora que estava a chorar".

Antes do agente, com a patente de sargento, efectuar o disparo ao ar para afugentar as vendedoras e os clientes que se encontravam no mercado, a população revoltou-se contra eles por causa dos maus-tratos que estavam a sofrer e começaram a atirar pedras e garrafas.

Durante os escassos momentos em que as vendedoras insurgiram-se contra a ordem de retirada, por volta das

18 e 30 minutos, feriram um dos agentes na face e, na tentativa de as dispersar, um outro elemento fez o disparo que resultou na morte da cidadã.

"Ele saiu daqui normalmente, ninguém lhe fez nada e ficamos pacificamente só a olhar para ele, a ver o que é que ele haveria de fazer", rematou a fonte que vimos citando.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia, intendente Divaldo Martins, disse que a corporação assume a responsabilidade e pede desculpas, aos cidadãos, pelo incidente onde um elemento da corporação matou uma vendedora com um disparo de arma de fogo.

O intendente explicou que pelo facto do agente se encontrar, no momento do acto, em serviço, a . Corporação assume a responsabilidade do sucedido.

O autor dos disparos, cujo nome não foi revelado, de acordo com Divaldo Martins, está detido e a prestar declarações na Direcção Provincial de Investigação Criminal (DIPIC), tendo sido aberto um processo com o número 001/07, que será submetido ao Ministério público para julgamento.

Segundo o porta-voz, o arguido terá a possibilidade de constituir um advogado de defesa, já que poderá ser acusado de ter cometido um crime de homicídio voluntário ou involuntário.

"Em função da gravidade da infracção, está igualmente em curso um processo que poderá resultar na expulsão do infractor, pelo que o comando provincial está já a tomar medidas para o rigoroso cumprimento das regras básicas de actuação policial, no sentido de acabar com este tipo de atitudes", sublinhou.

No entanto, Divaldo Martins pediu a colaboração da população em acatar as orientações das autoridades policiais, bem como a denunciar os eventuais casos de excesso por parte dos agentes em serviço, acrescentando que a operação "Tango" vai continuar com o reforço das medidas de fiscalização por parte da Polícia Nacional.

O mercado das Pedrinhas é muito frequentado há anos pelas vendedoras que adquirem os produtos perecíveis à porta dos armazéns que se encontram nas proximidades e comercializam ali mesmo, mas com o início da operação que visa descongestionar os habituais lugares de aglomerações de pessoas na via pública, as coisas mudaram.

Neste momento, ainda está por reabrir o Mercado dos Congolenses, espaço legal de vendas situado nos arredores ao local onde se encontra montado o mercado provisório, entretanto, já desfeito, sem que às pessoas tivesse sido indicado um outro espaço para exercer a sua actividade comercial.

2.2 Problema na transferencia do mercado da "feira"

Angolense...08-12-07

Novo local, segundo apuramos, não dispõe de condições de saneamento e de outras necessidades básicas.

A decisão, de acordo com os vendedores, vai criar muitos transtornos na vida das populações, em particular dos comerciantes em face da falta de condições.

A medida já mereceu também a repulsa de alguns partidos da oposição representados nessa província, que consideraram a mesma como sendo injusta uma vez que o novo local não reúne as mínimas condições.

Amaro Bokeló, Secretário Provincial da UNITA no Kwanza -Sul, condenou a transferência do mesmo porque no seu entender, antes de tudo o Governo local deveria construir um outro mercado com todas as condições.

A decisão, na óptica do político, mancha a governação do executivo de Serafim do Prado.

O político receia ainda que a mudança do mercado para uma zona periférica. venha a estimular o crime e consequentemente a falta de segurança para os vendedores e compradores. "Não seria nenhum crime o Governo construir um novo mercado, porque metade dos vendedores está revoltado", notou. Os vendedores têm pouco tempo para se transferirem para o novo local que apesar de tudo, também não oferece as melhores condições higiénicas para o exercício da actividade, um assunto que tem preocupado os serviços comunitários."Foi sempre nossa intenção mudar o mercado para uma outra zona, o local onde se encontra não oferece condições higiénicas qual). Da chove se transforma numa pocilga", disse a administradora Fernanda Cabral.

Durante o anúncio que ocorreu recentemente a mesma exortou aos vendedores a não mostrarem resistência aquando da sua transferência para o novo local e afastarem o sentimento de revolta.

Segundo ela, o novo mercado é maior e irá albergar todos os vendedores, para além de se situar no alto, o que evitará que o mesmo seja inundado pelas águas das chuvas. No entanto, alguns vendedores que falaram à nossa reportagem discordaram das posições defendidas pela administradora, porque o mercado não oferece nada de novo, as condições continuam péssimas, comparadas ao antigo.

Essa é a opinião de António Bento que há mais de 13 anos vende naquele mercado. Para além da falta de condições, o vendedor receia que o novo mercado não absorva toda gente. "Esse tipo de processo não tem sido transparente, os que nunca tiveram lugar muitas vezes têm sido a prioridade em detrimento dos mais antigos, este é o meu receio", desabafou.

Para ele, o novo local é semelhante ao antigo, porque quando chove também se transforma em pântano. "Como é que as pessoas vão vender por cima das águas", interrogou-se.

Na sua óptica, o que está a ocorrer é uma violação contra os direitos humanos.

Maria Kambala, outra vendedora daquele mercado aplaudiu a decisão sobre a transferência do mercado, mas discorda do local.

Para ela, o ideal seria transferir o mesmo para o centro da cidade para facilitar a vida da população eem particular. dos vendedores. "Será que não se viu um outro lugar, quem é que vai . vender naquele mato"?, interrogou-se a fonte.

Entretanto, as opiniões em relação à mudança do mercado dividem-se. Enquanto uns apoiam, outros estão contra e prometem manifestar-se para protestar a medida

2.3 Há ou não cumplicidade na morte da Zungueira

Folha 8...08-12-07

O triste acontecimento, que é apenas mais um dos muitos em que os agentes policiais atiram a matar, ocorreu no passado dia 04.12 e, como todos os outros, motivou a que a corporação policial fosse de pronto apontada como a "assassina".

O Comando Provincial de Luanda, através do seu porta-voz, intendente Divaldo Martins, adiantou por sua vez ter existido excesso de zelo do referido agente. No entanto, adianta que, por estar o agente em serviço, a corporação tanto deve assumir o erro como se desculpar da população e da família, visto que "a Polícia defende o direito à vida como todos os outros", argumentou.

Entretanto, sendo individual a responsabilidade criminal, o agente em causa foi detido de imediato, segundo Divaldo Martins, acrescentando que de seguida foi instaurado o processo disciplinal e outros que poderão culminar com o julgamento do agente, no caso autor efectivo do crime.

Ora, poderá a Polícia ser apontada como autor moral ou cúmplice do crime? Divaldo Martins defende que não porque a corporação não mandou o agente à rua para disparar contra a senhora, mas sim para impedir a venda ambulante nas vias de circulação rodoviária. Desta feita, as vendeiras são encaradas como transgressoras administrativas pelo que a Polícia é chamada a repor a ordem. Mas, isso ignorando as atenuantes possíveis em função do mercado formal, no caso do congoleses, estar encerrado.

Seja como for, nada justifica a morte da zungueira, nem mesmo a forma menos correcta como, segundo

testemunhas, ela terá se dirigido ao autor dos disparos que, desta feita, aguarda apenas para ver se será condenado como homicídio voluntário ou involuntário. Portanto, o incidente levanta uma outra interrogação. Trata-se da possibilidade de ser ou não o GPL autor moral ou cúmplice do crime. A referida questão é motivada em função do crime em causa surgir do facto de antes existir um outro. O autor moral, segundo é o que incentiva o cometimento do crime o que não é a condição do GPL. A transgressão em causa que tem vários anos na cidade capital, conta com mais praticantes nos últimos tempos, pelo facto de os mercados dos Congolese e do São Paulo continuarem encerrados mesmo depois das obras concluídas. É nesta ordem de ideia que ao GPL se lhe pode atribuir o papel de cúmplice por ser o responsável directo dos referidos mercados. Entendidos na matéria defendem que a Polícia também poderia receber tal acusação, porém "isso tão somente se tivesse tomado a iniciativa de combater contra a venda ambulante nestes locais sem a anuência do governo provincial" que não é o caso, segundo informações à véspera da operação. O ponto 2 do artigo 22º do Código Penal, relativo à cumplicidade, defende que é cúmplice aquele que concorre directamente para facilitar ou preparar a execução nos casos em que sem esse concurso pudesse ter sido cometido o crime.

Portanto, se se partir do pressuposto de que, caso o mercado estivesse a funcionar, é lá onde as vendeiras estariam a trabalhar, o GPL enquadra-se como cúmplice da transgressão administração das vendeiras que motivou a acção da Polícia, originária do polícia que culminou com a morte da senhora.

O artigo 103ª do Código Penal, acerca da pena do cúmplice do crime consumado, diz ser a mesma aplicável aos autores do crime frustrado. Por exemplo, a concluir-se que o agente policial cometeu um crime de homicídio voluntário, o seu cúmplice deve ser penalizado por tentativa de homicídio frustrado.

Portanto, a considerar-se a cumplicidade do GPL, uma outra questão se levanta, segundo estudantes de jurisprudência. Trata-se da pessoa a quem deve recair a responsabilidade, uma vez que a mesma deve ser particularizada. Assim sendo, pode ser tanto o governador provincial de Luanda, como o director-provincial que responde pelos mercados ou ainda os administradores dos municípios em que estão localizados os referidos mercados.

Entretanto, isso apenas se o impasse da reabertura dos referidos mercados não estiver ligado à suposta necessidade de ser o Presidente da República, José Eduardo dos Santos a fazê-lo, como se cogitou à véspera do aniversário da Independência Nacional, 11.11, data em que as vendeiras acreditavam que teriam os mercados de volta, todavia não aconteceu.

A ausência histórica do Presidente da república no país, na data do aniversário da independência, é apontada como a razão de os mercados continuarem encerrados pelo que Kapapinha e os referidos colaboradores deixam de ter culpas.

Outras mortes podem seguir

O incidente em causa é uma prova de que os mercados devem ser reabertos. O contrário podemos ter mais pessoas a morrer tanto em situações como a relatada como por fome.

É que são centenas as pessoas que vivem dos mercados que continuam fechados por mero capricho.

Além das pessoas que «zungam» nos arredores do mercado, estando expostas às medidas policiais, existem as que sentem em volta do mercado com uma única mostra do que estão a vender.

Os produtos escondem nas casas vizinhas onde vão tão longo alguém esteja interessado em comprar. É pelo menos o que Folha 8 constatou numa ronda que rápida efectuada ao local.

A actuação das vendeiras referidas, na maioria senhoras com idades avançadas; deve-se ao facto da., situação em apertado. «É fome meu filho ...É fome meu filho, justificam.

2.4 A vítima dos congolenses era esposa de um agente da Polícia

Semanario Angolense..15-12-07

O agente Cruz, um homem da terceira divisão da Polícia de Luanda, ao Cazenga, era o marido de Isabel Agostinho da Igreja, de vinte e seis anos de idade, morta pelo terceiro sargento Garcia Bengue, no dia quatro de Dezembro, junto ao mercado informal conhecido como Pedrinhas, nas imediações dos Congolenses.

Ninguém compreende porque razão a Polícia não usa balas de borracha em operações desta natureza, nos mercados, em que o máximo de confrontação a que está sujeita é a intransigência de algumas mulheres em deixar os seus postos de venda. Fontes deste jornal asseguram que o autor do disparo já está a contas com a justiça e que a sanção poderá ir até à expulsão da corporação. No entanto, são poucas as dúvidas de que o terceiro sargento Garcia terá feito uso excessivo da força, uma vez em que estava numa operação com mais agentes, devidamente coordenados e num mercado em que se procurava «pôr na linha» mulheres vendedoras.

Aquilo que se ficou por uma quase revolta popular que se seguiu à morte de Isabel, contestou o excesso de força com que a Polícia actuava e o facto de, alegadamente, se estar à espera da reinauguração dos mercados do S. Paulo e dos Congolenses, condicionada,

especula-se, à agenda do Presidente da República. Muitas das zungueiras que «apanharam» dos polícias durante a operação vendem nas ruas exactamente porque aguardam pela reabertura dos mercados, sendo que enquanto as altas autoridades não se resolvem, elas têm de sustentar as suas famílias.

Outro aspecto que alimentou a revolta é a relação ambígua que os polícias têm com as zungueiras porquanto, quando em serviço de giro, a grande maioria dos polícias alimenta-se com os produtos destas mulheres obtidos por extorsão ou oferecidos com benevolência..

2.5 Casos concretos de brutalidades policial

Capital...15-12-07

INDEPENDENTEMENTE da veracidade das denúncias aqui apresentada por comerciantes do circuito informal, a verdade é que, volta e meia, a comunicação social privada noticia casos concretos que testemunham a violência e, sobretudo, o abuso da autoridade das forças policiais no trato com os vendedores informais. Os episódios mais badalados são, aqui, resumidos pelo semanário A Capital.

MARÇO DE 2007 Mulher grávida morre depois de agredida por fiscal

No município de Viana, um agente da Fiscalização do Governo Provincial de Luanda espancou uma mulher grávida, de 30 anos de idade, que veio a falecer momentos depois, tendo tal facto sido denunciado por familiares e testemunhas em declarações à rádio Ecclésia.

JUNHO DE 2006 Polícia espanca mulher grávida

Esta senhora, identificada, na altura, por Maura, queixou-se, nas antenas da rádio Ecclésia, de ter sido torturada pela Polícia por se ter recusado a pagar uma propina diária de 300 kwanzas que a habilitaria a revender os seus produtos no mercado das Gajajeiras, no São Paulo. Contou, entre outras coisas, que foi sendo espancada, com quatro meses de gestação, mesmo depois de ter perdido os sentidos.

MAIO DE 2006 Polícia baleia dois vendedores ambulantes

Dois jovens vendedores ambulantes foram baleados, no largo Primeiro de Maio, por agentes da Polícia que suspeitou, erradamente, que ambos se tratavam de delinquentes. Um deles teve morte imediata, enquanto o outro acabou por falecer no hospital.

NOVEMBRO DE 2004 Jovem de 20 anos abatido por agente da fiscalização

Pascoal Januário, de 20 anos de idade, vendedor nas imediações do aeroporto de Luanda, foi baleado por um agente dos serviços de fiscalização do Governo

Provincial de Luanda, quando vendia acessórios para viaturas.

2.6 É melhor vir daí um semba

Semanario Angolense...15-12-07

O bairro todo está de luto porque a nossa zungueira lhe deram tiro no agente. Vamos reflectir: Então a fiscalização que entrou em serviço com novas fardas e tudo, são ou não fiscais para fazerem o serviço do kua-kuata? Aonde é que saiu a polícia para organizar a praça?

E o agente que matou, como é que fica agora a fiscalização do GPL, porque o povo até disse que Fiscalização GPL agora já está boa, porque antigamente quando eram fiscais de dar corrida e pentear as zungueiras, logo-logo as zungueiras traduziram que Fiscalização GPL não é Fiscalização do Governo Provincial de Luanda, mas Fiscalização GPL é Fiscalização dos Gatunos das Praças de Luanda, até agora já mudaram as fardas e os métodos, e agora já é mesmo Fiscalização do GPL dos bairros todos da cidade e dos musseques, bem bonitos que eles estão, porquê então polícias armados nas praças, se a fiscalização já está conforme?

Polícia é para combater o crime não é para combater o zunguismo que já faz parte da cultura nacional do povo angolano, sem zunguismo Angola não é Angola, Luanda não é Luanda.

Mas a actual cultura nacional que está equivocada só contempla cultura das artes da dança, teatro, pintura e música, puseram de parte o zunguismo que é a maior arte de sobrevivência de todo um povo. Porquê que o ministro da cultura, o camarada Boas Aventuras Cardoso, para não dizer Cardoso, porquê que não institucionaliza já de uma vez por todas o zunguismo como uma prática cultural inalienável do povo angolano, em homenagem à grande alternativa de sobrevivência natural humana da população, porque sem o zunguismo milhares já teriam sucumbido às intempéries da fome, miséria e doença? Afinal não está provado já que sem a prática do zunguismo cultural, muitos dos jovens que hoje estão vivos; crianças que sobreviveram e mesmo até mais velhos que ainda andam seriam dados como potenciais defuntos?

Então porquê que mataram a zungueira, se a zungueira apenas estava a realizar uma acção cultural de incomensurável valor patriótico e histórico?

Assim, os putos da zungueira e o marido vão comer aonde, se mataram a fonte da vida dos putos e com ela a própria mãe e esposa?

Então como é que fica agora que as zungueiras não têm mais defesa, aonde estão os deputados para mandar

parar com o anti-zunguismo, se sem zunguismo não haverá desenvolvimento cultural e até mesmo económico?!

Porquê que as estatísticas nunca falam dos dados estatísticos das zungueras, como por exemplo: por cada 100 zungueras a esforçar-se no zunguismo, Angola consegue formar 2 engenheiros, 3 economistas. por exemplo, que por cada zungueras, salvam-se 15 crianças de morte de fome por dia.

Porquê que o Instituto nacional de Estatísticas não inclui as estatísticas mais fantásticas e mais espectaculares que Angola é capaz - melhor do que qualquer país do mundo produzir e dar o exemplo as mulheres do mundo da Europa, Ásia e Américas? Acaso há algum país no mundo que consegue ter um zunguismo tão dinâmico e construtivo como o nosso? E ainda por cima um zunguismo impossível de ser extinto (mesmo com mortes e atropelos, as nossas zungueiras são invencíveis!) porquê então que o governo não manda construir um monumento à zunguera de Angola ao lado da estátua da Deolinda Rodrigues, Irene e Engrácia, que também elas mesmas eram zungueras de luta contra o colonialismo, até porque na estátua, a Deolinda carrega na cabeça a mala de munições, tal e qual como estava a carregar na cabeça o sustento dos filhos e marido, a zunguera que lhe mataram no agente? Então à Deolinda Rodrigues erguemos uma estátua, e à zunguera de Luanda que resiste e luta pela vida das suas crias que serão os futuros quadros de amanhã, havemos de dar tiros na cabeça e deixar que os filhos chorem sob o sangue jorrando estendida no meio da rua!? Que justiça é essa de discriminação histórico-cultural?

(...)

Não será que o problema maior é o da pessoa que compra, ou o próprio chão que é sujo? Afinal se tivéssemos chãos limpos como na Europa seria maka comprar no chão limpo? Porque não matam os compradores das zungueras e querem matar as próprias? Isso é cobardia ó quê?

Basta de tanta ignorância.

Que nunca mais se mate uma zunguera nesta terra. Elas são o nosso orgulho nacional e fazem cultura. O que é preciso é dar-lhes condições (e cobrar impostos se necessário) para que nós e os turistas espanhóis, portugueses e alemãs possamos também (tal como eu comprei) comprar coisas e quitutes da terra das mãos delas nas bancadas de chão. Aí sim, poderíamos todos dançar o TANGO!

2.7 Exigi-se participação da sociedade

Capital..15-12-07

O mais berrante é que os vendedores ambulantes e mercados anárquicos têm sempre clientes. Aliás, mesmo com a operação Tango2007 e as novas medidas da Fiscalização em vigor, em pleno casco urbano da cidade, repartido principalmente entre Ingombota e Maianga, por exemplo, na rua dos Combatentes, entre a Pensão Invicta e o supermercado Ulika; rua Eugénio de Castro na zona que vai desde as Jembas, passa pelo Cine Atlântico, envolvendo o Macarenco e a empresa César e Filhos; na Oh Chi Min, bem como na rua Rei Katyavala para só citar estes pontos, ainda se assiste a cenários de muita gente a vender artigos na rua.

Os potenciais clientes desses vendedores são, em muitos casos, pessoas com algum nível social que lhes permitiria fazer um julgamento correcto das suas próprias acções em relação às preocupações da governação quanto ao bem comum, a julgar, não só pelos bens que compram, mas também pelos carros em que se fazem transportar. São situações reveladoras de que afinal, o problema da reposição da ordem na via pública, seja de que forma for, tem outros contornos que passam pelo envolvimento no processo de mais sectores sociais, não exclusivamente governamentais.

As afirmações do porta-voz do Comando Provincial de Luanda da PN, Divaldo Martins, foram bem claras nesse sentido, quando dizia que a polícia estava a fazer o seu trabalho, mas se tratava, segundo ele, de uma empreitada que deve contar com mais instituições para a sua complementaridade.

As igrejas, servindo-se do seu poder aglutinador e persuasor, podem neste aspecto, desempenhar um papel vital na transmissão de passar mensagens de civismo. «As pregações já não se devem cingir apenas ao evangelho», como considerou um clérigo, para quem, mesmo as formações políticas, através das suas instituições de massas, também podem se envolver nisso.

«Não incitando a violência como, por exemplo, se incentivar o povo a se rebelar contra as autoridades. Mas sim, ensinar a mulher vendedeira, os jovens, que não se pode vender ou comprar em qualquer lugar, não se pode estacionar o carro à toa».

As assembleias e comissões de moradores e os sobas, na qualidade de parceiros do GPL, ainda estão adormecidas. Comissões de moradores, por exemplo que permitem que vendedeiras ambulantes se implantem debaixo dos edifícios com bacias de mercadoria diversa, transformando os passeios em pracinhas, também têm a sua quota-parte.

O argumento de se vender na rua a pretexto de se estar na condição de deslocado, de acordo com observadores e analistas sócias, já não faz tanto sentido, a partir do momento em que se verifica que muitos dos jovens e mulheres «zungueiros» provêm de fora da capital do país. Alguns, como podemos

verificar, passam largos meses a fazer negócios em Luanda e, nesta altura do ano, regressam às suas terras para levarem os rendimentos.

2.8 Erros de planificação

Capital...15-12-07

ALGUNS erros do Governo são decorrentes daquilo que se descreve como «má planificação dos programas de execução». Um dos exemplos é o começo do dismantelamento dos pequenos mercados informais, ainda que ilegais, sem se inaugurarem os mercados oficiais. Outrossim, são as várias obras em curso na cidade de Luanda. Depois de anunciados os ambiciosos projectos, eis que se transformaram num agravo da já caótica situação das estradas.

Supõem-se que a elaboração dos planos de construção ou reparação de estradas tenha obedecido a cálculos no tempo e no espaço por formas a evitar que o arranque das obras não colidisse com a época chuvosa. O mais certo é que as obras arrancaram e as chuvas não se fizeram esperar.

Estas situações ilustram alguma ligeireza no investimento do saber dos «pensólogos» do Estado na hora da planificação e elaboração de planos de execução prolongada. Neste aspecto o Governo é criticado pela sociedade pois, as consequências da má planificação estão bem patentes no desastre que se vive nas ruas da capital, com repercussões na circulação rodoviária.

Muitos sectores destacam, por exemplo, o facto de as inúmeras obras terem sido iniciadas num período relativamente curto entre a época chuvosa e a do cacimbo. «o mais correcto seria não começar».

Portanto, em face de situações como esta, a que se pode juntar a falta de iluminação em muitas estradas de alto movimento, todos os esforços de imposição da ordem nas estradas, como a operação Tango 2002, embora bem vindas, sofrem sempre algum ricochete..

2.9 «É melhor só fazer coragem»

Capital...15-12-07

Por quê insistem em vender na rua? Dependemos desta praça, se ela se acabar não vamos ter como sustentar as nossas famílias. Não temos emprego. No meu caso particular, sou viúva e não tenho marido, eu sou o pai e a mãe, dependendo da praça para o sustento dos meus filhos. Já que não querem nos ver a vender aqui, então procurem um sítio onde possamos vender.

Qual a sua opinião sobre a acção da Polícia?

Não é boa. Não nos deixam vender á vontade, não conseguimos levar dinheiro suficiente para casa. Nos batem, maltratam e não respeitam ninguém.

Tem valido vender, mesmo ante tanta correria?

Estamos a passar mal. Eu, por exemplo, tenho dificuldades em correr, sou obrigada a ficar em casa. Todo dinheiro do negocio está a acabar por causa do tempo que estou sem vender. Ontem foi a morte da nossa colega, gora estamos todas com medo.

Iria para um mercado mais distante, porem mais espaçoso!

Até posso ir, mas naqueles dias em que não vendemos nada, ou então, só conseguimos 500 kwanzas, a pessoa apanha ainda táxi ou faz como para chegar em casa e dar aos filhos para comerem! E nisso que se deve pensar.

Então vai continuar a vender aqui!

Tenho de continuar. Este meu filho, por exemplo, agora está a chorar de fome, não posso ficar em casa a olhar para os meus filhos com fome. Se é de mim que eles esperam então tenho que fazer alguma coisa e quando chegar o meu dia já não vou poder fazer nada.

Não tem medo, depois da morte da sua colega!

Tenho. Mas não tenho ninguém que pode me ajudar. Tenho medo que me aconteça o mesmo, mas não tenho outra saída. É só fazer coragem.

2.10 Levantar a irá da Policia

Capital...15-12-07

É comum a sociedade unir-se sempre que a questão for uma posição endurecida das autoridades, mas raras vezes a mesma sociedade procede da mesma forma quando o que se procura são formas conjugadas para se debelar um mal, no caso, a desordem nas ruas de Luanda, quer em termos de mercados anárquicos como em termos do desregramento na condução automóvel. Trata-se de duas situações que melindram qualquer cidadão interessado em se sentir orgulhado pela imagem do seu país, não obstante as responsabilidades incontornáveis do próprio Estado nisso.

O mais grave é que se deixou crescer tanto o «cancro» social que até os cidadãos «zungueiros» perderam a noção do respeito que deviam às autoridades policiaais. É comum, sobretudo nestes dias em que há medidas de austeridade em curso, verem-se mulheres e jovens em frontal desáfio à polícia nas ruas.

A situação atingiu tanto o impossível, que grupos de mulheres zungueiras, com seus pertences à cabeça, saltam para o lado da rua oposto àquele onde está um agente e diz «me dá tiro. Me mata», como se com ele estivesse a brincar às escondidas. Parece que alguma coisa tem que ser feita, quanto antes.

2.11 A utilidade dos pequenos ofícios na redução da pobreza

Capital..15-12-08

Antonio Chipalavela, um velho que já vai na casa dos 60 anos, há mais de três décadas se dedica à serralharia. Desde muito cedo aprendeu com seu avô a arte de lidar com ferros, chapas e martelos.

A principal actividade do seu antepassado era fabricar enxadas, machados, panelas, catanas e outros objectos importantes para o uso doméstico. E, para que tudo fosse possível, o avô de Chipalavela, com meios próprios, fundia ferro sob o calor de brasas de carvão vegetal.

Hoje também avô de vários netos, velho Chipalavela conta que aprendeu apenas observando o que seu ancestral fazia, já que nunca começava o seu trabalho sem que o neto estivesse ao lado, auxiliando em pequenas coisas. O avô deste velho sabia que a frequência do neto ao seu lado, facultar-lhe-ia a curiosidade de aprender para a posterioridade.

Não tendo conseguido formação académica que fosse para aí além, Chipalavela não teve outra alternativa que não fosse herdar o ofício do avô. O que apenas fez foi adaptá-la às novas ferramentas. É que se seu avô cortava chapas metálicas e outros ferros com uma broca, ele hoje possui uma serralheira eléctrica que lhe agiliza consideravelmente a actividade.

Mais do que isso, a sociedade actual, pelo menos nas cidades, em quase nada se importam pelos objectos e utensílios que o avô de Chipalavela fabricava, o que lhe levou uma vez mais a revolucionar a sua arte. Optou pelo fabrico de portas, janelas e portões metálicos, para além de tornear e aplicar os respectivos trinques.

Pelo traquejo que tem da arte, Chipalavela também é muito solicitado para fazer gradeamentos em metal, o que exigiu de sua parte, o domínio do génio de soldar. Enfim, este velho laborioso é neste momento um homem ocupado e, por isso, feliz, porque do seu suor, graças ao aprendizado que lhe foi legado pelo avô, resulta sempre algum rendimento para o sustento da família.

Repare-se, só a título de exemplo, que pela aplicação de uma porta com as dimensões normais para uma casa, Chipalavela ganha cinco mil kwanzas, enquanto que pela colocação de elos para prender um cadeado cobra 500 kwanzas.

Januario Kagibenda, 57 anos de idade, aprendeu a ser sapateiro ainda em tenra idade, quando seu pai o levou a um mestre de fabricação de calçados. De lá para cá não largou mais o ofício. Natural da província do Huambo, veio para Luanda onde trabalhou numa fábrica de sapatos, ainda na era colonial, denominada,

Purbol Makaba, que segundo ele, se localizava nas imediações de Cacuaco. Corriam os anos 70. A prática permanente elevou-lhe a um nível aceitável na sapataria. Após a independência do país, Kajimbenda regressou à sua terra natal onde continuou o seu trabalho.

Contudo, por razões de instabilidade política e social, voltou à Luanda onde tem como ganha-pão, a arte de coser e remendar sapatos, junto as bombas de combustível do Kinaxixi, ao longo da Cónego Manuel das Neves.

Vem todos os dias do bairro Cazenga, já que é no Kinaxixi que mais clientela granjeou, chegando a ganhar por dia, um mínimo de mil Kz. Adquire no mercado do Roque o material de trabalho, como linhas, remendos, solas, cola, entre outros. Em sua opinião, a falta de uma indústria sapateira tem causado fragilização do deste ofício.

Alfaiate desde 1974, o senhor Simão, (quis apenas dar um nome), e assim é trado nas bandas do São Paulo, sente-se, de algum modo, desolado, por temer que dentro de pouco tempo a arte de costurar desapareça. Acredita que tudo acontecerá pelo facto de hoje em dia as pessoas primarem pelas roupas «prontas a vestir».

«Há muita roupa de fardo.

As boutiques aumentaram e, como se não bastasse, há muitas pessoas a venderem roupa importada. Todos esses factores contribuem para a nossa falência. Antigamente adquiríamos os cortes, costurávamos e as pessoas compravam. Hoje isso não se verifica», desabafou o senhor Simão que, acrescenta, dizendo que as pessoas que mais o procuram são, normalmente, de idade, o que faz com que a clientela seja muito reduzida. Os jovens, acrescenta, não querem nada com os alfaiates.

Os pequenos ofícios foram, durante muito tempo, uma importante fonte de riqueza para as pessoas de baixa renda. O leque é grande e inclui obreiros como, carpinteiros, torneiros, oleiros, alfaiates, sapateiros, esculptores, ferreiros e tantos outros, cuja actividade, para além de ser uma ocupação individual, contribuía para minimizar algumas carências, mesmo das comunidades onde estão inseridos.

É com base nisso que muitos pais tratavam de passar os conhecimentos que possuíam aos filhos, numa perspectiva de assegurar a continuidade da arte. Daí que o filho de um ferreiro, geralmente, acabava por herdar a ocupação do pai, o que se tornou num ciclo vicioso, do tipo mais ou menos retrógrado.

Mas a evolução do tempo que trouxe, sobretudo a formação académica, permitiu que cada vez mais pessoas fossem para a escola, e a bem da sociedade, os filhos de um pequeno artesão deixaram de se prender somente aos ofícios dos pais, ou seja, formados academicamente, tinham horizontes cada vez mais

horizontes abertos para conseguirem outras ocupações. Abandonaram as comunidades e lá se foram para as grandes cidades.

Este é um dos aspectos muito mais apontados como causa do êxodo de muitos jovens nas cidades, na sua maioria desocupados, propensos a envolvimento em actividades delituosas para ganhar a vida.

A maioria de artesãos como o velho Chipalavela, apesar de se orgulharem daquilo que fazem, lamentam o facto de a nova geração, desde os seus próprios filhos aos netos, ninguém mostrar interesse por aprender estes ofícios, preferindo, segundo ele, ganhar dinheiro sem sacrifício.

2.12 Vendedores denunciam maus tratos constantes

Capital...15-12-08

A morte de Bela, aos 26 anos de idade, veio apenas destapar o véu sobre uma realidade de maus-tratos pelos quais têm passado as mulheres como ela que ganham a vida a comercializar bens diversos na praça das Pedrinhas, para onde foram transferidos todos os que ocupavam o mercados dos Congolenses.

Esses maus-tratos são infligidos por agentes da Polícia, aqueles que receberam, das autoridades, a obrigação, primeiro, de disciplinar o recinto provisório de venda e, depois, com a perspectiva de inauguração do mercado, de encerra-lo completamente.

Vendedoras, ouvidas pelo semanário *A Capital*, denunciaram, por exemplo, que são espancadas, todos os dias, sempre que apanhadas na correria com os agentes da Polícia. «Eu própria já fui espancada», contou Isabel, vendedora, que denuncia ainda que «quase sempre eles ficam com o negócio», quando as vendedoras se recusam a pagar uma quota estabelecida pelos agentes «para quem quiser ser poupada».

Esperança, outra vendedora, queixa-se de sangramento vaginal desde que, no mesmo dia do assassinato da sua colega Bela, foi atingida por um objecto lançado sobre o seu ventre por um agente da Polícia. Se calhar, disse ela, não haveria problema algum se o tal objecto não fosse justamente uma grade de cerveja. «Esse mau trato é muito comum aqui», insistiu a senhora, ela que contou, ainda, o caso de uma mulher grávida que, na semana passada, foi despida em plena via pública por um agente.

Algumas mulheres apreendidas, segundo as vendedoras, são levadas para uma escola bem vizinha do mercado das Pedrinhas, onde se diz, da boca das próprias, que ocorrem até violações sexuais. A tal mulher grávida, segundo a vendedora Esperança, foi levada para a escola vestida, mas dela regressou apenas de roupa interior, mostrando o seu biquíni vermelho e

um par de sutiãs azuis. Semanas antes, tal como contaram, uma outra grávida foi vítima de um aborto forçado, depois de receber um pontapé no ventre, enquanto a uma outra mulher foi cortado o cabelo com cacos de garrafa.

2.13 Viver quixiquilando em Luanda

Angolense...15-12-07

O custo de vida em Luanda, a cidade mais cara do mundo, levou os cidadãos à aprendizagens e experiências únicas. Uma delas, é a forma de poupança popular (quixiquila), um jogo hoje de domínio público em todo país, presente em todos os ramos de actividade, incluindo altas esferas da sociedade.

Entendidos sobre a língua nacional Kimbundo, traduzem restritivamente o termo quixiquila como querendo dizer "dar para depois receber".

É uma forma de enfrentar desafios, dependendo o seu sucesso da qualidade axiológica e ética do grupo. E, neste domínio, sobressai a gritante degradação dos valores morais, não exigisse a quixiquila uma sociedade moralizada. Por isso, actualmente, pratica-se mais entre grupos que frequentam a mesma religião e sede religiosa, serviço e grupo familiar.

"Os depósitos são geralmente feitos sob responsabilidade de pessoa considerada idónea no seio de um determinado grupo, desempenhando o papel de mãe ou pai de cada rodada.

Os designados por pai ou mãe, são responsáveis pelas recolhas e reembolsos aos integrantes do grupo, cabendo-lhes também a responsabilidade de cobranças coercivas, quando a isso forem obrigados.

Não fosse a desonestidade de alguns, a modalidade teria alcançado outras latitudes, agrupando círculos de amizade mais vastos e diversificados, uma alternativa e um produto substituto ao crédito bancário e sem juros. No meio luandense, abundam relatos de pessoas que foram bem sucedidas e continuam a jogar e outras que desistiram por terem feito parte de grupos com membros que não honraram os seus compromissos, depois de receber o prémio dos parceiros.

Quifunde Luzia José Quiteque já jogou várias vezes, nos serviços, no bairro e em círculos de suas amizades.

"Joguei tantas vezes na quixiquila, algumas vezes recebi mas, nas outras, quando chegava a minha vez, alguns colegas alegavam indisponibilidade do respectivo montante. A primeira vez perdi 300 dólares e na segunda, na super quixiquila, era por depósitos bancários no BFA e, por fim, fiquei sem receber 500 dólares. Agora, decidi não jogar mais e só jogo se for a primeira a receber", porque considero-me honesta" - relatou assim a sua experiência ao nosso jornal.

O jogo rola também nos meios afortunados, pois, quando maior for a contribuição pessoal maior é o saldo a receber na respectiva vez. Contudo, é nas camadas mais carenciadas onde tais reservas se impõem pela imperiosa necessidade de sobrevivência. Nas ruas de Luanda, zungueiras e zungueiros movem-se à força desta forma peculiar de poupar. Fazem quixiquila até de cem kwanzas, em grupos numerosos e solidários. A necessidade obriga a que as contribuições e atribuições sejam diárias, porque a maioria a vive em extrema pobreza.

Quinta-feira, 29 de Novembro de 2007, Ângela Maria, há poucos anos a morar em Luanda, vinda do Lobito, era uma pessoa feliz. Qual o motivo? Era seu dia de receber numa partida de 35 zungueiras. A contribuição foi 1000 kwanzas, e assim, esperava ansiosamente levar para casa 35 mil kwanzas, cerca de 500 dólares.

"Jogo sempre, na nossa mesma igreja e ninguém falta aos compromissos. Tem sido uma grande ajuda, já que não temos possibilidades nos bancos. Já comprei uma arca e um terreno na zona do paraíso (Kikolo). Agora, como estou no "aluguer", penso em construa a casa no terreno que comprei"- contou momentos antes de receber o montante.

Se abastados e trabalhadores médios também jogam para melhorar as suas condições sociais cada vez mais, na lógica do critério de racionalidade humana "quanto mais melhor", a verdade que sobra ao observador desta Luanda, cidade mais cara do mundo, é a seguinte: há um ser superior que ensinou esta gente a sobreviver e a quixiquila faz parte do quotidiano dos luandenses pobres até à última exaustão.

A comunhão envolve essencialmente mulheres de baixa renda e com encargos familiares elevados.

Margarida Cuiale vende ovos nos arredores do mercado de São Paulo. "É graças à quixiquila que consigo estar aqui. Somos dez e a nossa quixiquila é de dez mil e quando chega a minha vez faço compras para a revenda e compro comida para os meus 8 filhos"

"Nos outros dias vamos apertando o cinto, esperando a vez para receber os cem mil kwanzas, que também não chegam pela quantidade da família a criar. Mas mesmo assim graças a Deus já tenho casa própria e vou melhorar as condições de vida".

Margarida é pentecostal e pratica as suas poupanças com grupos da mesma "religião, pelos quais nutre a máxima confiança.

Por seu lado, Ana Maria Caiumbo, empreendedora, é empresária emergente no ramo de pastelaria. Joga a quixiquila há vários anos e, presentemente, sempre que pode participa das rodadas com os seus funcionários.

"Foi com isso que comprei a minha primeira arca e comecei a fazer viagens, logo que sai do Centro de Imprensa Aníbal de Melo". Nunca tive problemas e aqui na pastelaria Sandeleji, se houver um problema no

pagamento de um membro, no fim do mês resolvemos o assunto e se alguém morrer, o responsável vai à família para reembolsar" – contou-nos.

A quixiquila, apesar destes constrangimentos, tem melhorado a capacidade económica de muita gente, principalmente em Luanda.

Uma ronda relâmpago às praças e outros lugares onde esta gente procura meios de sobrevivência, permite concluir que se vive quixiquilando

2.14 Governador da província pede calma e compreensão aos vendedores

Jornal de Angola...27-12-07

Namibe: Aclarados incidentes com vendedores do mercado

O governador do Namibe, Boavida Neto, pediu compreensão, tolerância e paciência aos vendedores do mercado "5 de Abril" que ficaram sem lugar para exercer a sua actividade, apelando para que se mantivessem calmos porque o Governo está a altura de encontrar o caminho certo para a resolução de todos os problemas.

Boavida Neto visitou o mercado para se inteirar da desordem instalada e fazer "a radiografia" dos acontecimentos, tendo-se reunido com os proprietários de pequenos armazéns, vulgo "Paga já", e vendedoras de fardo do mesmo mercado. À saída do encontro, o governador desmentiu informações segundo as quais ter-se-iam registado tiroteios contra a população. Segundo ele, houve um certo aproveitamento político por parte de cidadãos que pretendiam incitar os vendedores a praticar descatos à ordem e actos de violência contra as forças policiais. "Pessoas com interesses não confessados tentaram aproveitar-se de uma situação real que o novo mercado "5 de Abril" está a viver por falta de uma informação que os revoltosos não dominavam, para a transformar num motivo de natureza política e até com objectivos partidários", afirmou.

Segundo Boavida Neto, não se pode aceitar que numa altura destas se movam acções contra as autoridades, fundamentalmente a Polícia utilizando pedras, paus e outras coisas.

Boavida Neto informou que o mercado tem uma capacidade para 2.800 pessoas, enquanto o número actual ultrapassa a capacidade instalada. A par disso, apontou a existência de núcleos mercantis fora do recinto, que são os armazéns "Paga já", de pessoas bem posicionadas que fogem ao fisco. "Como o número de vendedores é superior à capacidade instalada, aproveitamos ao máximo todos

os espaços vazios, tentando dar resposta à preocupação das populações. Mas, ainda assim, mesmo cabendo cá dentro, aparecem núcleos de mercado da parte de fora, o que origina a desorganização e instabilidade da própria administração do mercado”, explicou. O governante orientou a retirada das cubatas ainda existentes no espaço onde funcionou o actual mercado, para serem transferidos para um outro local, depois de um levantamento no prazo de pelo menos dez dias, adiantando que os armazéns “Paga já” não podem substituir as lojas ou casas comerciais que possuem alvarás para actividade grossista ou retalhista. Depois de ter sublinhado que houve bom senso e humanismo por parte dos participantes ao encontro, o governador reconheceu que afinal faltava às pessoas uma informação e algum elemento prático em termos de orientação. “A orientação que demos é de reaproveitar o que já existia, passando da ilegalidade para a legalidade e estabelecer a formalização que a lei impõe, obrigando as pessoas a fazerem requerimentos necessários com o apoio da administração comunal e municipal do Namibe para que isso se realizasse.” O governante informou ainda que em relação às mulheres que comercializam roupas usadas, o assunto era mais complexo, uma vez que não se tinha em conta a dimensão desse negócio na província. Mas prometeu que vai procurar uma solução. Alguns vendedores contactados no final do encontro mostraram-se satisfeitos com as garantias do governador, que estipulou um prazo de dez dias para a solução dos seus problemas. Os vendedores mostraram-se agastados com a administração municipal do Namibe e comunal do Forte Santa Rita por não ter sido capaz de definir uma orientação de como deveriam proceder para a legalização da sua actividade sem o recurso à destruição dos seus bens.

2.15 Alternativa na... sujeira!

S. Angolense 29-12-07

Muitas vendedoras dos Congolezes, enquanto esperam pela reabertura do seu local de trabalho, buscam o sustento no interior dos chamados blocos do Simão Toco e das «casas redondas», nas imediações da base da Tura, a poucos metros do mercado, procedendo à venda dos seus produtos em meio a águas putrefactas, num autêntico atentado à saúde humana.

Elas defendem-se com o argumento de que não têm outra alternativa, sob pena de virem a morrer à fome, ao mesmo tempo que argumentam não compreenderem porque razão é que não se reabre o mercado. O desespero é tanto que entre eles, na falta de uma

explicação oficial, já correm rumores estapafúrdicos, por exemplo, em como os mercados à espera da reabertura irão sofrer novas obras, porque o Presidente da República, vejam só, não sancionou a beneficiação tal como está feita. «Ele deu um prazo de 45 dias para partirem tudo isto e constroem os mercados como realmente está planeado», disse, toda convencida, uma vendedora de carne fresca. Agregando: «É o quê? A maka é dinheiro? Dinheiro nunca foi problema, mô mano. O problema é como vamos conseguir viver, sem um sítio para vender». Estas especulações estão a causar ainda mais apreensão, tanto assim que uma sua colega chegou a dizer que «eles querem nos matar». Eles, o governo. No meio de tudo isto, não faltam comentários sobre as eleições, com alguns a ameaçarem que votarão noutros partidos que não o MPLA o partido governante, porque este, cite-se, «está a fazer sofrer muito o povo».

2.16 Três mil cidadãos da zona rural recebem micro- crédito

Cruzeiro do Sul... 29-12-07

Três mil e 730 cidadãos residentes na zona rural de alguns municípios da província do Huambo estão a beneficiar de micro-crédito, desde o princípio deste ano preste a terminar, da organização não governamental "DW".

No quadro do programa de micro finanças a referida organização não governamental, disponibilizou três milhões 387 mil dólares norte-americanos, durante este ano, de m o seu administrador, Joaquim de Oliveira.

O montante disponibilizado, de acordo com aquele responsável, foi investido no cultivo de campos agrícolas, na criação de pequenas indústrias como a serralharia, sapataria, alfaiataria e panificações na venda de produtos alimentares e vestuários.

Joaquim de Oliveira, sem revelar a taxa de reembolso por parte dos clientes, frisou que o programa está a ser implementado nos municípios do Huambo, Cáala, Bailundo, Tchicala-Tchologanga e Kachiungo, este dois últimos beneficiam através do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração dos ex-militares da Unita.

Este programa de micro-finanças, visa apoiar os esforços do governo angolano no combate a fome e a pobreza nas zonas rurais, bem como propicia o desenvolvimento das comunidades.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 ... E a sociedade civil não organizada?

Angolense...08-12-07

Os últimos meses têm sido férteis em casos que ferem as liberdades dos cidadãos, que desafiam a democracia emergente por estas paragens. O mais recente foi o processo movido contra a Associação Justiça Paz e Democracia que felizmente não foi avante.

Quanto aos jornalistas muito há para dizer. A moda mais recente é bater neles, "descer o pau neles", como diriam os brasileiros. Se um jornalista é apanhado a fazer um trabalho que desagrada, os polícias ou até! seguranças privados não hesitam, prendem, retêm os meios de trabalho! e agridem, como aconteceu recentemente com o repórter do semanário

A Capital.

O caso mais fresco envolveu os profissionais da Rádio Despertar que foram maltratados, tudo porque queriam apenas relatar a verdade.

Os tempos são claramente sombrios. Sombrios porquê? Porque ninguém sabe ao certo o motivo real de tanta agressividade e nem qual o objectivo que perseguem os seus mentores. A verdade é que neste momento aqueles que são considerados incómodos esperam tudo. Tudo j pode acontecer e muito já aconteceu.

Em meio de tudo isso, a verdade nua e crua é que um punhado de pessoas tem neste momento a responsabilidade de representar a massa crítica deste país. Contam-se pelo dedo as organizações da sociedade civil activas e o mesmo se aplica aos partidos políticos da oposição. Quanto a imprensa livre, que analisa a situação do país de forma equidistante, ninguém quer se envolver nesta batalha. Os que persistem sofrem cada

vez mais pressão, a todo o terreno.

Embora muitos torçam o nariz diante das críticas feitas por determinados segmentos da sociedade em relação a problemas como a falta de água potável, energia eléctrica, altos níveis de corrupção e tantos outros males, verdadeiras gangrenas, com que convivemos a décadas, este esforço beneficia-nos a todos.

A velha desculpa da guerra civil continua a servir e é preciso reconhecer que o que aconteceu durante 30 anos continua a influenciar o país.

Mas diante desta explicação, lembro-me do momento em que a guerra estava mais intensa, quando faltava energia eléctrica, diziam que a UNITA havia atacado

determinado alvo estratégico para a distribuição de electricidade. E hoje, cinco anos depois, quem ataca as barragens? Tudo isto me leva a crer que daqui há 15 anos continuaremos a ouvir esta

Ladainha enjoativa.

As críticas, quando construtivas, ajudam a mudar o estado das coisas.

Não podemos todos pensar da mesma forma até porque não somos autómatos. O trabalho feito pelos sectores da sociedade que se batem pelo respeito pelos direitos humanos, pela implantação de uma verdadeira democracia e por uma distribuição equitativa das receitas beneficia até aqueles que defendem cegamente o regime instituído. Beneficia inclusive aqueles sem reacção, que não tigem nem magem diante do rumo do país, aqueles que preferem estar atrás da moita, que aplaudem os que lutam, que beneficiam do resultado deste esforço, mas não se querem envolver nesta confusão.

Chegados a este ponto pergunto: onde anda a sociedade civil não organizada deste país?

A população pobre, os injustiçados por quem nos batemos onde I andam? o que fazem por nós quando os nossos direitos são violados, quando somos colocados na prisão ou agredidos quem nos defende?.

3.2 Autárquicas podem ser usadas para adiar presidenciais

Angolense...08-12-07

Nas suas últimas aparições públicas, José Eduardo dos Santos começou a referir-se insistentemente ao facto de que as eleições legislativas vão ocorrer em 2008, de tal forma, que a opinião pública pode ter começado a ficar convencida disso.

A abertura da Oitava Sessão Ordinária do Comité Central do MPLA, a 23 de Novembro, pode ter sido a quarta ocasião em que o Presidente José Eduardo dos Santos aludiu ao facto de que as eleições terão lugar em 2008, tendo-o feito anteriormente em Windhoek, Maputo e em Luanda, quando cá esteve o Presidente do Brasil, Lula da Silva.

Mas no discurso pronunciado nessa ocasião, o Presidente da República introduziu um dado novo: José Eduardo dos Santos informou os seus correligionários do MPLA do facto de ter convocado o Conselho da República para um estudo consagrado à possibilidade da realização de eleições autárquicas no nosso país.

Não se sabe qual é o conteúdo desse estudo: ele até pode desaconselhar a realização de eleições autárquicas nos próximos anos. Mas o surgimento de anúncio que afirmasse a viabilidade da realização de autárquicas não deveria, de facto, causar quaisquer surpresas por ai

além, porquanto José Eduardo dos Santos e o seu Governo já tinham começado a preparar o caminho para isso, quando, este ano, aprovaram o envio de remessas orçamentais para os municípios, fazendo deles unidades orçamentais autónomas .cogita-se sobre várias possibilidades para a repentina aparição do caso das eleições autárquicas, a primeira das quais parte de círculos próximos do MPLA que afirmam que ao conceder autonomia financeira aos municípios, o Presidente da República pretende, também, que os fundos sejam administrados por políticos eleitos, os quais garantiriam o emprego das verbas municipais em programas consensuais.

Mas em meios da oposição teme-se que José Eduardo dos Santos apresente as eleições autárquicas como argumento para adiar para prazos mais ou menos distantes as eleições presidenciais, as quais dever-se-iam seguir às legislativas de 2008, realizando-se, por isso, em 2009.

Teme-se que sob o pretexto da realização das autárquicas a seguir às legislativas, José Eduardo dos Santos postergue a eleição presidencial para dar tempo que ocorra quando estiverem concluídas as atrasadas obras públicas encomendadas pelos serviços afectos ao Gabinete do Presidente da República, as quais se julga que haverão de favorecer o candidato do MPLA.

As autárquicas, diz-se, então, seriam uma analogia do Cavalo de Tróia: ser-nos-iam introduzidas como o mais nobre dos presentes, mas, na sua essência, elas poderiam resumir-se a uma peça da batalha eleitoral do presidente e do seu MPLA..

3.3 OGE/2008 submetido hoje à votação final

Jornal de Angola...13-12-07

O Parlamento reúne-se hoje para apreciação e votação final da proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2008, depois de ter sido apreciada nas comissões de especialidade.

O OGE para 2008 está avaliado em cerca de dois triliões e meio de kwanzas, representando um aumento de cerca de trinta por cento em relação ao orçamento que está a ser executado durante este ano e mantém os objectivos gerais e específicos do programa do Governo.

Prevê uma taxa de inflação na ordem dos 10 por cento, cifra considerada "como absolutamente razoável e equilibrada, à luz dos níveis de crescimento económico de quinze por cento que o país vem registando, e sem perda do poder de compra por parte dos rendimentos da população".

O Governo consagra 13.887 mil milhões de kwanzas à preparação e realização das próximas eleições legis-

lativas em Angola, previstas para o próximo ano.

A presidente da Comissão de Economia e Finanças, Joana Una, afirma que o relatório parecer e a síntese foram distribuídos antecipadamente aos deputados de todas as bancadas.

«Depois da discussão na especialidade, depois da discussão no dia 6 com os membros do Governo para esclarecimento de alguns pontos que os membros das comissões levantaram foi elaborado o documento final e tanto o relatório-parecer da comissão como a síntese que faz a avaliação do trabalho preparatório encontram-se neste momento nas mãos dos deputados de todas as bancadas.»

O Orçamento Geral do Estado para 2008 representa um aumento de cerca de 30% em relação ao do presente ano e atribui 31 % do valor global ao sector social.

A agenda da sessão de hoje prevê igualmente a discussão do Projecto de Lei do Estatuto Remuneratório dos Deputados.

3.4 Assembleia nacional aprovou ontem orçamento geral do estado para 2008

Jornal de Angola...14-12-07

A Assembleia Nacional aprovou, ontem, com 113 votos a favor, 32 contra e 12 abstenções, a lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2008. O orçamento ora aprovado comporta receitas estimadas em dois trilhões, quinhentos e quarenta e quatro bilhões, setecentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e nove mil e setecentos e quarenta e três kwanzas e despesas fixas em igual montante para o mesmo período.

O OGE, que começa a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2008, integra os orçamentos dos órgãos da administração central e local do Estado, dos Institutos Públicos, serviços e fundos autónomos e pelos subsídios e transferências a realizar para empresas públicas e instituições de utilidade pública.

O Parlamento autorizou o Governo, durante o ano fiscal de 2008, a cobrar os impostos, as taxas e contribuições previstos nos códigos e demais legislações em vigor, bem como a fixar o limite trimestral de cabimentação da despesa, com base na previsão de receitas da programação financeira.

Ainda na sessão de ontem, os deputados autorizaram o Governo a contrair empréstimos no mercado interno e externo para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes dos investimentos públicos e da amortização da dívida pública, previstos no OGE/2008.

O Governo poderá também emitir títulos do Tesouro

Nacional e contrair empréstimos internos de instituições financeiras para socorrer as necessidades de tesouraria, de acordo com os montantes a propor ao Ministério das Finanças, a reembolsar durante o exercício do ano fiscal.

Para a gestão da dívida pública, o parlamento autorizou a tomada de medidas adequadas, por parte do Governo, para a eficiente gestão da dívida pública, devendo para tal reforçar as dotações orçamentais para amortização do capital e juros, pagar antecipadamente, total ou parcialmente, a dívida contraída, contratar novas operações destinadas ao pagamento antecipado ou à transferência das responsabilidades da dívida, sempre que os benefícios o justificarem, e renegociar as condições da dívida com garantias reais, para possibilitar uma reprogramação do serviço da dívida com prestações fixas e a rentabilização das garantias afectas. O OGE para 2008 prevê uma inflação anual de 10 por cento, produção petrolífera anual de 710,6 milhões de barris, preço médio de exportação de petróleo bruto de 55 dólares e uma taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto de 16,2 por cento, sendo o sector petrolífero com 13,3 e sector não petrolífero com 19,5 por cento .

Na sessão de ontem o parlamento debruçou-se também sobre o projecto de lei Orgânica do Estatuto Remuneratório dos deputados.

3.5 Governação divide parlamentos

Folha8..15-12-07

A Assembleia Nacional reuniu-se no passado dia 13 de Dezembro para apreciação e votação final da proposta de Lei do Orçamento Geral de Estado (OGE), para o ano de 2008, avaliado em 2,5 triliões de Kwanzas, mas as opiniões da bancadas parlamentares são contraditórias, revelando a existência de ambiguidades na projecção do desenvolvimento do país.

O OGE-2008, que teve um aumento de trinta por cento em relação ao que está a ser executado, mantém os objectivos gerais e específicos do programa do Governo de acordo com o documento submetido à votação e prevê uma taxa de inflação na ordem dos dez por cento, cifra considerada como, absolutamente razoável e equilibrada, à luz dos níveis de crescimento económico, cifradas em quinze por cento que o país vem registando e sem perda do poder de compra por parte dos rendimentos da população, mesmo com salários baixos.

Por isso, o Partido de Renovação Social (PRS) entende que o orçamento para o ano de 2008 não ataca os aspectos essenciais como o combate à pobreza e a outros que se colocam permanentemente, colocando,

desta forma, constantemente o País na lista negra em termos de avaliação internacional e os baixos índices de ensino e saúde que continuarão a ser débeis. O orçamento tem uma visão eleitoralista e as obras em curso são o exemplo disto.

Alcides Sakala apontou as insuficiências do respectivo orçamento, defendendo, por outro lado, a necessidade de se privilegiar o sector social, conforme as discussões na generalidade. "Este orçamento está aquém das expectativas. Há questões de fundo que não foram clarificadas e persistem as ambiguidades à volta do processo eleitoral", disse Alcides Sakala, presidente da bancada parlamentar da UNITA.

"Trata-se de um orçamento de continuidade e contempla o programa do governo do biénio 2006/2008 e não podia ser de outra forma, porque o responsável lembrou que aquilo que foi o orçamento revisto foram retomadas às suas bases principais e que foram acrescentadas neste orçamento aquelas acções que foram justificadas por diferentes sectores. "Um orçamento que contempla mais de 1000 acções no domínio das infra-estruturas sociais é o que muitos países africanos não o têm", disse Kwata Kanawa, secretário para a informação do MPLA, tendo acrescentado também que se enquadra no momento actual da reconstrução nacional. As despesas públicas, de acordo com o documento, serão sustentadas com os impostos devido à redução da produção petrolífera. Assim, com o acompanhamento necessário a recolha destes fundos, evitando a fuga ao fisco, para assegurar a política orçamental do Estado.

A energia e águas é outro sector que registou um crescimento de 13,20% na tabela do PIE e poderá sair beneficiado deste orçamento, mesmo com as deficiências que se registam na distribuição e consumo de energia e águas em quase todo o território nacional. Botelho de Vasconcelos, titular da pasta da energia e águas de Angola, mostrou-se satisfeito com as verbas atribuídas ao sector que dirige. "Temos, sentido nos últimos dois anos, uma afectação de recursos que nos permite o desenvolvimento dos projectos", referiu. Pela primeira vez, o governo propõem uma política no sentido do aumento salarial do salário real e passara de 9 para 12 do Produto Interno Bruto (PIE) da massa salarial para a função pública e cerca de 12, 6% do PIE da folha salarial e isto coloca Angola no topo dos países com taxas de folha de salário tão elevadas.

Contudo, o Governo consagra 13.887 mil milhões de kwanzas à preparação e à realização das próximas eleições legislativas em Angola, previstas para o próximo ano.

De acordo com José Pedra de Moraes, o Orçamento para 2008 incorpora todas as despesas necessárias para as tarefas de reconstrução nacional, assegurando a

inexistência de défice de recursos financeiros e será financiado, maioritariamente, por fontes internas..

3.6 Autarquias devem ser discutidas em fórum mais abrangentes

Agora...15-12-07

Continuam as expectativas à volta da reunião do Conselho da República que terá lugar na próxima segunda-feira, 17, no Palácio da Cidade Alta.

A maioria dos partidos da oposição e demais segmentos da sociedade são unânimes quanto ao facto de as eleições autárquicas, um dos temas centrais que irá dominar o encontro entre o Presidente Eduardo dos Santos e seus conselheiros, não venham condicionar a realização das eleições legislativas e presidenciais aprazadas para 2008 e 2009, respectivamente. "As eleições autárquicas apesar de serem fundamentais, não podem pôr em causa o cumprimento da realização das eleições legislativas e presidenciais", disse Adalberto Costa Júnior, acrescentando que a oposição espera ansiosamente que a reunião traga soluções e que o CR não possa se posicionar como um órgão deliberativo.

Aquelas formações políticas defendem, por outro lado, que a Assembleia Nacional tenha iniciativas que permitam a normalização das instituições do Estado, em Setembro do ano que se avizinha.

O PSN (partido de Salvação Nacional), por seu turno, é de opinião de que as discussões à volta da realização das eleições autárquicas não devem ser apenas feitas a nível do CR, uma vez tratar-se de um assunto de capital importância para todos os segmentos da sociedade.

De acordo com João Domingos Francisco Simão, presidente daquela formação extra-parlamentar, uma vez que os membros do CR são seleccionados através de critérios plasmados por lei, urge a necessidade de se convocar um fórum nacional que permita a participação de todas as forças da nação para darem a sua opinião sobre o assunto.

Para o nosso interlocutor, seria bom que o aludido fórum tivesse lugar antes da realização da reunião do próximo dia 17.

O político é de opinião, também, de que com a realização das eleições autárquicas se permitirá medir o potencial de eleitores que cada partido tem nas dezoito provinciais. "Para nós, seria bom também que as mesmas tivessem lugar antes das legislativas e das presidenciais. Mas, como estas já estão agendadas, o país deve conjugar esforços para se criarem as condições para a realização das autárquicas", disse João Domingo, acrescentando que tal conjugação de forças não deve ser manchada com a exclusão dos outros

angolanos, conforme tem sido hábito quando se trata de questões de capital importância para o país. "A busca de soluções dos problemas preponderantes para o país e para os angolanos são sempre beliscados por exclusão e discriminação. Esperemos, pois, que esta seja uma etapa ultrapassada, uma vez que novos ventos sopram para o futuro de Angola cuja concretização deve contar com a participação de todos os angolanos, independentemente da sua cor partidária, etnia e credo religioso", pontualizou João Domingos.

Depois do alcance da paz, em Abril de 2004, as primeiras discussões sobre a realização de eleições autárquicas apontavam, e era voz comum, para que as mesmas tivessem lugar de uma forma faseada, começando por aquelas províncias que se achava possuírem condições para o efeito, como é o caso de Luanda, Benguela, Namibe e Lubango. Anos depois, o assunto foi engavetado e só está a merecer a devida atenção depois de o PR ter anunciado para 2008 e 2009 a realização das eleições legislativas e presidenciais, respectivamente.

3.7 Sobas apelam ao governo para acelerar via de acesso

Jornal de Angola...15-12-07

As autoridades tradicionais do município de Nharea, cerca de 170 quilómetros a Norte do Kuito (Bié), apelaram ao Governo da província para acelerar o trabalho de recuperação das pontes e estradas secundárias da região.

O regedor municipal daquela localidade, Timóteo Severino, disse que a recuperação de estradas e pontes vai facilitar a circulação de pessoas e bens, assim como permitirá conclusão dos trabalhos pelas empresas de construção civil, dentro dos prazos estabelecidos.

Aquela autoridade tradicional considerou de preocupante o estado das pontes, sobretudo as que foram erguidas com material local (madeira), assim como das estradas que ligam os municípios do Andulo e Nharea, consequentemente, com as comunas da Gamba, Cauera, Dande e Caieie, respectivamente.

O regedor municipal, Timóteo Severino, salientou que, em contrapartida, apenas as viaturas a todo terreno conseguem atingir as comunas e embalas mais longínquas da circunscrição.

Com vista a melhorar o quadro, o regedor Timóteo Severino sublinhou que os sobas e a população no geral efectuam campanhas de tapa buracos nas principais vias de acesso, bem como recuperam algumas pontes sobre os rios com pouco caudal de água.

Ele fez saber, por outro lado, que devido a situação os poucos agentes comerciais e vendedores ambulantes que conseguem atingir a localidade exageram na co-

mercantilização dos principais produtos.

A título de exemplo, a barra de sabão está a ser comercializada a 300 Kwanzas, o litro de óleo é vendido a 200, contra os 200 e 150 Kwanzas praticados na cidade do Kuito.

Entretanto, a subida dos preços dos produtos básicos pode ser regulada com introdução de mais artigos no mercado, segundo o interlocutor, para quem a situação apertou nos últimos dias com a aproximação da quadra festiva.

O regedor municipal de Nharea, Timóteo Severino, referiu que as populações estão a atravessar maus momentos, mas as coisas podem se alterar tão logo estejam recuperadas as principais vias de acesso, o que irá criar um novo ambiente de convivência e habitabilidade entre os municípios.

3.8 «O Divagas divagas, o João pergunta e as autarquias locais»

Capital..15-12-07

certo dia, no corredor da Faculdade de Direito da Universidade Pública, o Divas Divagas encontrou-se com o João Perguntão. Da sala dos professores, por mero acaso, escutei a conversa académica, ensaiada num tom cavaqueiro: que encontro! Com a devida vénia, passo, sem delongas, a descrever.

O Divas na sua habitual divagação pensava em voz alta. «Agora que as Administrações Municipais têm autonomia administrativa e financeira já estamos em condições de institucionalizar as Autarquias Locais». Nisto, intervém João Perguntão no seu estilo habitual de questionar. «Então Divas, sempre a Divagar»? Indagou. Não ficando por aí, e, sem mesmo ouvir a resposta do seu interlocutor, prosseguiu com o seu monstruoso questionário: «o que entendes por Autarquias Locais?».

Divas, o Divagas, que já tinha estudado a matéria, respondeu: « ora, as Autarquias Locais "são pessoas colectivas públicas de população e território, correspondentes aos agregados de residentes em diversas circunscrições administrativas e que asseguram a prossecução dos interesses comuns, resultantes da vizinhança mediante órgãos próprios representativos dos respectivos habitantes". Deste conceito podemos extrair os seguintes elementos que passo a detalhar:

a) "Território - é um elemento da maior importância no conceito de autarquia local, tanto que as autarquias locais se definem como «pessoas colectivas territoriais», segundo a expressão da própria Constituição, ou, noutra terminologia, como «pessoas colectivas de população e território». O território autárquico é naturalmente uma parte do território do Estado; e a essa parte chama-se circunscrição administrativa.

Lembre-se, no entanto, que não se deve confundir a circunscrição administrativa com a autarquia local: aquela é apenas a porção de território, como tal, e esta última é a pessoa colectiva organizada com base nessa porção de território... o território desempenha relativamente à autarquia local um tripla função - Em primeiro lugar, o território desempenha a função de identificar a autarquia local. Os municípios não são identificáveis senão através do nome da circunscrição em que assentam, ou do nome da respectiva sede - o município do Lobito, o Município da Ingombota, o Município da Viana, só para citar alguns exemplos. Em segundo lugar, o território da autarquia tem a função de permitir definir a população respectiva, isto é, o agregado populacional cujos interesses vão ser prosseguidos pela autarquia local. - Em terceiro lugar, o território desempenha também o papel de delimitar as atribuições e as competências da autarquia e dos seus.

Órgãos, em razão do lugar. Naturalmente que estes órgãos só têm competência em função da área a que dizem respeito.

Em princípio, todo território nacional se encontrará distribuído por territórios autárquicos, isto é, as autarquias locais esgotarão com os seus território o território nacional: não haverá, em regra, parcelas de território nacional que não corresponderão a uma determinada autarquia local. Haverão, todavia, algumas excepções a esta regra, designadamente no que diz respeito às zonas de administração dos portos. As administrações portuárias são institutos públicos do Estado que têm a seu cargo uma certa zona - a «zona do porto» - que é por elas administrada em exclusivo, sem qualquer possibilidade de interferência das autarquias locais respectivas.

b) O agregado populacional. - O segundo elemento do conceito de autarquia local é a população, ou o agregado populacional. Tem obviamente a maior importância, porque é em função dele que se definem os interesses a prosseguir pela autarquia e, também, porque a população constitui o substrato humano da autarquia local. Os residentes no território da autarquia constituem a sua população. E o critério da residência que para este efeito funciona primariamente. Antigamente chamava-se aos membros de uma autarquia local, aí residentes, os vizinhos, justamente porque as autarquias locais surgem do fenómeno da vizinhança. Hoje essa expressão caiu em desuso e, para o município, costuma utilizar-se a expressão municípios - residentes que formam o substrato humano do município. A qualidade de membro da população e uma autarquia local a qualidade de vizinho, em linguagem clássica - confere uma série de direitos e deveres. O direito mais importante é o direito de voto, nomeadamente nas eleições para os órgãos dirigentes

dessas mesmas autarquias. Mas há outros direitos, tais como o direito de consultar determinados documentos, o direito de assistir às reuniões públicas dos órgãos da autarquia, o direito de recorrer para os tribunais contra certos actos da autarquia, etc. Também existem determinados deveres ligados à qualidade de membro da população de uma autarquia local, nomeadamente o dever de pagar impostos locais.

c) Os interesses comuns. - O terceiro elemento do conceito consiste nos interesses comuns das populações. São estes interesses que servem de fundamento à existência das autarquias locais, as quais se formam para

prosseguir os interesses privativos das populações locais, resultantes do facto de elas conviverem numa área restrita, unidas pelo laço da vizinhança. É a existência de interesses locais diferentes dos interesses gerais da colectividade nacional que justifica que ao lado do Estado - cuja organização e actuação cobre todo o território - existam entidades especificamente locais, destinadas a tratar dos interesses locais. Claro que entre os interesses locais diferentes dos interesses gerais da colectividade nacional que justifica que ao lado do Estado - cuja organização e actuação cobre todo o território - existam entidades especificadamente locais, destinadas a tratar dos interesses locais. Claro que entre os interesses próprios das populações locais e os interesses gerais da colectividade nem sempre é fácil traçar a linha divisória: um interesse tipicamente local, por exemplo, é a atribuição de números de portas às habitações. Há outros interesses que são claramente nacionais: a defesa militar da Nação; o desenvolvimento diplomático da política externa; a coordenação geral da investigação científica e tecnológica; etc. Mas há casos em que os interesses são simultaneamente nacionais e locais. Em relação a eles tem de intervir o legislador, tem de actuar a lei administrativa, para decidir se se deve considerar que o interesse prelevante é o da comunidade nacional - o caso em que deve ser posto a cargo do Estado; ou se o interesse prelevante é local devendo portanto ser entregue à respectiva autarquia local; ou ainda se há que estabelecer formas de articulação e coordenação entre o Estado e as autarquias, por certos interesses serem simultaneamente nacionais e locais.

d) Os órgãos representativos. Finalmente, o quarto elemento do conceito de autarquia local é a existência de órgãos representativos das populações. Este é um elemento essencial do conceito: não há, em rigor, autarquia local quando ela não é administrada por órgãos representativo das populações que a compõem. E através de eleições que são escolhidos os representantes das populações locais para exercerem a função de órgãos das autarquias locais: e por isso estes se chamam órgãos representativos. Só nessa medida se

pode dizer que são as próprias populações locais a administrarem-se a Si mesmas».

Ó Divas como é que tu sabes tudo isto? Questionou João Perguntão.

Estava a citar FREIT AS DO AMARAL, Curso de Direito Administrativo, 2.ª Edição vol. I, Almedina 2005, pp. 419 e 420, respondeu Divas, o Divagas. Ainda assim, não totalmente satisfeito com a resposta, voltou a carga e disparou: então quando é que nós teremos autarquias em Angola? O que é necessário para que estas sejam institucionalizadas? Qual o procedimento a seguir?

Como se vê, João Perguntão, não deixa os seus créditos (reconhecidos de perguntão) em mãos alheias!

Todavia, o Divas, o divagas tinha a lição bem estudada e não divagou: mais uma vez deu uma aula ao Perguntão, e, eu, a socapa, escutei na poltrona da sala dos Professores da Faculdade de Direito da Universidade Pública.

" Para institucionalizar as autarquias locais é necessário criar-se, em primeiro lugar, o quadro jurídico, isto é, aprovação do "pacote legislativo autárquico" (lei sobre o poder local; lei sobre as autarquias locais; lei sobre as eleições autárquicas; lei sobre finanças autárquicas, etc.). Em segundo lugar, deve-se, como nos diz CARLOS FEIJÓ (no seu livro "Problemas Actuais de Direito Público Angolano, Contributo para a sua Compreensão, principia, Estoril-Cascais, 2001, pp. 146 e 148) observar alguns princípios:

" I) Divisão territorial, isto é, categorizar as autarquias locais como sendo os municípios e as comunas. Não sou defensor da autarquização provincial, pelas seguintes razões:

a) Não acredito que o espaço territorial provincial, em Angola, consiga aproximar as populações em função das relações de vizinhança e da resolução de problemas comuns e próprios das populações respectivas. Afinal, são as relações de vizinhança e os interesses próprios que fundamentam e justificam um poder local.

b) Receio que a autarquização das províncias constitua um movimento contrário à descentralização por conferir poderes a um escalão ou unidade territorial muito distante dos cidadãos, o que seguramente poderia redundar num processo centralizador.

II.) Organização, isto é, os órgãos representativos principais deverão ser deliberativos (assembleia de funcionamento não permanente e sem membros profissionalizados; executivos colegiais de funcionamento permanente e membros a tempo integral presidente e vereadores cujo número variará consoante o volume de trabalho e a dimensão da respectiva unidade territorial - e executivos individuais, os presidentes. O sistema de governo

Autárquico deverá ser de cariz semi-presidencial, sobretudo no sentido de possibilitar o controlo político e a responsabilidade política dos órgãos executivos perante os órgãos deliberativos, a concretizar-se, eventualmente, por moção de censura.

III) Outros princípios seriam os da independência, da cooperação, da legalidade, da protecção legal da autonomia local, do património e das finanças próprias».

Mas Divas sai-se transferir todas as atribuições do Estado para as autarquias locais? E este figurino será para todo o território? Indagou João Perguntão?
Não! respondeu Divas Divagas.

Ainda CARLOS FEIJO nos adverte que «o futuro texto constitucional deverá permitir que o modelo de poder local seja faseado e gradualmente implementado, seja no que concerne às atribuições e competências que hoje o Estado, e em particular os governadores, exercem e devem ser transferidas para os órgãos do poder local, seja no que concerne à implementação, em concreto, dos órgãos do poder local.

Não é aconselhável uma mudança abrupta que não tenha em conta os recursos humanos disponíveis, a necessidade de se assegurar uma paz social e de" um sistema administrativo inteligente (Estado inteligente que assegure a mudança»>.

O João Perguntão pretendia levantar outra questão no momento em que eu abri a porta da sala dos Professores. Visivelmente constrangido, conteve-se. Neste instante, os dois em uníssono saudaram-me: «Bom dia Dr. Lazarino». Eu, ainda mais constrangido por ter interrompido àquele diálogo elegantemente académico (tinha que ir ministrar uma aula), respondi: «Bom dia, tudo bem com vocês?». Seguramente o João Perguntão continuou a questionar o Divas Divagas, mas eu já não vos posso contar, porque, logo de seguida, ganhei o corredor, apanhei as escadas e encaminhei-me para sala número 5 para ministrar mais uma aula de Direito Administrativo.

Que tal se perguntarmos ao Divas Divagas e ao João Perguntão como prosseguiu àquele rico diálogo? Até a próxima.

3.9 Conselho de ministros impõe limites às despesas das unidades orçamentais

Jornal de Angola...20-12-07

Nenhuma unidade orçamental poderá, a partir do

próximo ano, realizar despesas para além dos limites fixados pelo Orçamento Geral do Estado, enquanto aos ministérios e governos provinciais fica vedado o agenciamento de financiamentos e a contratação de dívidas de qualquer natureza.

A decisão do Governo, reunido ontem em Conselho de Ministros, surge em função da aprovação ontem das Instruções de Execução do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano.

A 11ª sessão ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no Palácio residencial da Cidade Alta, em Luanda, suspendeu a discussão da agenda para a retomar no próximo dia 27 do mês em curso.

As instruções melhoram substancialmente a tramitação para a solicitação e autorização de créditos adicionais, bem como as normas relativas à execução da despesa, de acordo com o comunicado final da reunião.

O ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, referiu no final da reunião que o documento aprovado vai ditar regras sobre a "necessária disciplina que as unidades orçamentais têm de exercer para que a despesa que lhe está consignada no quadro do OGE possa ser cabalmente executada e que as responsabilidades sejam cabalmente determinadas.

As instruções dizem respeito aos gastos e como se processam os salários e os subsídios, como é que as unidades orçamentais se dirigem para receber estes recursos e como ter acesso aos pagamentos dos grandes contratos relativos aos projectos.

A OGE para 2008, com receitas e despesas de 2,5 triliões de Kwanzas, foi aprovado este mês pela Assembleia Nacional, e o passo que faltava era estabelecer as modalidades através das quais as unidades orçamentais teriam acesso aos recursos orçamentais, quando se dirigissem ao Ministério das Finanças, enquanto órgão centralizador de gestão daquele documento programático.

3.10 II encontro provincial das autoridades tradicionais "valorizar o poder tradicional"

Jornal de Angola...20-12-07

As autoridades tradicionais são importantes parceiras do Governo, na resolução das principais preocupações das comunidades.

Pela importância e influência na vida local, o Governo vem prestando uma atenção especial a estes representantes comunitários. Neste contexto, o Executivo promoveu o Segundo Encontro Provincial das Autoridades Tradicionais, visando despertar, cada vez mais, o poder da autoridade tradicional.

No evento sobas e regedores tomaram conhecimento do Estatuto Jurídico da Autoridade Tradicional e foram eleitos 36 delegados ao encontro nacional.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Partidos e Eleições

Jornal de Angola...13-12-07

No mês de Novembro, por ocasião da discussão do Orçamento Geral de Estado, para o ano de 2008, no Parlamento, muitos partidos da oposição colocaram reticências quanto à realização das segundas eleições legislativas nesta data, por, alegadamente, não constar do OGE a verba específica para o pleito e, em reacção, o secretário para a informação do MPLA, Kwata Kanawa, saiu com uma resposta que, a meu ver, deve ser tida como uma espécie de "trabalho de casa" para quem almeja chegar, democraticamente, ao exercício do poder político em Angola.

Só para rememorar, vou parafrasear as palavras daquele político: "Quem ainda tem dúvida que as eleições se realizam no próximo ano que se prepare.

É este, a meu ver, um dado que deve mobilizar outra dinâmica das lideranças políticas - individuais ou de grupo - e, globalmente falando, do vasto número de partidos que, se eventualmente reunirem requisitos exigidos por lei, virão a concorrer no pleito. Posto isto, é hora de anotar ganhos pré-eleitorais, em vez de se remeterem a questionamentos, como é esse da realização ou não do escrutínio, quando até o Presidente da República, que é o órgão de soberania com competência para convocar o pleito, tem deixado sinais claros de que esse exercício é inevitável no ano que vem.

Como se sabe, a orientação política do País é, no paradigma constitucional, definida também, entre outras formas, pelos discursos oficiais do Chefe do Estado. E se assim é acaba, por isso, por ser vinculativo, só para citar um recente exemplo, a referência à realização das eleições em 2008, no discurso que o Chefe de Estado e Governo proferiu em Outubro, em Moçambique, onde esteve em visita oficial.

Quero crer, pois, que o cepticismo demonstrado por alguns actores políticos em casa nossa mais tem a ver com o que, honesta e corajosamente, o ministro da Administração do Território e coordenador da Comissão interministerial para o Processo Eleitoral, Virgílio de Fontes Pereira, qualifica de difícil e difusa realidade político-administrativa do País, associada aos constrangimentos nos domínios das comunicações, acessibilidade, psicologia social e eleitoral da população; um cenário que também a meu ver - pode ser debelado até 2008.

Em boa verdade, a constatação recorrente é que, tendo o País experimentado apenas a ida às urnas em 1992, passados que estão quinze anos, sem que o ciclo eleitoral corresse normal, é óbvio que "nesta altura do campeonato", para usar aqui a linguagem desportiva, se deparem, o Estado e o Governo, com empecilhos de ordem histórica, social, cultural, democrática, demográfica, económica e política.

Esse quadro, porém, não pode deixar de ser um alerta aos potenciais concorrentes ao pleito legislativo, e mesmo presidencial, em 2009.

Atente-se nas palavras de Kwata Kanawa: é hora de cada partido se preparar, quanto mais não seja porque hoje o número de partidos que conformam o nosso mosaico político é mais amplo do que em 1992 e esse crescendo exigirá muito trabalho, mesmo para aquelas formações já enraizadas.

O gráfico daquele ano faz-nos recapitular que, por exemplo, nas legislativas, o MPLA elegeu 59 deputados no círculo provincial e 70 no nacional, perfazendo 120 no Parlamento. As restantes "fatias" foram para a UNITA (26 + 44 = 70), PRS (3 + 3 = 6), FNLA (2 + 3 = 5) PLA (0 + 3 = 3), AD Coliga (0 + 1 = 1), PSD (0 + 1 = 1), PAJOCA (0 + 1 = 1), FDA (0 + 1 = 1), PDPANA (0 + 1 = 1).

Em face destes dados, a questão, de facto, é essa: a muitos destes partidos porquê suscitar dúvidas sobre se as eleições se realizarão no próximo ano ao invés de se prepararem melhor?

O jurista e então director-geral das eleições de 1992, Onofre dos Santos, recentemente ditou outra espécie de trabalho de casa aos partidos e candidatos ao sustentar que, do ponto de vista legal e político, as campanhas eleitorais só têm lugar nos últimos trinta dias da realização das eleições, mas que tal não significa que apenas durante este período os partidos e candidatos possam publicitar os seus programas e objectivos eleitorais.

Essa deixa sugere pois que antes mesmo os partidos e candidatos podem exprimir, com toda a liberdade, os seus programas e objectivos eleitorais, por via do acesso gratuito e partilhado nos meios de comunicação, cortejos e desfiles podem ir tecendo já as suas pré-

campanhas para depois não correrem contra o tempo. Neste momento, muitos partidos, sabendo que o ano de 2008 é já ao virar da esquina, só agora realizam os seus conclave. Neste particular, estamos aqui para dizer, desapaixonadamente, que na verdade o tempo, esse, corre célere.

4.2 Governo assegura dinheiro para legislativas em 2008

Jornal de Angola...14-12-07

O Primeiro-Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, garantiu aos deputados da Assembleia Nacional, que as verbas referentes às despesas com a conclusão do processo eleitoral, mormente as campanhas dos partidos, e para realização das eleições legislativas do próximo ano estão contempladas no Orçamento Geral do Estado de 2008.

Fernando da Piedade Dias dos Santos dirigiu-se aos parlamentares ontem durante a plenária de aprovação do OGE de 2008, dizendo-se "preocupado com a insistência com que os deputados discutem a questão das verbas", uma vez que o "assunto foi exaustivamente debatido" pelas comissões de especialidade da Assembleia Nacional, e "já foram prestados vários esclarecimentos" sobre o assunto. Para o Primeiro-Ministro, é prematuro falar-se em números exactos, visto que existem questões ainda por apurar, como por exemplo o número de partidos que vão concorrer. "Nós ainda não sabemos quantos partidos e que partidos irão participar nas eleições. Existem partidos políticos que ainda estão em fase de legalização", disse.

O Primeiro-Ministro pediu paciência aos deputados, assegurando que tanto as verbas para a conclusão do processo eleitoral como as que cobrirão a realização das eleições legislativas no próximo ano estão garantidas. "Nós ficamos preocupados porque é que se insiste tanto neste assunto. Podem aguardar que na devida altura as verbas serão disponibilizadas", frisou.

Ao intervir na sessão de ontem, o chefe da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, afirmou que o seu partido definiu como prioridades para 2008 as eleições legislativas e a continuação da implementação do programa de reconstrução e desenvolvimento do país.

Bornito de Sousa definiu essas tarefas quando usava da palavra na sessão plenária da Assembleia Nacional, consagrada à aprovação do OGE de 2008, aprovado com 113 votos a favor. Dos 70 deputados da UNITA, 32 votaram contra o diploma e 12 se abstiveram.

Aquando da apresentação da proposta de OGE para 2008, o Primeiro-Ministro anunciou que a preparação e realização das eleições legislativas vão consumir 13.887

mil milhões de Kwanzas.

Na altura, a UNITA manifestou-se céptica por, no seu entender, não terem sido apresentados números específicos para as eleições.

4.3 Há cidadão registados sem nomes nos cadernos eleitorais

Capital...15-12-07

QUANDO já só restam poucos dias para o fim do período de consulta e apresentação de reclamações aos dados constantes nos cadernos eleitorais de cidadãos registados no âmbito do processo de registo eleitoral, a UNITA entende que nem tudo está feito às claras, que há muitas arestas que carecerem de lima.

«Uma grande quantidade de informação nos chegou no sentido de que se está a interpretar de forma errada a lei. A lei diz que se deve consultar os cadernos eleitorais nos locais onde se fez o registo ou nos locais onde as pessoas indicou que gostaria de poder votar», defendeu o responsável do partido.

É que, à semelhança do que revelou por altura do fim da campanha do registo eleitoral, ou seja, da existência de muitas «zonas cinzentas», cujos cidadãos não foram tidos nem achados pelas brigadas, o «galo negro» volta a bater na mesma tecla, pois entende que há ainda muita coisa que se diga sobre o processo, agora na fase de afixação dos cadernos.

O que se verifica agora, segundo a UNITA, é que existem um número bastante elevado de pessoas que não estão a encontrar os seus nomes nos locais onde se registaram. «Estamos a começar a ouvir responsáveis dos gabinetes eleitorais a dizer que os nomes foram enviados para os endereços constantes nos bilhetes de identidade, que não está estipulado na lei», salientou.

«Com a não existência dos nomes todos nos locais que a lei determina, estamos exactamente a prever que um elevado número de pessoas não vai poder verificar os seus nomes nesses locais», salientou. E o que vai acontecer? «Não vão poder verificar em tempo bom se os dados estão bem ou mal e muitos desses cidadãos de forma errada, mas em interpretação correcta da lei, quando forem votar vão dirigir-se aos locais onde fizeram o registo e os seus nomes não vão estar lá», pelo que correm, por isso, o sério risco de não puderem exercer este direito.

A UNITA prefere não falar em «processo viciado» dadas repercussões que tal poderá produzir. Prefere antes tipificar este assunto de «preocupante e pouco transparente», mais a mais por as campanhas cívicas não serem tão esclarecedoras quanto aos locais para consultas.

O partido dirigiu já um pedido de urgente à tutela (CIPE), no sentido desta vir a público confirmar os

procedimentos para as consultas e reclamações dos cidadãos. «Os angolanos devem estar devidamente esclarecido dessas razões e o governo deve rapidamente repor aquilo que é o seu compromisso repetido de que, na realidade, vamos ter eleições», sugeriu.

4.4 Comissão executiva eleitoral regista mais de 800 reclamações

Jornal de Angola...15-12-07

A Comissão Executiva para o Processo Eleitoral da Huíla registou 885 reclamações durante o período de exposição dos cadernos eleitorais a nível da província, informou ontem o seu coordenador, António Venâncio.

O responsável fez saber que mais de 50 por cento das reclamações foram feitas na cidade do Lubango, restante nos 13 municípios, sendo o Kuvango o que menos registou, com cinco casos.

Segundo dados da CIPE, baseados nos números do registo eleitoral, a província da Huíla é, depois de Luanda, a maior praça eleitoral do país.

4.5 Oposição defende extinção da CIPE

Agora...15-12-07

Os representantes da UNITA, FNLA, FPD, PDP-ANA e do PLD que esta semana mantiveram um encontro onde estiveram também presentes mandatários de algumas organizações da sociedade civil, decidiram endereçar ao Governo uma solicitação no sentido de considerar extinta a Cipe (Comissão interministerial para o Processo Eleitoral), alegadamente por se achar que não há mais razão para continuar a existir uma estrutura que não tem respaldo legal e, sobretudo, pelo facto de estar sobreposta à CNE (Comissão Nacional Eleitoral).

A oposição baseia-se na Lei Eleitoral, que orienta a organização das eleições e sua supervisão devem ser da competência da CNE e não a Cipe, conforme também defende o regulamento eleitoral aprovado pelo Conselho de Ministros.

Esta contrariedade, segundo apurou o AGORA, está a deixar a oposição entre dúvidas e interrogações sobre a veracidade do processo que se quer transparente e sério.

Os representantes ao aludido encontro são de opinião de que se dote a CNE de meios capazes para fazer face aos desafios que se consubstanciam com a organização e supervisão das eleições, à semelhança da Cipe. "A CNE não tem condições para levar a cabo a missão que lhe está conferida pela lei. A logística que tem não

grande, os meios que tem não são bastantes, enquanto que a Cipe tem todos estes meios mas a lei não lhe confere esta execução", disse Adalberto da Costa Júnior, secretário para a informação da UNITA e porta voz do encontro.

No que toca ao processo de registo eleitoral, recentemente terminado, o político sublinhou que o mesmo não obedeceu aos princípios da universalidade, na medida em que no período destinado às reclamações uma parte considerável da população com capacidade eleitoral não encontrou os seus nomes lá onde se registaram. O que se passa é que, ainda de acordo com político, foram enviadas para os locais de residência a maioria dos nomes destas pessoas. "Isto preocupa os actores políticos e sociais porque pode indiciar uma grande abstenção dos cidadãos", disse o secretário para informação do Galo Negro.

A Cipe terminou recentemente as suas actividades, depois da exposição dos cadernos eleitorais para efeitos de consulta e reclamações, devendo apenas entrar novamente em acção, em Abril próximo, altura em que será feito o registo dos cidadãos que completarão dezoito anos, no próximo ano, e os que, por várias razões, não conseguiram efectuar o seu registo no período normal, assim como na etapa de alargamento do processo em causa.

4.6 Rede eleitoral-Cunene promove seminário sobre etapas do processo

Jornal de Angola...15-12-07

Membros de associações juvenis, membros do conselho provincial da juventude e activistas de educação cívica eleitoral no Ombandja foram alvo, esta semana, em Xangongo, de uma acção de capacitação sobre as diferentes fases do processo eleitoral.

Promovido pela Rede Eleitoral Cunene, o seminário contou com 33 participantes, que receberam subsídios sobre a importância do voto, o comportamento do cidadão em idade de votar, a democracia, as diferentes etapas do processo eleitoral e período pós-eleições.

De acordo com Peregrino Mikagi, o formador, o seminário foi valioso porque serviu para dissipar alguns equívocos no seio dos agentes de educação cívica que exercem um papel de suma importância nas comunidades.

Segundo o interlocutor, os temas debatidos despertaram muito interesse ao longo da formação, que serviu para medir o nível de conhecimento dos activistas sobre questões como as diferentes fases do processo eleitoral.

4.7 Autárquias locais depois das presidenciais

Apotulado...17-12-07

Dissipadas dúvidas: as autarquias locais estão encaradas somente depois das eleições presidenciais prometidas para 2009. Mas, o “suspens” continua sobre a data das legislativas do próximo ano.

O escalrecimento sobre as autarquias consta do comunicado final que o Conselho da República (CR), órgão consultivo do chefe do Estado, emitiu no termo da sua reunião realizada hoje.

«O CR aprovou os princípios constantes do memorando e os métodos de implementação gradual em tempo oportuno depois das eleições presidenciais», reza o comunicado.

«No seu discurso de abertura, o presidente José Eduardo Dos Santos frisava esperava parecer sobre o memorando do estudo das eleições autárquicas, efectuado pelo ministro da administração do território.

Estendeu a consulta ao prazo da actualização do registo eleitoral e a definição da data do pleito eleições, sublinhando as tarefas remanescentes do processo já levado a cabo.

«O CR recomenda que o processeio de actualização do registo eleitoral tenha lugar nos meses de Abril e Maio de 2008», retorquiu o comunicado.

Quanto à reclamação referente data precisa das eleições legislativas, anuiu praticamente a passagem do discurso de abertura, no qual Dos Santos reafirmou:

A data das legislativas de 2008

«O Presidente da República convocará as eleições e fixará a data para a sua realização logo que receba, nos termos da Lei, o Relatório da Comissão Nacional Eleitoral que confirme a realização do registo eleitoral em conformidade com as normas legais e garanta que está em condições de organizar a votação no período de Maio a Setembro de 2008».

No entanto, o CR repercutiu a vontade que a Oposição acentuou ultimamente em ver o chefe do Estado intervir para inverter a subida da intolerância político-partidária no país.

«Os membros do CR exortaram a todas as forças políticas da Nação a adoptarem formas de comportamento e atitudes no sentido de fortalecer a tolerância e o convívio pacífico entre os cidadãos», disse o comunicado a este respeito.

No discurso de abertura, Dos Santos enfatizou o balanço positivo da CIPE e o tamanho das tarefas remanescentes que cabe agora à Comissão Nacional Eleitoral (CNE), um órgão independente.

No seu ponto de vista, a definição dos locais onde os eleitores vão votar, organizar as mesas de voto, produzir os boletins de voto e as urnas para a sua arrecadação são os elementos ainda em falta. Apontou

também a organização do transporte das urnas e o escrutínio, o sistema de segurança e de apoio logístico ao processo de votação. «Trata-se de uma operação complexa e muito grande. O governo, através da comissão para o processo eleitoral que acumulou uma grande experiência para a realização do registo eleitoral, por um lado, e as Forças Armadas Angolanas, por outro lado, estão disponíveis a apoiar a Comissão Nacional Eleitoral no que for necessário», completou

4.8 Eduardo dos Santos anuncia eleições para 5 e 6 de Setembro de 2008

VOA...27-12-07

Acabaram-se as dúvidas em relação às próximas eleições legislativas em Angola. O Presidente Eduardo dos Santos anunciou hoje a realização do pleito eleitoral para os dias 5 e 6 de Setembro de 2008, respondendo deste modo, à preocupação da oposição que defendia a definição de uma data concreta. Na habitual mensagem de fim de ano, Eduardo dos Santos afirmou que as próximas eleições devem ser realizadas num clima de paz, harmonia e fraternidade entre todos os angolanos, sem recurso à violência verbal ou física, com tolerância e respeito pela opinião e ideias alheias.

Acrescentou que as eleições serão convocadas em tempo oportuno e que o exercício de voto é um processo que vai aprofundar o sistema democrático no país e permitir que este funcione normalmente.

«A vontade do povo angolano deve exprimir-se com verdade e sem limitações nos dias 5 e 6 do mês de Setembro de 2008, nas eleições legislativas que serão oportunamente convocadas?»- sublinhou.

Eduardo dos Santos deixou um recado à Polícia Nacional, tantas vezes acusada pela população de ter um comportamento que não se coaduna com um Estado democrático e de direito.

«É fundamental que seja completamente garantida a segurança dos cidadãos e a protecção dos seus bens, pois a ordem pública é uma condição indispensável para que os cidadãos se sintam tranquilos e possam viver sem quaisquer constrangimentos nem receios, exercer os seus direitos e cumprir com os seus deveres. A Polícia Nacional, como garante dessa ordem tem de dar o exemplo, devendo os seus quadros e agentes pautar a sua conduta pelo respeito pela vida humana e pela propriedade pública e privada. Só assim esta corporação corresponderá às expectativas de todo o povo angolano»- referiu.

No domínio económico, Eduardo dos Santos gabou-se dos êxitos que têm sido alcançados, particularmente no

que diz respeito ao crescimento da economia, à redução da inflação, a gestão das finanças públicas e ao combate à pobreza.

«Angola é neste momento, no mundo, um dos países onde a economia mais cresce. Temos de fazer tudo para que este crescimento seja duradouro e promover de forma sustentável o desenvolvimento. A nossa economia precisa de crescer durante muitos anos mais do que cresce a nossa população. Assim produziremos mais riqueza para distribuir e poderemos combater a pobreza de modo mais eficaz, garantindo a melhoria das condições sociais dos cidadãos.

O governo está a fazer a sua parte, a inflação foi mantida sob controlo e a gestão das finanças públicas está melhor articulada com a gestão da moeda e das reservas internacionais líquidas do país» - acentuou.

O Chefe de Estado angolano defendeu, por outro lado, a abertura de canais de diálogo entre governantes e governados, promovendo assim o exercício pleno da cidadania através de críticas e propostas construtivas ou com acções concretas que contribuam para a melhoria das condições de vida dos angolanos

4.9 Eleições legislativas em setembro de 2008

fólia 8... 29-12-07

Nos países normalmente desenvolvidos (quer dizer naqueles em que o desenvolvimento não é de 30% e não beneficiam ninguém, como em Angola, mas de 4 a 10% e mesmo assim conseguem trazer alguma mais valia ao bem-estar da população), quando acontece haver falta de energia esse produzir o que por essas bandas ocidentais se chama "Apagão", mesmo que seja parcial, provoca sempre um levantar de vozes de protesto imediato, a fazer pressão para que a normalidade seja reposta e a energia periclitante volte a fazer morada no lar dos ofendidos utentes. No nosso país é o contrário, quer dizer, quando a energia vai à vida e se dá um "Apagão", é como que se fosse normal, ninguém protesta, e quando ela regressa aos lares afectados, ouvem-se gritos de alegria "Luce! Luce!", a festejar o acontecimento.

É algo de parecido com essa atitude do nosso povo em relação aos cortes de energia, a reacção que se faz sentir a propósito deste discurso de fim de ano do Presidente Eduardo dos Santos, a anunciar que as eleições terão lugar em Setembro de 2008. A tendência geral, mesmo para os analistas que deveriam manter uma certa distância e pautar por uma atitude neutra, mas crítica, mandam as críticas para o Diabo e saem-se com comentários laudativos, como se o Presidente tivesse feito um favor ao povo angolano, quando na

realidade o anúncio da data das eleições foi feito simplesmente porque os limites de aceitação do seu mutismo já "estavam a atingir os limites do inaceitável.

4.10 Unita quer eleições num dia

Fólia 8... 29-12-07

A UNITA considerou "muito importante" para o avanço da democracia a marcação de eleições legislativas, mas quer que a votação decorra num só dia "por questões de transparência"-

Adalberto da Costa Júnior, responsável pela informação do maior partido da oposição, lembrou que as últimas eleições, em 1992, também decorreram em dois dias "e muitas anormalidades aconteceram", nomeadamente o facto de a luz ter faltado durante a noite em todo o país.

"A UNITA tudo vai fazer para que o senhor Presidente da República pondere e aceite a realização das eleições apenas num dia. E a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) tem estudos que indicam que isso é possível", disse. Adalberto da Costa Júnior adiantou que a data anunciada pelo Presidente (no início de Setembro) é "bem vinda" mas sublinhou ser "importante não cometer os erros do passado", porque em 1992, devido à realização da votação em dois dias, "houve muitos problemas de transparência", Nas eleições gerais de 1992, o MPLA venceu as legislativas, mas quanto às presidenciais o processo ficou incompleto já que a segunda volta não chegou a realizar-se, tendo, entretanto, a guerra civil recomeçado no país. O conflito angolano só terminou com a assinatura dos Acordos de Luena, a 04 de Abril de 2002, após a morte em combate de Jonas Savimbi, líder da UNITA, a 22 de Fevereiro do mesmo ano.

Por outro lado, o dirigente disse não entender que o Presidente da República tenha sugerido como razão para o protelamento da marcação das eleições preceitos legais que "agora não cumpriu", nomeadamente a falta de publicação dos cadernos eleitorais em Diário da República e a inexistência "até agora" de uma "declaração da CNE afirmando que estão reunidas todas as condições para a realização das eleições". Também pela UNITA, o seu líder parlamentar, Alcides Sakala, afirmou ser "um bom começo" o anúncio da data para a normalização da democracia angolana, mas lembrou que "é preciso passar das palavras aos actos", referindo-se ao pedido de dos Santos para que a violência verbal e física seja afastada do período eleitoral.

4.11 Data das eleições e chicoca no final do ano

O ano 2007 termina com a dissonância de dois eventos por acaso paradigmáticos do período.

Positivo em absoluto: a marcação indicativa das eleições legislativas para 5 a 6 de Setembro de 2008. O anúncio aliviou a expectativa democrática, cuja impaciência tendia para a saturação. O chefe de Estado brindou o país com a notícia na sua tradicional mensagem de ano, desta vez bastante antecipada, pois dirigida a 27 de Dezembro.

Dois dias depois, infelizmente, o jornalista Armando Chicoca, correspondente da Ecclesia e 'o apostolado' no Namibe, é condenado a 30 dias de prisão correcional. E porquê? Por desobediência à autoridade, no concreto, , violação do cordão de segurança definido pela polícia para conter vendedores furiosos.

O incidente ocorreu na periferia do mercado 5 de Abril, onde os comerciantes, compensando a exiguidade do espaço no lugar certo, improvisam barracas não desejadas pelas autoridades.

Nesta peripécia , longe do desenlace judicial, a policia pontuou na primeira fase, ela que, ao longo do ano, somou tantas asneiras que levou o presidente a sintonizar com a sofrida população.

A derrapagem de muitos agentes da ordem pública na repressão na delinquência foi uma constância na actualidade do ano.

Zungueira (e mulher de colega) baleada, jovem gerente de ginásio morto por confusão com bandido procurado, interpelação letal de um candongueiro no Huambo, assassinato leviano de actores no Roque Santeiro... tantos homicídios que projectaram mal muita a gente da farda azul.

4.12 Polícia Nacional vai reforçar acções de asseguração às eleições

Angop...31-12-07

A Polícia Nacional vai reforçar, em 2008, as acções de asseguração às eleições legislativas, para que cada cidadão possa exercer o seu direito de voto sem perturbação de ordem moral, psicológica ou insegurança.

A revelação é do comandante-geral da corporação, Ambrósio de Lemos, quando discursava, hoje (segunda-feira), na cerimónia de cumprimentos de fim de ano aos responsáveis do órgão policial. Para o efeito, disse, a atenção da Polícia estará virada na profissionalização dos efectivos, criando indicadores internos de avaliação do desempenho e uma política de gestão de recursos humanos, que dê resposta às necessidades da corporação. O comissário-geral disse igualmente ser necessário

melhorar as condições de vida e de trabalho do efectivo, criando uma estrutura dinâmica e orientada, que permite prestar um serviço de qualidade. Com efeito, fez saber que está em elaboração o novo Estatuto Orgânico da Polícia Nacional, já no quadro de uma modernização adequada ao aumento da política da administração do Estado. Em 2008, segundo o comandante-geral, a atenção da corporação estará também centrada na construção e reabilitação de infra-estruturas policiais, em particular dos comandos municipais, esquadras, postos policiais, de guarda fronteira, entre outros. "Todos esses pressupostos visam criar condições necessárias para o aumento da capacidade operativa, com vista a propiciar mais segurança das populações, das instituições e adequando a acção policial às necessidades e expectativas da comunidade", frisou. Com efeito, disse ser necessário continuar a manter o diálogo com a sociedade na globalidade, a cerca dos mecanismos que reduzem o potencial de exposição ao crime e desenvolver programas de prevenção criminal. O processo de desarmamento da população civil, apetrechamento e entrada em funcionamento do Laboratório Central de Criminalística, a prevenção da sinistralidade rodoviária e a garantia da segurança na fronteira, constam também das prioridades da polícia para o ano de 2008. No seu discurso, o comissário-geral Ambrósio de Lemos fez saber que, no ano prestes a findar, a corporação registou vários sucessos, com realce na prevenção e combate à criminalidade e na prevenção da sinistralidade rodoviária e na melhoria das condições de trabalho do efectivo. Contudo, a alta patente policial lamentou os incidentes que envolveram agentes policiais, vitimando pessoas. "Incidentes que poderiam ser evitados com uma actuação serena e profissional". Das várias acções levadas a cabo pela Polícia Nacional, destacou o desmantelamento de 426 grupos de marginais, a detenção de dois mil 193 elementos autores ou suspeitos da prática de crimes e apreensão de três mil 365 armas de fogo de diversos calibres. De igual modo, foram recuperados 820 telemóveis roubados, mil e 229 viaturas roubadas e a apreensão de 5.006,327 quilogramas de liamba, 1.569 de cocaína e o asseguração com êxito do processo de registo eleitoral.

A cerimónia, decorrida na sala de reuniões do Comando Geral da Polícia Nacional, foi testemunhada por altas patentes da corporação.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Mortalidade infantil baixa no mundo, afirma UNICEF

Jornal de Angola...11-12-07

O número de crianças em todo o mundo que morre antes dos cinco anos de vida baixou para menos de 10 milhões em 2006, algo inédito na história recente, indica um informe da ONU divulgado ontem. O informe do Unicef (Fundo da ONU para a Infância) atribui o progresso nos índices de mortalidade infantil aos avanços nos cuidados da saúde. A directora do Unicef, Ann Veneman, afirmou num comunicado que acompanha o documento que "ao mesmo tempo em que a informação mostra um progresso considerável, ainda há muito a fazer". O Unicef indica que entre 1990 e 2004 mais de 1,2 bilião de pessoas conseguiram acesso à água potável. Além disso, entre 1996 e 2000 cresceram significativamente os números que dizem respeito ao aleitamento nos países em desenvolvimento, entre eles desta-cam-se sete países subsafricanos, que registaram um aumento de 20%. Também destacou o uso de redes com insecticida para controlar a malária entre os menores e a melhor distribuição de medicamentos anti-retrovirais, que reduzem a transmissão vertical do VIH. O relatório ainda alerta para o facto de subsistirem problemas como a morte de 500.000 mulheres por ano, por complicações durante a gravidez, a metade delas na África subsaariana. O estudo também encontrou níveis alarmantes de falta de saneamento, higiene e água potável, que contribuem para a morte de mais de 1,5 milhão de crianças em cada ano por diarreia e doenças relacionadas.

5.2 Crianças vitimas de minas recebem vitimas de minas

VOA... 13-12-07

Duas crianças vítimas de minas no município de Cassongue, província do Kuanza-Sul vão beneficiar de tratamento médico no Reino de Espanha, visando a sua reabilitação física.

O chefe de secção de protecção à criança do Instituto Nacional da Criança nesta província, David Domingos, que tornou público este facto diz que a sua instituição aguarda apenas por uma comunicação do INAC central

para a sua materialização.

David Domingos avançou, por outro lado, estar a trabalhar com a organização não governamental Kimbo-Liombembwa na identificação de crianças cujas patologias não encontram tratamento eficaz em Angola.

«Esta organização tem estado a trabalhar com o INAC a atender crianças portadoras de patologias graves cuja intervenção não é possível em Angola. O INAC, o ano passado, fez um levantamento através de algumas administrações municipais e, deste levantamento que procedemos o município do Cassongue identificou duas crianças vítimas de minas e que deveriam beneficiar com a sua reabilitação física na República de Espanha, concretamente em Barcelona.

Nós submetemos esses dados ao órgão central e estamos somente a aguardar pelo feedback».

Instituto Nacional da Criança e a ONG Kimbo-Liombembwa no Kuanza-Sul compartilham o mesmo sentimento com crianças portadoras de deficiência por acção de minas e duas crianças do município de Cassongue foram seleccionadas para a sua recuperação física no Reino de Espanha, facto que poderá ocorrer brevemente caso o INAC central delibere a questão rapidamente.

No Kuanza-Sul o número de crianças vítimas de minas não é muito alarmante, muito embora existam inúmeros petizes padecendo de deficiências tanto de natureza humana, da poliomielite dentre outras num universo que ronda em mais de quatrocentas mil.

Assim sendo, e enquadrado no programa do Natal da criança pelo Instituto da Criança no Kuanza-Sul, este desdobra-se há cerca de um mês em actividades diversas que visam angariar fundos e bens diversos no sentido de emprestar um colorido sem igual aos petizes da região mais concretamente as do município do Sumbe.

Para efeito, o INAC está a contar nesta empreitada com o apoio do governo da província e da direcção provincial da educação, cultura, ciência e tecnologia segundo Correia Bongue, Director do INAC no Kuanza-Sul.

Do natal da criança constam artigos como: brinquedos diversos, guloseimas, vestuário entre outros.

5.3 Angola lança apelo em Nova Iorque a favor das crianças vítimas de abuso

Jornal de Angola...13-12-07

O Ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, afirmou em Nova Iorque que o aumento do número de crianças vítimas de abusos no mundo reflecte uma degradação dos valores humanos e

um desafio às normas culturais que sempre preservaram a família e o equilíbrio das sociedades.

Discursando terça-feira na Sessão Especial das Nações Unidas sobre a criança, o governante angolano lamentou o facto de a condição da criança em certas partes do globo continuar na mesma ou pior, apesar de a ONU ter adoptado por unanimidade a Convenção sobre os Direitos da Criança, em 20 de Novembro de 1989.

"Novos desafios, como a pandemia do VIH/Sida, afectam as crianças e constituem sérios obstáculos ao desenvolvimento. Por outro lado, o efeito dos conflitos armados e outras formas de violência e abuso contra as crianças também têm efeitos devastadores na sua condição e futuro" - declarou.

O dirigente angolano, que também é o presidente do Conselho Nacional da Criança, frisou ser imperativo e objectivo estratégico do Governo de Angola assegurar o bem-estar e a protecção dos direitos fundamentais dos jovens, que constituem a maioria da população angolana (60 por cento dos angolanos tem menos de 18 anos).

No domínio da saúde, apontou os esforços em curso no combate ao VIH/Sida, as campanhas nacionais de vacinação contra o sarampo e a poliomielite, a luta contra a malária, com a participação de parceiros como o Unicef e a OMS, o acesso à água potável e as condições de higiene para a redução da mortalidade infantil.

O combate ao tráfico e a Exploração Sexual e Comercial de Crianças, contra a violência, bem como os esforços para enquadrar a situação das crianças acusadas de feitiçaria, através de um estudo cujo objectivo principal é perceber este fenómeno dentro do contexto da defesa dos direitos da criança, são outras das acções do Governo em colaboração com o Unicef, de acordo com o governante.

"Desde que a paz foi alcançada, em 2002, Angola tem dado passos decisivos para melhorar as condições de vida das populações, com a mobilização de recursos e através de uma gestão mais efectiva e cuidada desses recursos com vista à realização dos objectivos para Um Mundo adequado para as crianças affiançou o ministro.

Enumerou outras acções que contribuíram para a melhoria da situação da criança angolana, como a assumpção pelo Governo do compromisso de cumprir os objectivos de desenvolvimento para as crianças e as mulheres, o seu engajamento em prol dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e da Declaração e Plano de Acção adoptados na 27.ª Sessão Especial da Assembleia-Geral da ONU sobre a Criança.

Faz igualmente parte da estratégia do Governo, a criação da Comissão Interministerial de Coordenação das Acções Relacionadas com a Primeira Infância, realização de fóruns nacionais e a constituição do

Conselho Nacional da Criança, instrumento que será para a avaliação, acompanhamento e controlo da execução da Política Nacional de Protecção e Desenvolvimento da Criança.

As acções abrangem também o campo educacional onde se desenvolvem reformas que visam, entre outros aspectos, garantir a universalidade da educação primária de qualidade de todas as crianças dos 6 aos 18 anos e reforçar a capacidade e a qualidade dos docentes.

O ministro reconheceu, porém, que apesar desses esforços para que o país alcance rapidamente indicadores sociais mais consentâneos com os elevados índices de crescimento da sua economia, a pobreza permanece como um dos desafios neste processo para se garantir a cada criança angolana uma vida condigna.

Concluiu reiterando o engajamento do Presidente José Eduardo dos Santos na implementação da Convenção dos Direitos da Criança, e desejou que a declaração e o plano de acção a serem adoptados no final desta sessão da ONU sirvam os interesses da criança no mundo.

No seu relatório dirigido à 62ª Assembleia Geral da ONU, o Secretário-Geral, Ban Ki-moon, reconhece alguns progressos na problemática da defesa dos direitos da criança, mas exorta os estados membros a envidarem mais esforço para melhorar cada vez mais a situação das crianças.

5.4 Engenho explosivo mata crianças no Bié

Apostulado...14-12-07

Quatro crianças morreram e dois adultos ficaram feridos devido a explosão de um engenho explosivo no Município de Katabola, província do Bié.

O incidente ocorreu quando as quatro crianças brincavam nas proximidades da sua habitação, desconhecendo-se ainda se o engenho explosivo foi manipulado por elas.

De acordo com a mãe de duas das crianças vitimadas pela detonação, a explosão ocorreu a meio da manhã quando se preparava para ir ao mercado.

Segundo outros sobreviventes, que foram transportados para o Hospital Central do Bié, os estilhaços embateram sobre a parede de habitações próximas, presumindo-se que alguém de "má fé" tenha lançado o objecto.

Os sobreviventes encontram-se fora de perigo, com ferimentos ligeiros e a receberem tratamento médico naquela unidade hospitalar.

O município de Katabola, situa-se a 52 quilómetros a

leste da cidade do Cuito, capital provincial do Bié

5.5 Mulher continua relegada para segundo plano

Angolense...15-12-07

Em Benguela os factores sócio-culturais e económicas continuam a excluir as mulheres rurais do sistema de ensino escolar. Num meio em que as condições de pobreza propiciam o trabalho infantil para complementar a renda familiar, as meninas acabam por ser as principais vítimas.

Nos campos cabe as raparigas procurar água, lenha e outras tarefas domésticas e ainda cultivar os campos ou vender produtos à beira da estrada. Devido a esta tendência, as mulheres acabam excluídas do ensino e mesmo quando frequentam a escola têm péssimos resultados.

A gravidez precoce é outro dos problemas, já que as raparigas são educadas principalmente para se tornarem mães e os casamentos acontecem ainda na fase da adolescência.

Isabel, de 20 anos de idade, é casada, e vendedora do mercado municipal do Bicaio. Desistiu da escola para cuidar dos filhos e do lar. Ela diz mesmo que teve de assumir a família.

Uma pesquisa recente sobre o género e a educação em Benguela revela que a falta de escolas e de professores com que a província se debate e os custos do material escolar, bem como a falta de recursos para as despesas referentes a educação e a pobreza gritante da população são alguns dos constrangimentos mais perspectiváveis para a família na hora de levar a criança a escola.

A pesquisadora Maria José assegurou que as drogas nas escolas e os comportamentos violentos que acompanham parecem inicialmente ser um fenómeno - masculino e urbano, enquanto que as gravidezes precoces se apresentam nos dois espaços.

A gravidez na adolescência resulta, por vezes, de relações sexuais mantidas com adultos, inclusive com os professores.

Discriminação

A noção do trabalho feminino restringe os homens das tarefas domésticas, como cozinhar, lavar a loiça entre outras e limita também as oportunidades das mulheres devido a discriminação.

Associa-se a isto, a prevalência dum sistema de lavadores tradicionais que ditam o papel da mulher como mãe e dona de casa. Trata-se duma imagem colectiva que acaba por deixa-las sem tempo para as aulas devido a sobrecarga de trabalho a que se submetem, dando privilegio aos homens que conseguem formar-se.

Nas comunidades, os homens são tidos como enfeitizados pelas suas companheiras quando praticam o chamado

"trabalho feminino", como nos explica a jovem Rosa, de 19 anos de idade, camponesa que abandonou os estudos alegando a falta de tempo. Já o seu marido tem tempo suficiente para estudar e fazer os seus negócios.

Apesar de relatos como este, Nara Viagem, professora do ensino primário na zona rural, disse que nos últimos anos a participação das mulheres tem sido bastante activa, embora tenha lamentado a agressividade de alguns homens para com as esposas.

"Os nossos próprios companheiros não motivam, cá no interior ainda dizem que quando a mulher frequenta a escola, se calhar não vai aprender a ler e a escrever, mas sim namorar e aprende a escrever cartas para os seus amigos", lamentou.

A fraca instrução das mães, que passam a maior parte do tempo com os filhos, tem consequências graves, inclusive na saúde dos pequenos, já que não têm informação suficiente para permitir-lhes o devido tratamento.

5.6 Estudantes com carência económica beneficiarão de bolsas de estudo

Angop...19-12-07

Um decreto que regulamenta a concessão de bolsas de estudo internas para estudantes com carência económica, que frequentam o ensino superior ou que pretendam ingressar ao ensino superior, foi hoje (quarta-feira), em Luanda, aprovado pelo Conselho de Ministros.

A outorga das bolsas será feita a partir de Março do próximo ano e serão geridas pelo Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INABE), informou o secretário de Estado para o Ensino Superior, Adão do Nascimento, em declarações à imprensa no final da 11ª sessão ordinária do órgão colegial do Governo, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Segundo Adão do Nascimento, foram aprovados dois tipos de bolsas de estudo. O primeiro abrange os encargos com as matrículas, inscrições e as propinas, ao

passo que o outro contempla os encargos com as despesas de alojamento, alimentação, transporte escolar e bibliografia.

Em relação aos ramos de formação a contemplar, 70 por cento das bolsas serão reservadas para as ciências, engenharia e tecnologia, e 30 por cento para as letras e ciências sociais.

Numa primeira fase serão outorgadas três mil bolsas de estudo a estudantes com carência económica, tendo sido estabelecido, para o efeito, o tecto de quatro salários mínimos.

Para ter acesso às bolsas, explicou, o estudante tem que ter a nacionalidade angolana, bom comportamento e aproveitamento escolar ou revelar algum talento num domínio da sua formação. Entretanto, estudantes estrangeiros poderão ter acesso a esse benefício, caso existam compromissos internacionais nesse sentido e desde que os seus países dispensem tratamento idêntico aos estudantes angolanos.

Fixou-se igualmente como critérios, segundo o secretário de Estado, características pessoais do candidato, como a deficiência física, ser filho de antigo combatente ou órfão de um ou dos dois progenitores.

5.7 Detectada exploração mão-de-obra infantil na fazenda do general Faceira

Angolense...22-12-07

Na província do Kwanza-Sul se acham inúmeras fazendas, sendo uma delas a "Gravidade", dos irmãos Faceira, um local vasto, com condomínios numa parte e com amplo espaço para o cultivo. A equipa do Angolense constatou que haviam no quintal algumas máquinas e um número considerável de funcionários, mas o que chamou atenção foi o número de crianças que lá se encontravam.

Uma senhora que encontramos logo à entrada recebemos e permitiu que visitássemos local.

A medida que avançávamos na visita fomos percebendo qual o motivo das crianças no local. Um grupo de crianças fazia a recolha de feijão e levavam o produto para a máquina de descasque. Um olhar mais atento, para um local a escassos metros de onde nos encontrávamos permitiu ver meninas que lavravam a terra e procediam ao plantio.

No local em que se colhia o feijão havia bichos no chão e muita poeira, a tal ponto que para lá chegar foram precisos alguns cuidados, como proteger os olhos. As crianças trabalhavam, no mesmo local, sem nenhuma máscara de protecção. As meninas apenas com saias curtas e chinelos e os rapazes trajando calções.

Segundo informações recolhidas no local, os traba-

lhadores mais velhos buscam crianças e adolescentes nos bairros circundantes e as levam para trabalhar.

"Hoje estou a colher o feijão e a colocar na máquina, mas as vezes também vou plantar", contou Rosa, 12 anos. Tudo começou quando a foram buscar no seu bairro, Chingo, para labutar na fazenda. "Passo o dia todo aqui. Eles só nos dão o almoço, mas às vezes nem dá para comer, porque a comida não é boa porque não tem óleo e nem sal", queixou-se.

Disse ainda que com o dinheiro que ganha consegue comprar fuba e outros alimentos para ajudar sua mãe que já é idosa e não trabalha. Na minha mãe tem 65 anos e só vive comigo, porque os meus irmãos mais velhos estão em Cabinda, se eu não trabalhar morreremos de fome".

João Domingos, 14 anos, outro adolescente que trabalha na fazenda, contou que as maiores dificuldades que enfrenta prendem-se com a distância que o separa da casa para o trabalho, num percurso onde por vezes tem de passar por áreas frequentadas por animais ferozes.

"Vivo na Mudiamanga e de lá para aqui venho à pé. Onde trabalhamos tem muitas cobras e o sol é muito quente, sinto muito medo, às vezes penso que uma cuspidora (nome dado a um tipo de cobra) pode me morder", explicou.

Disse ainda que o seu sonho é poder estudar. "A minha mãe já não estudou, eu quero estudar", desabafou.

A pequena Beatriz de dez anos também falou das dificuldades que enfrenta no seu trabalho e segredou que tudo o que faz é para reverter a história de pobreza que se repete na sua família. "Quero que alguém me venha buscar e me leve para viver na sua casa, que me ponha na escola", foi explicando.

Durante o tempo que estivemos na fazenda as crianças pediam que as ajudássemos na resolução dos seus problemas e deixaram claro que na fazenda não estavam felizes. "Tio tira mesmo fotografia para vetem o nosso sofrimento", pediu um dos pequenos. De realçar que de acordo com a lei de trabalho vigente em Angola o trabalho infantil (de crianças com menos de 14 anos) é crime e mesmo para aqueles com idade acima dos 14 anos, só pode acontecer mediante condições especiais, que não foram respeitadas no local em referência.

5.8 Cunene: Governador insta autoridades tradicionais a incentivarem a população à alfabetização

Angop...28-12-07

O governador do Cunene, Pedro Mutindi, divulgou quinta-feira (27) no município da Kahama a necessidade de maior desenvolvimento das autoridades tradicionais na sensibilização das populações a aderirem ao processo de alfabetização dentro das comunidades. De acordo com o governante, que fala numa actividade pública realizada naquela circunscrição, que dista a 197 quilómetros a oeste da cidade de Ondjiva, as autoridades tradicionais devem exercer as suas funções com a mobilização e sensibilização da população nas suas áreas de jurisdição para ajudar a concretizar o programa do governo que visa o acesso ao ensino a todos os cidadãos. Segundo o mais alto mandatário do governo na província, os sobas séculos e seus directos colaboradores influenciam massivamente a opinião e comportamento nas suas comunidades, por isso devem engajar-se afincadamente no processo de alfabetização. Em cada comunidade, referiu o governador, devem ser identificadas estatisticamente o número de habitantes por idade e sexo para permitir a intervenção eficiente das acções do governo. As autoridades locais devem propor ideias positivas sobre os métodos possíveis para a solução dos problemas locais. Aos que desobedecerem estas orientações, sublinhou, deverão ser responsabilizados, de modo a justificarem as suas remunerações mensais. Destacou ainda a necessidade de serem passadas as mensagens das acções a serem desenvolvidas pelo governo, no combate à fome, à pobreza e as grandes endemias, principalmente a malária e o HIV/Sida. Para o ano de 2008, de acordo com o Pedro Mutindi, espera-se maior participação da população, essencialmente a cooperação das autoridades tradicionais, na materialização das acções a serem desenvolvidas pelo governo..

5.9 Kuando Kubango: Conselho provincial da juventude quer ensino superior na província

Angop...30-12-07

O presidente do Conselho da Juventude no Kuando Kubango, Bento Francisco Xavier, pediu sexta-feira, que o governo local priorize no seu programa de acção a institucionalização do ensino superior na província, o combate do VIH/Sida e ao analfabetismo. Ao pronunciar-se na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, Bento Xavier, afirmou que a juventude do Kuando Kubango reitera a sua confiança nos programas do executivo local e espera a concretização dos objectivos propostos, visando o desenvolvimento desejado da província. O líder juvenil referiu que são enormes os problemas

que afectam actualmente a juventude com realce para a falta de ocupação dos tempos livres para a juventude, ensino superior na província, deixando de parte as bolsas de estudos como tem acontecido, para se evitar a fuga de quadros locais para outras zonas do país. Outra preocupação da juventude, precisou, e que carece igualmente da intervenção do governo provincial através dos programas que têm sido executáveis, estão ligados com o combate às drogas, a prostituição, entre outras, para que estejam com consonância com o momento actual que o país vive, caracterizado por grande esperança de vida e confiança no futuro. Apelou, na ocasião, toda a juventude e não só a estar preparada com a realização, em 2008, das eleições legislativas, correspondendo com o apelo do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aquando do seu pronunciamento no cumprimentos de fim de ano, onde realçou a contribuição desta camada com seu todo saber na vida do país em vários sectores. De igual modo, no mesmo acto, os membros do conselho da província, na sua mensagem, reconheceram o engajamento do Governo os avanços positivos nos programas virados para o bem-estar social das populações, em função dos resultados. Exortaram o executor daquela região a continuar a engajar-se ainda mais na melhoria da vida das populações em 2008, contando sempre com o apoio dos membros, para permitir que o progresso do Kuando Kubango corresponda às expectativas dos seus habitantes, nesta época de paz.

5.10 Bié: Registo gratuito de menores abrange mais de cinco mil crianças

Angop...31-12-07

Cinco mil e 267 crianças com menos de cinco anos de idade foram registados na província do Bié de Agosto a Dezembro do ano em curso, no âmbito do registo gratuito de menores. A informação foi prestada este fim-de-semana no Kuito pelo delegado provincial da Justiça, Sabino Wassi, tendo salientando que os beneficiários foram cadastrados ao abrigo do Decreto-Lei N°31/2007 de 14 de Maio. De acordo com a fonte, para a concretização do plano, a instituição que dirige instalou postos de registos nas administrações municipais, assim como em algumas unidades sanitárias, tais como maternidades e centro maternos infantis. No entanto, o delegado provincial da Justiça avançou que os postos instalados são insuficientes para dar resposta ao número excessivo de encarregados e pais

que têm a aparecido diariamente nos referidos locais. Para minimizar esta situação garantiu que no próximo ano serão também instalados postos de registos gratuitos de menores em todas as comunas, para que se alcance as metas desejadas, cujas cifras não foram anunciadas.

Informou ainda que decorre desde Agosto o processo de a atribuição de Bilhetes de Identidade informatizados a crianças com idades compreendidas entre os nove aos doze anos de idade, sem, no entanto, revelar a quantidade de infantis que já beneficiadas..

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Pesquisa revela Luanda como cidade mais cara do Mundo

Agora..01-12-07

O estudo divulgado em Singapura pode surpreender quem nunca tenha estado em Luanda, mas, para Rebeca Seco, a viver desde Maio de 2006 na capital angolana, "basta ir a um supermercado comprar iogurtes para perceber imediatamente" o resultado da pesquisa da ECA International.

O estudo baseia-se nos preços dos últimos 12 meses de um cabaz de 128 bens de consumo e serviços habitualmente adquiridos por expatriados em 300 locais do mundo. Os dados apurados são usados pelas empresas para calcular as ajudas de custo pagas a funcionários no estrangeiro.

Entre estes itens estão alimentos (lacticínios, carne e peixe, fruta fresca e vegetais), bebidas e tabaco, serviços, roupa, electrodomésticos, automóveis e peças, além de refeições em restaurantes.

A capital angolana é seguida por Oslo (Noruega), Moscovo (Rússia), Stavanger (Noruega), Copenhaga (Dinamarca), Kinshasa (Congo Democrático), Seul (Coreia do Sul), Libreville (Gabão). Genebra (Suiça) e o centro de Londres (Inglaterra) aparecem no 10º lugar.

Com cerca de ano e meio de compras em Luanda, Rebeca Seco aprendeu alguns "truques" para ultrapassar os "preços loucos" praticados na cidade. "Um dia de compras normal tem obrigatoriamente quatro paragens em quatro supermercados diferentes". Isto, porque, explicou Rebeca Seco, que está em Luanda com o marido e uma filha de cinco anos, "há locais onde se tem obrigatoriamente de ir pela confiança oferecida. Mas, depois, num lado compram-se as bebidas, noutra os detergentes e assim sucessivamente até se ter as compras feitas".

"As coisas aqui compram-se, no mínimo, a triplicar, tomando como referência os preços de Lisboa, mas há muitos produtos que nem é possível mensurar o quanto mais caros são", asseverou a interlocutora.

Salete Domingos, também portuguesa, a residir em Luanda há pouco mais de quatro meses, admitiu, à porta de uma casa de comércio, um dos mais concorridos locais de compras dos expatriados na capital angolana,

que teve "um baque" quando ali entrou pela primeira vez para comprar fraldas para o filho.

"Pensei apenas que deveria haver um engano qualquer quando dei conta que ia pagar mais de 50 euros por um vulgar saco de fraldas. Não era engano, era mesmo assim", apontou.

Salete Domingos admitiu, no entanto, que, por não estar a trabalhar (o marido é quadro de uma empresa luso-angolana), teve tempo para "ir buscando aqui e ali" de forma a conseguir os melhores preços. "Vale a pena", afirmou.

"Algumas pessoas podem estar surpreendidas por cidades africanas estarem nos primeiros dez lugares", afirmou Lee Quane, do escritório da ECA em Hong Kong. E explicou que os itens do cabaz de compras feitas pelos expatriados não estão facilmente disponíveis no mercado local e são, por isso, mais caros.

Angola sempre foi um local caro para expatriados, "porque é difícil obter a qualidade de bens e serviços de que eles esperariam desfrutar em casa. O seu constante crescimento no custo de vida é em larga medida resultado do aumento dos preços do petróleo", lê-se no documento da ECA International.

Um outro estudo divulgado na semana passada pela consultora imobiliária Worx apontava as carências de novos projectos de habitação de qualidade "à excepção dos espaços destinados aos colaboradores das empresas relacionadas com o petróleo", como causa dos altos preços de compra e aluguer que se registam na capital angolana, dos mais altos em África.

"Com a elevada procura, as rendas atingiram valores recorde no continente africano", com os valores das "prime rent" mensais (renda de zona de referência) de T5 rondar os 17 mil dólares (12 mil euros) por metro quadrado.

A Worx explica estes valores como o resultado de 27 anos de guerra civil em Angola (1975-2002), a que se associa a falta de investimentos nos últimos anos.

Mas há ainda outros elementos que tornam Luanda uma violência para as carteiras dos expatriados. Por exemplo, uma bilha de gás tem um preço de tabela de cerca de 550 Kwanzas (5,5 euros), mas as "revendedoras" de rua fazem este preço triplicar. E é pegar ou largar.

a mesmo se passa também com os poucos jornais portugueses que chegam a Luanda. Comprados na rua, sempre através de "esquemas", o Expresso ou a Visão, por exemplo, só se conseguem adquirir a cerca de 15

euros.

"Quando a alternativa é não poder ler jornais portugueses em Luanda, então os 15 euros que se dão pelo Expresso valem a pena", comentou um jornalista português que recentemente deixou Angola.

Aliás, os preços loucos de Luanda são, amiúde, tema de conversa entre expatriados. E há ainda outros que, cansados do lufa-lufa da procura dos melhores preços, se organizaram de forma a fazer chegar ao país alguns produtos da lista dos mais caros em Luanda através de "amigos" que viajam da Europa.

"Somos uns para os outros.

Hoje trago eu algumas coisas, amanhã alguém trará outras coisas para mim, porque há sempre alguém a ir e alguém a vir para Angola", explicou à Lusa um cidadão português que preferiu não se identificar.

6.2 A grandeza do «lar do patriota» II

S. Angolense...01-12-07

Na passada semana dei início a uma série de textos com o título (provocante mas sincero) sugerindo a grandeza da cooperativa o Lar do Patriota. O título é polémico mas sério. No texto passado, muito convicto, referi que se cada sócio do projecto o Lar do Patriota contribuisse com pelo menos 7.500 kuanzas por mês, teríamos o montante de cerca de USD 600.000/mês, uma verba que serviria indubitavelmente para tornar o «Lar» na maior cooperativa do género no continente, e se calhar, numa das mais competitivas do mundo. Disse que para chegarmos lá, era necessário cultivar o espírito cooperativista no país, e sobretudo, apelar a uma maior coesão dos seus membros, pois, era inaceitável a forma de certo modo lancinar - voluntária e propositadamente destrutiva - como alguns pronunciamentos públicos faziam vibrar as cordas vocais (até quase rebentarem) dos órgãos da comunicação social para contestarem.

De facto, se cada membro da cooperativa depositasse a modesta quota de 7.500 kuanzas todos os meses, não haveria meio de se alimentar qualquer dúvida sobre a «grandeza» deste projecto.

É a cultura do cooperativismo que nos falta, mas, para cúmulo do nosso azar, é ainda a falta de compreensão da necessidade desta cultura o que mais nos preocupa!

O país já começou, e estamos perante um começo com que se deve conformar toda a sociedade. É deveras extraordinariamente lamentável constatarmos que os membros da cooperativa os Lar do Patriota não

tenham até agora entendido e interiorizado o valor intrínseco, tão singular da natureza e importância estratégica deste projecto social. Mas, para algumas opiniões que comigo corroboram, o grande infortúnio pode advir da insistência medonha daqueles que pretendem abortar tudo, fazendo imergir a ideia em si, no fundo a própria cultura societária do projecto.

Não motivos para receios caprichados ou medos camuflados. O cooperativismo, quando praticado nos marcos de uma total adesão consciente e colectivista, tem pernas de vulto e vai até lá onde a gente quer.

É o caso do Lar do Patriota. Trata-se de mais de 6.000 pessoas, todas elas capazes financeiramente de contribuir com pelo menos USD 100/ mês. E o que acontece? Apenas uma ínfima parte dos sócios paga as suas contribuições, levando o projecto ao fundo das disponibilidades e liquidez financeiras, impedindo o de cuidar daqueles sócios mais dedicados e sacrificados.

Como se explica um membro que há mais de 5 anos não contribui, dispondo já de uma vivenda da qual apenas liquidou 20 % do seu valor? Como se explicaria um sócio que menospreza os direitos dos restantes membros, e adormecido no seu egoísmo doméstico, passa o tempo a desfrutar de um bom quintal, uma boa sala, um bom jardim, garagem, ar condicionado e até terraço com vista ao além das melhores paisagens, e no fundo, é um sócio devedor, cuja palavra ingrato lhe assenta como a luva na mão?! Acaso não se darão conta tais sócios que a morosidade no pagamento das quotas ou a renúncia a meio da caminhada prejudica aos demais? Como ficarão aqueles que aguardam pelos 600.000 dólares mensais que é o montante combinado? Quantas vivendas seriam construídas mensalmente com este substancial valor? Consultemos a nova lei do fomento habitacional. O Estado, e tal como devia ser numa economia do nosso formato, atribui um grande papel à iniciativa privada no domínio da habitação e diz designadamente que a ele competirá desbravar o caminho ao crédito habitacional regulando o sistema; promovendo uma política de incentivos fiscais para tais iniciativas e incentivando parcerias público-privadas de modo a garantir a promoção de fundos especializados e de mecanismos de auto sustentabilidade da política de habitação social. O Estado reconhece a grande energia fomentadora das cooperativas habitacionais e outras «ferramentas» de trabalho na promoção da habitação em conformidade com a capacidade aquisitiva de cada um. O Estado, finalmente, reconhece que deve, eu sublinho deve, em bom tempo, promover acções de infra-estruturação dos terrenos destinados a habitação, de maneira a permitir que a iniciativa privada seja realizada com sucesso e com a rapidez que se requer.

(...)

Cabe pois aos membros do Lar do Patriota demonstrarem à população - que todos os dias

aguardam o nascimento de uma verdadeira vila com casas a nascerem de forma cogumelar e imparável, que não foi em vão que se juntaram até 6.000 pessoas para levarem avante um projecto que se pode alimentar perfeitamente de USO 600.000 em cada mês. Ou será pura utopia?

As contribuições do sócios do lar do Patriota dariam uma folga financeira enorme ao projecto para retomar as casas já iniciadas mas inconclusivas; financiar equipamentos sociais de interesse social para o benefício dos próprios contribuintes e realizar acções de poupança até, nos termos a combinar em regulamento interno próprio, de modo a se retirarem todos os proveitos financeiro do fundo a alimentar de forma regular e contínua - sem descuidar-se do objecto social que é a habitação e a habitabilidade colectiva. Algum dia, se tal ideia prevalecer, os sócios poderiam gabar-se e dizer ao mundo que a cooperativa até autocarro para os filhos dos sócios tem. Que os leva ao colégio da cooperativa e que têm no supermercado da cooperativa facilidades e mordomias. Ou será utopia? Então para que serviriam os 600.00 dólares americanos de cada mês, se assim não fosse um dia não muito distante? Acaso os angolanos não têm poder de imaginação, ainda que seja só para degustar um pouco do sonho, o tal sonho que a ninguém nunca fez mal? Ou o problema reside nos 7.500 kz de contribuição que os membros prometeram e não os querem agora largar? Seria bom que os sócios transformassem realmente o projecto o Lar do Patriota, numa grandeza de orgulho nacional e de lição para o continente. E isto está, caros camaradas, ao vosso perfeito alcance!

6.3 Despachos ordenam registos de de 55 imóveis a favor do estado

S. Angolense...01-12-07

Entre 24 de Setembro e oito de Outubro, foram publicados em Diário da República 55 despachos conjuntos dos ministérios da Justiça e do Urbanismo e Ambiente, ordenando o registo de igual número de unidades imobiliárias a favor do Estado angolano.

Edifícios habitacionais localizados em distintas cidades angolanas, como Luanda, Benguela ou Lubango foram alvo dos despachos publicados em Diário da República no espaço de uma quinzena, sendo que alguns deles estavam registados de nome de pessoas singulares.

Segundo apurou o Semanário Angolense, podem tratar-se já dos efeitos de um despacho com o qual em Janeiro deste ano, o ministro da Justiça ordenou a abertura de processos administrativos para reverter

situações de desconfinco ocorridas até aquela data.

Logo no primeiro dia útil após à tomada dessa decisão, em Janeiro, 80 pedidos de revisão deram entrada no Ministério da Justiça, mas, segundo informações obtidas por este jornal, 154 pedidos foram até agora recebidos nas instituições que tramitaram a questão, os ministérios da Justiça e do Urbanismo e Ambiente. As informações dizem que a determinada altura, 22 processos que estavam para ser tramitados nos tribunais ficaram solucionados a favor do Estado.

Ao ordenar a reversão dos processos de desconfinco e dos despejos a eles subjacentes, o Ministério da Justiça julgou estar a defender o primado da lei.

Processos de despejo atingiram inquilinos de imóveis em situação de confisco, no quadro daquilo que ficou instituído com a aplicação da lei 03/76, de três de Março (que confisca os bens económicos) e 43/76, de 19 de Junho (que confisca o património habitacional).

A questão mais relevante colocada nestas duas leis é da «ausência injustificada» do país por um prazo superior a 45 dias, considerado para todo o intervalo entre três de Março de 1976 e 22 de Setembro de 1992, que é quando entrou em vigor a Lei 19/91, para Venda do Património Habitacional do Estado.

É verdade que em certos aspectos, as leis 03/76 e 43/76 deixaram de ter coerência, como foi, por exemplo, a ausência de cidadãos ligada a motivos políticos, como aqueles que se conheciam aos aderentes da FNLA e da UNITA, mas a verdade é que já em 1995 a situação dos confiscos estava a reverter de tal forma a favor dos antigos proprietários, que o Governo fez aprovar na Assembleia Nacional a Lei 07/95, para dar como válidas e irreversíveis as nacionalizações e confiscos de 1976. No seu preâmbulo, esta última lei considerava que muitos cidadãos que legalmente habitam imóveis confiscados ou passíveis de confisco, com base numa relação contratual com o Estado, por processos não transparentes, vinham sendo destituídos do imóveis que ocupavam legal e pacificamente ao longo dos anos.

Os tribunais, que entretanto foram tramitando os litígios decorrentes do que parece ter sido um processo massivo de apropriação do património habitacional do Estado, foram dando provimento às petições de antigos proprietários e seus representantes, ignorando o postulado na lei.

É assim que surgiu a decisão do ministro da Justiça.

Tecnicamente, trata-se de um recurso extraordinário,

uma prerrogativa do Código Civil (artigo 771) prevista para os casos em que a sentença tenha sido tramitada em julgamento por prevaricação, concussão, peita, suborno ou corrupção do juiz ou de algum dos juizes que intervieram na decisão.

Outras fontes alertaram, entretanto, o Semanário Angolense para o facto de a publicação desses despachos poder representar apenas o registo de bens imóveis que, em situação de confisco, não tiveram os actos legalmente formalizado.

6.4 Deputado angolano espancado no «Iraque»

Capital...08-12-07

A volátil área do Iraque angolano, onde estão a ser desencadeadas acções de demolição de centenas de habitações, há já algum tempo, testemunhou esta semana a prisão do jornalista Alexandre Solombe e um colega da Voz da Alemanha. O jornalista Alexandre Solombe e um colega da Voz da Alemanha, no caso António Cascais, foram esta semana detidos durante algumas horas numa cadeia da Polícia algures no município do Kilamba-Kiaxi, quando investigavam relatos de demolições na área conhecida como Iraque, em Luanda, em mais uma atitude de demonstração de força desnecessária.

Relatos de um dos visados pela medida de demolição de residências no perímetro atribuído ao projecto imobiliário Jardim do Éden, davam conta do facto do também director da Rádio Despertar e deputado à Assembleia Nacional pela UNITA terem sido agredidos fisicamente, ficando um deles a sangrar.

Os dois jornalistas encontravam-se no local a recolher elementos que haveriam de conformar uma reportagem sobre as demolições de residências de cidadãos de baixa renda e ante a sua presença a Polícia interferiu com a sua actividade solicitando a identificação dos mesmos.

Segundo explicações do porta-voz do Comando Provincial da Polícia de Luanda, intendente Divaldo Martins, que descartou ter ocorrido qualquer acta de violência ou brutalidade contra os dois profissionais da comunicação social, a detenção temporária se deu alegadamente porque Alexandre Solombe, que no local se identificou como deputado, recusou identificar-se, tendo sido, por esta razão, levado à esquadra que é um local adequado para o efeito, onde persistiu na mesma atitude. Diligências estavam a ser preparadas para que os dois fossem encaminhados para a Direcção Provincial de Investigação Criminal de Luanda, mas o caso acabou por morrer na esquadra policial onde estavam detidos saindo de lá em liberdade.

O intendente Divaldo Martins disse que a população

exaltou-se quando tomou conhecimento da presença de jornalistas, facto que no seu entender levou à intervenção da Polícia porquanto a partir daquele momento se constituíram em elemento pernicioso à segurança e ordem públicas que se procurava manter no local.

De facto é compreensível que as pessoas injustiçadas perante a demolição do seu espaço de habitação se manifestem em sinal de protesto perante os meios de comunicação social, mas não se justifica a retirada dos jornalistas da área que estão devidamente credenciados para desenvolverem a sua actividade.

O sensato seria a Polícia garantir a continuidade do trabalho da imprensa através de medidas de protecção que garantissem segurança aos Jornalistas, pois a exaltação dos ânimos dos cidadãos é reflexo de um protesto espontâneo pela exclusão social de que estariam a ser alvos por parte dos poderes instituídos.

Esta recorrente postura observada várias vezes da Polícia de restringir o acesso de jornalistas nos perímetros de ocorrência de factos pode de certa maneira indiciar uma violação de direitos consagrados na Lei como é o caso da sociedade ser informada com veracidade sobre factos relevantes que ocorrem na sua periferia.

6.5 Nandó e S.O.S Habitat de costas viradas

Agora...08-12-07

Com o pagamento integral das indemnizações, o primeiro-ministro Fernando da Piedade Dias dos Santos, "Nandó", teria finalmente a oportunidade de reunir provas para apresentar à Nação confirmando que os cidadãos lesados foram ressarcidos, conforme garantira publicamente no encontro da AN que já fizemos alusão.

De realçar que o primeiro-ministro asseverara na altura que os cidadãos já tinham sido ressarcidos e as pessoas que se encontravam no terreno, haviam sido incitadas pela organização de direitos humanos "SOS Habitat" a procederem a ocupações anárquicas dos terrenos adjacentes aos projectos habitacionais "Nova Vida" e "Luanda Sul". A ONG SOS Habitat, diz numa nota de imprensa enviada à nossa redacção, que em momento algum se fez o cadastramento de todos os camponeses e moradores afectados na primeira e na segunda fase do referido projecto com a previsão de serem indemnizados pelo projecto Nova Vida para eventualmente criar as condições de realojamento para os moradores vítimas das demolições.

No entender daquela organização, o processo de expropriação que está sendo levado a cabo não está a obedecer aos procedimentos que a lei exige, porque alguns indemnizados não receberam os recibos e estão

apenas a receber valores correspondentes às dimensões dos terrenos que ocuparam, mas não pelas plantações. Na nota, a organização que tem à testa Luís Araújo, diz ainda que os camponeses não estão a ser compensados pelos danos morais e materiais causados e nem sequer receberam alternativas para continuarem as suas actividades agrícolas.

No documento, assinado pelo activista André Augusto, a SOS Habitat apela maior celeridade, prudência e transparência no processo de expropriação de terras aos camponeses e o realojamento das famílias, atendendo às condições desumanas e degradantes a que, actualmente, se encontram submetidos.

6.6 Nova vida deixa camponeses em pânico

Agora...08-12-07

A Situação de calamidade em que se encontram os cidadãos que habitam nos arrabaldes do Projecto Nova Vida, tende a piorar a cada dia que passa. Todo este imbróglio advém do facto de os governantes não estarem interessados em resolver, realmente, os problemas do povo, se tivermos em conta que a maioria, senão mesmo todos os projectos habitacionais e infra-estruturas sociais e económicas erguidas naquela localidade, envolvem interesses particulares.

Segundo apurou este semanário, seria esta a razão fundamental pela qual tratam as pessoas (mais desfavorecidas) que lá se encontram, de forma desumana. Mandam-nas para zonas onde não há condições dignas para alojar um ser humano e que não correspondem àquilo que é estabelecido pelo pacto-internacional dos direitos económicos, sociais e culturais.

No bairro do Cambamba 1 (onde se encontra a população que supostamente realizava actividade agrícola terreno e onde estão a ser arguidas as residências e infra-estruturas que comportam a segunda fase do projecto Nova Vida) a situação de pobreza é assustadora.

A única coisa a que os moradores têm acesso com a maior facilidade é a água potável. Tudo isso, graças a um tanque de água de 25 mil litros montado pela direcção do Projecto para os beneficiar. Em último caso, quando as cisternas falham no abastecimento, estes têm "carta branca" para acarretarem o precioso líquido no interior do Nova Vida. Para não faltar comida à mesa, os moradores fizeram pequenos canteiros de rama de batata e alimentam-se na maior parte das vezes daquelas folhas.

As cerca de 240 famílias que aí se encontram vivem em casebres construídos com papelão, chapa de zinco e sacos de serapilheira. Durante a época de chuvas, os mesmos têm sempre o "coração aos pulos", pois os casebres não os protegem das enxurradas e quando estas caem no período nocturno não conseguem dormir.

Os moradores daqueles bairros, com medo de não beneficiarem das indemnizações após a divulgação deste artigo, aceitaram falar à nossa equipa de reportagem sob a condição de anonimato.

"Desde que perdemos as nossas propriedades e fomos transferidos para esta área não estamos a vontade, tememos que a qualquer momento os funcionários da Casa Militar apareçam aqui e destruam novamente as nossas cabanas", frisou um dos nossos interlocutores.

O projecto-piloto de urbanização que abrangerá as áreas de Cambamba 1 e 2, anunciado pelo primeiro - ministro Fernando da Piedade Dias dos Santos, "Nandó", no dia 2 de Maio do ano passado, na Assembleia Nacional (NA), quando respondia às perguntas dos deputados da oposição, durante uma sessão especial, a pedido da organização do "Galo Negro", está longe de se concretizar.

Neste momento, conforme podemos notar em qualquer parte do país, passado mais de um ano nenhum dos projectos pilotos anunciados por Fernando da Piedade saíram do papel e os que estão a ser desenvolvidos visam apenas beneficiar os cidadãos que estão vinculados ao "todo-poderoso" partido no poder. Minimizar o problema da habitação em Angola, sem discriminação, ao que tudo indica, não constitui uma das prioridades do governo de José Eduardo dos Santos.

Indemnizações. Não se sabe ao certo desde quando é que a zona em litúgio passou a ser reserva do Estado. Os populares exigem que, por deterem direitos sobre a terra, por usucapião, as autoridades têm a obrigação de os indemnizar pela expropriação. De resto, consta que há gente que já lá vivia ou lavrava antes da proclamação da independência nacional, isto é em 1975, e portanto com direitos sobre elas, as terras.

Entre os jovens, crianças e idosos que se encontram naquele local, podemos contactar a dona Sambila, que vive naquele local há 39 anos e foi uma das primeiras camponesas a fazerem plantações. "Antes de vir morar aqui, vivia no Prenda e trabalhava na casa de um senhor português como governanta. Ao se aperceber que aqui existia um bom local para fazer plantações, em 1968, decide abandonar a casa e vir para cá", explicou. A dona Sambila, tal como todos os moradores daquele

bairro, ainda não foi indemnizada. No entanto, apesar de não saber porque razão ainda não foi beneficiada, mantém-se esperançada que as coisas ocorram o mais depressa possível.

Na altura em que o primeiro-ministro foi à AN prestar esclarecimento, terá garantido que todos os camponeses que tinham ocupado os terrenos onde foi edificada a primeira fase do Projecto já foram indemnizados, mas a presença da dona Sambila e de um outro senhor que responde simplesmente pelo nome de Tio Zé, morador do local há 42 anos, prova justamente o contrário, porque ambos tinham plantações na zona (onde foi construída a primeira fase e a que se encontra em litígio).

(...)

No princípio de Novembro, o projecto Nova Vida indemnizou três grandes quintas que estavam a ser advogadas pela Associação Mãos Livres. O processo de pagamento do valor das plantações está a ser baseado numa tabela de preço criada pelo Ministério da Agricultura. No caso defendido pelas Mãos Livres, a contemplação das árvores de fruta das três grandes quintas custou ao Projecto mais de 50 mil dólares. todos os produtos a 100 kwanzas. Também temos em conta as estruturas rígidas, como aviários e as residências dos camponeses, no momento em que estivermos a os indemnizar, e só não pagamos o terreno por ser do Estado", explicou.

A direcção do projecto criou um guiché de reclamações onde os camponeses que não foram indemnizados nem registados pelos funcionários da BECOM, apresentem as suas reclamações e só depois da confirmação do soba Cambamba 1 e 2, que responde pelo nome de Morais, foram ressarcidos.

Para melhor trabalhar com os camponeses, Manuel Pimentel criou uma comissão que conta com a presença de representantes dos três bairros, da empreiteira que está a frente do projecto e da autoridade tradicional na região. "Nesta comissão há essa representatividade para evitar que os camponeses ficassem sem receber os dinheiros e evitar que apareçam falsos camponeses ou moradores exigindo os mesmos", explicou.

A nossa equipa de reportagem teve acesso a vários documentos elaborados pelos responsáveis das comissões de moradores e integrantes da Comissão, onde constam a dimensão dos terrenos e quantidade de árvores que havia em cada uma das suas lavras.

"Há camponeses que não têm a autorização do Ministério da Agricultura mas, mesmo assim, nós estamos a levar isso em conta. Se o camponês quiser

reclamar deve fazê-lo primeiramente perante a direcção do Ministério, porque nos baseamos apenas na tabela de preço, disse.

Manuel Pimentel explicou ainda que, no momento do pagamento, o Soba e os coordenadores das comissões confirmam se é camponês, o tamanho do terreno e a quantidade de produtos que havia na lavra que foi destruída.

6.7 Terrenos de camponeses provoca discussão entre o administrador capital

Folha8...08-12-07

Os camponeses da zona da Vacaria 1, afecto ao município do Kilamba-Kiixi, acusam o director do projecto de expansão do programa habitacional de Luanda, Pedro Neto, de se ter apoderado do dinheiro que os mesmos deviam receber à luz das indemnizações a que têm direito. O grupo que representado por cerca de 250 camponeses adiantou ter informações fidedignas, segundo as quais cada um deles tem direito de receber cinco mil dólares, lembrando que tudo terá começado em 2003, aquando do arrastamento das suas lavras que, consequentemente, originou a destruição de residências.

Porém, acrescentam que Pedro Neto, em nome do governo da província, garantiu aos camponeses que ainda seriam entregues somas monetárias, tendo cobrado cinco mil kwanzas cada um para o preenchimento das fichas de cadastramento que daria direito às respectivas residências e indemnizações pelos prejuízos, o que até ao momento não aconteceu.

Os denunciantes dizem que o director tem estado a passar a "bola" ao GPL. "Mas temos a informações de que o Governo já entregou os valores e que foram gastos pelo arquitecto Pedro Neto e a sua turma", acusam, acrescentado que o funcionário do GPL "acoberto do cargo que ocupa no projecto do GPL, usurpa as lavras alheias para vender a pessoas singulares e instituições religiosas para fins habitacionais. Vende até obras por terminar",

Acusam-no ainda de usar cargos ou nomes de altos dirigentes para amedrontar como são "os casos de Primeiro-Ministro, de governador provincial e até de general Kopelipa".

"Como se não bastasse, além de ter arrastado com máquinas os produtos que encontravam nas lavras, continua a destruir as nossa casas e deixa-los ao relento. Ele tem-nos intimidado com a sua protecção física fortemente armada". Acusam-no, acrescentado que Pedro não aceita recebe-los . Entretanto, dizem que além do funcionário do GPL existem outros aproveitadores da falta de protecção que caracteriza a classe camponesa no País, com particular realce em Luanda, apontando o nome do delegado municipal da

agricultura, Fernando Paulo e outras pessoas de influências na referida delegação.

Entretanto, Fernando Paulo nega tal acusação. "Juridicamente, a agricultura já nada tem a ver com esse assunto, porque já não tem lavras e tudo passou para o Gabinete de Obras Especiais, não obstante ficou acertado que esse órgão é que devia indemnizar o pessoal e não a administração. Inclusive na área da Vacaria-I, que agora pertence a Viana". Continuando, acusou-o de ter usurpado "todo o espaço a pretexto de pertencer ao GOI, aliás, ele não conversa connosco porque sabe que conhecemos bem a área", recordando que "no tempo dos arquitectos Lizeth e do falecido Mamado da Rocha não havia só este é um problema que ele deve resolver".

Contactado, o arquitecto Pedro Neto limitou-se a dizer que a pessoa certa para prestar declarações são os responsáveis da administração municipal do kilamba Kiaxi. Portanto, estamos perante mais um dos muitos casos em que os bens passam para outras pessoas sem os mesmos serem tidos nem achados..

6.8 Estão abandonados

Capital...15-12-07

PARA os moradores dos centros de alojamento os problemas decorrentes do intensificar das chuvas, estão longe de constituir a única preocupação. A falta de alimentação é outro quebra-cabeças. Com a mudança para Viana, Maria Miguel, ficou desempregada. Hoje as despesas são suportadas somente pelo parceiro, o que por si, é insuficiente.

No dia anterior à nossa ida ao centro, contou que tinham sido visitados pela Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social (MINARS), cuja doação feita se baseou em doses de feijão, para o desagrado dos beneficiários, por se tratar de um legume resistente a cozedura.

«Ninguém consegue comer. Vamos atirar à terra para ver se germina, ao menos vamos aproveitar as folhas», ironiza. Os moradores queixam-se, ainda da falta de apoio das autoridades, alegando que as ajudas que recebiam, ainda que esporádicas, deixaram de aparecer.

A falta de assistência médica é outro dos problemas com quase debatem. Na altura da construção dos centros, em alguns deles, como no do município da Samba, foi montado um centro médico para atender os moradores. Hoje porém, a realidade é diferente.

Segundo os moradores, o pessoal médico deixou de aparecer, permanecendo a porta do mesmo quase sempre fechada.

Jonas Luís, que tem a mulher acometida de paludismo, disse que teve que percorrer vários quilómetros para aceder a cuidados médicos. O mesmo aconteceu com

Maria Miguel que teve que correr longa distância com o neto. e o filho doentes de pneumonia.

«Estamos mal. Estão a nos esquecer», apontou Jonas Luís.

Nos campos visitados pela nossa reportagem, o descontentamento e a ansiedade são visíveis nos rostos da grande maioria dos moradores. Com o passar do tempo, sentem que as autoridades governamentais deixaram de lhes dar garantias de que algum dia terão uma vida melhor.

Os dias, afirmam eles, vão se tornando cada vez penosos. «Só entende aquele que já passou por essas situações. Pelo tempo que estamos aqui, é duro viver duas famílias numa tenda. Nós somos humanos e necessitamos coisas que os outros não podem saber. O Governo tem que ver este lado.

Já estamos a ver que vamos passar as festas aqui, nada se está a mexer para nos ajudarem. As tendas estão a apodrecer. Está duro viver aqui. No tempo de chuva é a água que cai, no tempo de calor é o calor que nos incomoda. Isso fica um inferno. Até quando vamos continuar a viver e nestas condições?», lamentou Fernando Manuel.

6.9 Festas «infelizes» nas tendas

Capital...15-12-07

NAS luxuosas mansões e vivendas dos condomínios milionários onde a vida corre de feição para muitos angolanos, certamente, ninguém enfrenta a dificuldade, de dispor sobre a mesa de jantar beberes e comeres típicos para a santa ceia de Natal. Mas nas barrocas do centro de acolhimento do Missende, sito no município de Viana, a realidade é diferente.

Num conglomerado de tendas em estado avançado de degradação, sobrevivem mais de 68 famílias. A pobreza é visível. No interior lúgubre das moradias onde os ocupantes dormem sobre o chão húmido de terra batida, os móveis de plásticos e madeiras degradadas completam o cenário.

Tal como nos meses anteriores, hoje por hoje, as moradoras como é o caso de Manuela Ondjiva, redobram os esforços para enfrentarem a carência de alimentação nesta fase de Natal. «Não temos milho nem folhas de batata-doce para comer», queixou-se, Manuela.

Diante desta situação e caso ela se prolongue, Manuela até já antevê, ironicamente, uma astúcia para enganar os filhos: ferver uma panela de água até que as crianças, esperando pelo suposto almoço e jantar, acabem por

adormecer.

Lamentando a miséria em que vive a sua família, Manuela, 39 anos, fez questão de explicar que nem sempre era assim. Disse que a vida nos meses de Dezembro passados foi sempre melhor. Na altura ganhava dinheiro a custa da comercialização de «caporrôto», um tipo de bebida caseira. Mas, no mês de Fevereiro último, uma chuva torrencial destruiu a sua casa na montanha do bairro da Boavista, razão pela qual Manuela foi parar nas tendas do centro de acolhimento de Missende.

Lá, as chuvas estão a provocar inúmeros estragos. Os ventos fortes rasgaram e deitaram abaixo a tenda que Manuela dividia com o marido e três filhos, pelo que teve de se refugiar no minúsculo espaço que o casebre do sogro dispõe para cinco membros.

Há escassos metros daí, a profunda indigência força os moradores do centro de acolhimento do Zango a olharem para o Natal com incertezas, pois ninguém sabe se terão o que comer ao acordar. E que, desde Agosto último que os sinistrados não se beneficiam da ajuda do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS).

Embora a ajuda então cedida não fosse suficiente, servia para suprir as necessidades básicas dos sinistrados. «Recebíamos óleo vegetal, milho, feijão duro, açúcar, sabão e arroz», lembrou o sub-coordenador do centro de acolhimento do Zango, Valdemar Tiago, ressaltando pouco depois que este auxílio foi cortado.

Para garantir a sobrevivência, um número aproximado de 109 famílias, totalizando 722 pessoas alimentam-se à base de feijão, arroz e carnes confeccionadas pela Remar.

A par dos sinistrados de Viana, um grupo de moradores residentes no centro de acolhimento da Samba, também vive na profunda indigência. Daí que, para o morador, Tito Lurdes, 54 anos, a quadra festiva «não faz grande sentido». Ou seja, «o Natal, para mim, não existe, muito menos um ano novo próspero, porque barriga vazia nunca alegra o coração».

Bento Cardoso é um dos moradores que se revê na opinião de Tito. Ao lamentar o estado de carência de alimentação, Bento, 49 anos, encontra-se visivelmente magro, situação que justificou alegando o facto de carregar sacos de cimento nos armazéns da Samba para sobreviver.

Na verdade, ele é mais forte do que aparenta. Só por

isso aguenta, há nove meses, uma luta sofrível no interior daquele centro de acolhimento onde não há água potável, posto de socorro e escolas para um total de 238 crianças. Bento é apenas um exemplo de vários responsáveis de família que se encontram na condição de desempregados, razão pela qual, neste final de ano, não sonha receber nem salário nem o décimo terceiro, muito menos «um cabaz».

Derrotado pelo desemprego, Bento apenas fica em casa, recaindo sobre si a responsabilidade de mendigar sentado à porta da sua tenda, enquanto a sua esposa, Rita Neves, caminha pelo bairro Futungo de Belas e Benfica, em missão de lavadeira ambulante.

A arrecadação de receitas de Manuela varia entre «800 a mil 250 kwanzas em cada mês», por sinal, um valor que «não chega para oferecer aos quatro filhos uma festa de Natal e de final de ano».

Numa curta entrevista, o director-geral da Remar, Luís Macedo, reconheceu que «não tem sido fácil reunir condições para alargar o ciclo de assistência alimentar a maioria dos populares carentes». Mas, para socorrer a fome que afecta os ocupantes das tendas do Missende e Zango, Luís Macedo prometeu «reforçar a dose de produtos alimentares existentes para o efeito, e oferecer brinquedos espanhóis no Natal».

Quem não foi agraciado de promessas é o total de 198 famílias acolhidas nas tendas do centro da Samba. Por esta e outras razões, o coordenador local, António Castro, solicita ao MINARS apoio alimentar suficiente por formas a reavivar a esperança de se festejar o Natal.

6.10 Kussuma lança pedra para construção de escola em terreno conflituoso

Angolense..15-12-07

O ministro da Reinserção Social, João Baptista Kussuma, procedeu, há pouco mais de dez dias, em Benguela, ao lançamento da primeira pedra para construção de um complexo escolar num terreno que foi motivo de um contencioso judicial entre os cidadãos Matondo Hermany, Padre católico, e Artur Domingues, um conhecido empresário da cidade. O caso tende a ganhar contornos incalculáveis, a fazer valer a perseverança do empresário, reconhecido como legítimo proprietário do terreno, na medida em que a posição do Tribunal Provincial de Benguela, órgão de soberania, acaba sem qualquer efeito prático.

Trata-se de um intrincado processo, cujo dossier se

encontra em posse do Angolense, que envolve, além das figuras já mencionadas, os sectores da Habitação e da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. O aspecto relevante nesta primeira abordagem de um assunto que arrastará para as páginas deste jornal outros intervenientes é o facto de, conforme mostra a realidade, a Sentença do Tribunal, que data de 17 de Outubro do ano em curso, estar a ser ignorada.

Novembro de 2004, neste caso o padre Hermany, instala-se na casa que se encontra no interior do terreno em disputa, de 31,3 hectares, facto que deu origem ao processo ordinário nº 88/05, de que é autor Artur Domingues, declarado pela Agricultura, em 2003, como proprietário de uma área para exploração agrícola no vale do Cavaco, bairro da Graça. Segundo a Sentença do Tribunal Provincial, Sala do Cível e Administrativo, o réu instalou-se na casa sem "justo título", tendo afirmado, primeiro, que era procurador de um cidadão português e, depois, que era proprietário do imóvel.

Acontece, porém, que a casa pertenceu a um cidadão, por sinal português, mas que abandonou o país em 1975, tendo o Estado angolano, através do ofício nº 148/04, de 13 de Agosto, confiscado a mesma, acrescenta a fonte que temos vindo citar. O réu, muitas vezes interpelado no sentido de abandonar o imóvel, procedeu sempre em nome da Igreja Católica, a entidade que vai construir - pelo menos já foi lançada a primeira pedra - um complexo escolar avaliado em 1 milhão e 550 mil dólares norte-americanos, valor que será financiado pela Sonangol. A Sentença acrescenta, por outro lado, que o réu não reconhece o direito de propriedade da parte do Estado e, por conseguinte, do empresário, o agora legítimo possuidor, mantendo-se no interior da casa e do terreno.

Nos termos da Lei, o Tribunal Provincial de Benguela condena o Padre católico a "reconhecer o direito real sobre a casa por parte de Artur Domingues", devendo restituí-la incondicionalmente. Ainda assim, e surpresa do empresário, foram lançadas as bases para a construção, em três anos, do complexo escolar, que ocupará uma área de seis mil 617 metros quadrados. Projectada para 16 salas de aulas, a instituição vai ministrar cursos de formação profissional nas áreas de Informática, Economia, Contabilidade e Finanças. Indignado, mas nem por isso conformado, Artur Domingues fez saber, por ora, que vai até às últimas consequências para fazer vincar a posição do Tribunal. Nesta primeira abordagem sobre esse caso, redundaram em fracasso os contactos mantidos para que a Diocese Católica de Benguela e o sector da Agri-

cultura e do Desenvolvimento Rural pudessem apresentar os seus argumentos de razão ..

6.11 Luz no fundo do tunel

Capital...15-12-07

E M declarações recentes a comunicação social, a directora provincial do Minars, Augusta dos Santos Dias, informou que, à nível das autoridades, mecanismos estão a ser engendrados no sentido de se ver melhorada a situação das famílias alojadas nos centros de acolhimento.

O Governo da Província de Luanda está a criar condições de acomodação seguras para atender as famílias. Reconhecemos que há necessidade de criar melhores condições de acomodação em relação as tendas, motivo pelo qual não posso vaticinar, de imediato, as datas. Sei que já há uma boa equipa a trabalhar nesse sentido, e a seu tempo nós avisaremos quando é que vamos fazer a transferência», explicou.

Dados avançados pela directora provincial do Minars dão conta de que estão neste momento a residir nos centros de acolhimento, oito mil 125 famílias desalojadas em Janeiro passado, provenientes de diferentes municípios, da capital

Mas referiu igualmente que os dados fazem somente referência aos acampados nos centros, já que os restantes sinistrados que preferiram residir em casas de familiares, como explicou, não são da alçada da sua direcção.

"Por isso é que temos estado a criar condições para as oito mil e tal famílias nos campos. É um número bastante elevado. O governo está a trabalhar afinadamente neste sentido», concluiu.

6.12 Parece infundável a agonia nos centros de acolhimentos

Capital...15-12-07

HÁ quase um ano, Maria Miguel foi obrigada a viver num campo de alojamento. A mudança aconteceu de modo forçado, a ida para o acampamento foi a alternativa que o Governo da Província de Luanda (GPL) encontrou para albergar as várias centenas de populares desalojados em decorrência das enxurradas que caíram sobre a cidade capital no dia 22 de Janeiro de 2007.

Com a casa destruída, e os bens perdidos, teve que aceitar viver na tenda, com dimensões extremamente reduzidas. Passados vários meses, os transtornos aumentam gradualmente, sobretudo agora com o in-

tensificar das chuvas. Para quem se desloca a estes centros, depara-se logo à entrada com as dificuldades atravessadas por aquelas famílias.

Na tarde de terça-feira, 04, quando visitamos o centro da Viana, localizado nas imediações do cemitério local, chovia com alguma intensidade. A entrada nos deparamos com Maria Miguel e a família no interior da tenda. Aflita, tentava encontrar um espaço seco para permanecerem enquanto a chuva caía, mas estava difícil. «Está a pingar de todos lados», apontou, enquanto colocava um recipiente para aparar a água que vinha do tecto.

Na tenda, a habitação improvisada da família Miguel, as gotas que caem de vários buracos, aos poucos inundam o seu interior. E nestas condições, como nos disse Maria, que têm que ficar sempre que chove. «As roupas e a cama molhadas, sem . um lugar seco. Ficar dentro ou fora, não faz muita diferença", contou. Enquanto falava a sua atenção foi atraída pelo semblante triste do filho de sete anos que horas antes brincava. Acanhado, e com olhar pálido, o mesmo queixava-se de dores na cabeça. Mas tal como já acontecera com os outros petizes, ela tinha dificuldades em o acomodar, já que o interior da «casa», apesar de a chuva ter cessado, continuava húmido.

«É mesmo para ficar doente.

Com tanta humidade só não acontece o pior porque, enfim... Ninguém merecia viver nestas

.' condições», deplora, apontando para a tenda. Na realidade, segundo populares, o drama descrito, não é exclusivo de Maria Miguel e família. Pelo tempo que levam, as tendas começam já a apresentar sinais de desgaste. O castanho caqui original ganhou pintas pretas, do bolor.

Cristina Bernardo, é outra moradora do campo Missende, local onde foram alojados populares idosos da zona da Boavista. A tenda que lhe foi atribuída reparte com duas famílias. Contou-nos que com o intensificar das chuvas passam as noites em claro.

«A água entra de todos os cantos, e então temos que ficar de pé, a espera que cesse, para limparmos», revela.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Elisal deixa "cair" cidadãos

Agora...08-12-07

N uma altura em que o director geral da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), Antas Miguel, denunciava a existência de operadoras de recolha de lixo que contribuem para a degradação sanitária, o AGORA recebia a denúncia de um péssimo serviço prestado pelos técnicos desta empresa na rua Lourenço Mendes da Conceição, ao Maculoso

Apesar de o Governo ter elaborado um novo programa de saneamento básico que contou a participação de sociológicos e antropológicos, visando melhor descortinar a perspectiva dos luandenses com relação ao sistema de limpeza, as falhas registadas na implementação do projecto ainda é uma constante.

Na rua Lourenço Mendes da Conceição, os moradores acusam a Elisal de prestar um péssimo serviço no que tange à limpeza do sistema de esgoto. Os técnicos desta empresa, que se dignou a organizar um seminário de "Gestão sobre resíduos sólidos", não limpam devidamente o sistema de escoamento dos resíduos.

Com as últimas enxurradas que assolaram a cidade, a situação piorou e um dos maiores lesados, têm sido os funcionários da Estação de Serviço Manuel Vandúnem, porque a água utilizada no interior das residências não escorre pelo colector principal, por estar numa região plana, e recai para a fossa de lavagem de viaturas da estação.

Os trabalhadores queixam-se de existirem momentos em que o lixo entra no interior dos calçados, apesar das condições de trabalhos criadas pela direcção da empresa.

Na esperança de ver o problema resolvido, a direcção da Estação enviou três cartas à direcção da Elisal solicitando a limpeza do mesmo, mas os técnicos, de acordo com os moradores, não limpam devidamente e isso tem contribuído para que a mesma encha em tempo recorde. Numa carta a que o AGORA teve acesso lê-se que depois da empresa ter enviado duas missivas, datadas de 16 de Outubro e 5 de Novembro, a Elisal enviou uma equipa de técnicos que esvaziaram de imediato as ligações ao colector principal, da Estação de Serviço e das fossas das residências. Mas, passados dois dias, os colectores ficaram novamente cheios.

"Este pormenor deve-se ao facto de o colector principal (que se encontra na rua Lourenço Mendes da Conceição) não ter sido limpo em toda a sua extensão e o mesmo encontra-se totalmente entupido", lê-se no documento.

A direcção da Estação solicitou ainda, em nome dos moradores, da rua que a Elisal proceda ao desentupimento do colector principal, de modo a evitar o entupimento e esvaziamento das fossas dos vizinhos, pois na situação em que se encontra, estes dejectos acumulados prejudicam o ambiente e a saúde de todos. Antas Miguel que fazia a "contextualização da Elisal", no seminário de "Gestão de resíduos sólidos", afirmou que existiam em Luanda bairros em que as operadoras no princípio passavam pelas ruas todas, para recolher o lixo de porta a porta, segundo o programa operativo, mas depois optaram por uma nova perspectiva e mudaram totalmente de método.

"Uma operadora não pode ter eficiência comercial sem a eficiência operativa. Os operadores devem saber qual é o seu objectivo e, neste momento, o seu negócio é a observância das cláusulas de um contrato e devem buscar a sua eficiência com base no documento (contrato)", alertou.

Segundo Antas Miguel, em muitos casos as operadoras usam maquinaria pesada para a remoção do lixo, criando grandes buracos que com o tempo aumentam, impossibilitando geralmente o acesso ao local.

7.2 Crianças apresentam alterações nervosas

Capital...08-12-07

Nados da direcção clínica do Centro Médico de Cacuo assinalam uma redução drástica do número de casos de síndrome neurológico agudo. Dos anteriores 20 casos diários, hoje, o número oscila entre um a dois casos em média. De acordo com a nossa fonte neste momento estão internados apenas oito pacientes.

Para reduzir o número de populares infectados, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde, estão a distribuir sal de cozinha aos populares residentes nas zonas afectadas, já que, na maioria dos casos em que registou retrocesso, descobriu-se que os mesmos voltam por estarem a usar a mesma fonte de contacto, no caso o sal com alto teor de brometo de sódio.

No enalço desta informação, na terça-feira, 28, regressamos ao bairro 11 de Novembro, um dos primeiros no município de Cacuo a registar casos de populares com a síndrome" neurológico agudo. Tínhamos um propósito: visitar a família do senhor Francisco Neto, um cidadão que por altura do início da estranha doença viu sete dos nove filhos atacados pela maleita.

À nossa chegada fomos recebidos por Alex, o primogénito do mais velho Francisco. Já bem recuperado em relação ao nosso primeiro encontro, contou-nos que, de momento, enquanto convalesce, a

sua maior preocupação está no facto de irritar-se com muita facilidade. Francisco, o pai, diz que, pelo facto de ter visto toda a família acometida pela patologia, optou pelo tratamento tradicional, que segundo contou, produziu melhores resultados, num curto espaço de tempo. «Depois que saíram, recuperaram em cinco dias», conta.

Como a maioria dos populares que se viram confrontados com esta doença até então estranha, o maior receio de Francisco são as prováveis sequelas que a doença poderá deixar nos seus pequenos.

«o mais velho, nem, tanto, mas parece que as crianças ficaram mais teimosas», reparou.

Quem ainda luta para se desfazer da doença é Adilson Joaquim, outro morador que sofreu a doença acabado de vir do hospital. Contou-nos que tinha acabado de receber alta do hospital e que como ele, os membros da sua família recuperaram do mesmo mal, depois de algumas recaídas.

Além do bairro 11 de Novembro, foram também notificados casos nos bairros, do Wacu, Mulundu, Panguila, Kifangondo, Kikolo, Vidrol, e nos últimos tempos na província do Bengo.

7.3 Importaram o brometo de sodio

Capitral...08-12-07

A propósito ouvimos o docente da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, Wong Dinh My. Ele acredita num acto intencional. «Não acredito que exista uma contaminação natural do sal de cozinha. Isto é uma acção como se diz, um erro humano. O Brometo de Sódio foi adicionado voluntariamente ou involuntariamente ao sal, já que a olho nu, não é possível diferenciar o Cloreto de Sódio, o sal de cozinha na língua popular, do Brometo de Sódio», disse.

O especialista explica que pela via natural, o teor do Brometo de Sódio é muito baixo em relação ao cloreto. «É somente uma parte de 200 ou 300 da massa daquele elemento», daí descartar a hipótese que também se vinha apresentado de que a contaminação tenha surgido do mar.

Vila Família, um outro docente ouvido por nós, explicou que, além do mar, é igualmente possível encontrar Brometo de Sódio nas rochas «mas quer no mar como noutros locais, o brometo é encontrado em pequenas quantidades», enfatizou.

Nestas condições, Wong My só disse que só encontra uma explicação para a contaminação do sal de cozinha. «Não acredito que Angola produz esse elemento. Mas julgo que alguém comprou ou importou, não sei. Penso que é necessário fazer um inquérito para se saber isso. Ver quem importou uma grande quantidade de

brometo de sódio, não no ano passado, mas desde 1976 ou 80 até agora. Alguém deitou fora o produto e alguém aproveitou-o como meio de aproveitar para ganhar dinheiro», alertou.

De facto trocar o sal de cozinha comum pelo brometo de sódio não é tão difícil seguindo as explicações do professor Vila Família, segundo as quais «o brometo de sódio também é um sal, apresenta-se na forma de cristais de grânulos ou pó branco. Portanto, tanto um como o outro pode ser confundido».

Sobre utilização prática da substância, Wong Dinh My explica que, «não há uma aplicação ampla do Brometo de Sódio.

Na prática ele é usado nos laboratórios de química como um reagente químico, na medicina, na fabricação de tranquilizantes, e xaropes».

O brometo de Sódio quando ingerido causa náuseas, vômitos e dores abdominais. A sua absorção pelo organismo, pode provocar um ataque ao sistema nervoso central, olhos e cérebro, gerando erupções na pele, visão turva, sonolência, irritabilidade, tontura, alucinações e coma.

A ingestão repetida de pequenas quantidades pode causar depressão no sistema nervoso central, psicoses, perda de memória, irritabilidade e dores de cabeça.

7.4 Chuvas podem aumentar níveis de Cólera

Folba...15-12-07

As chuvas que em estado a cair na capital tendem a aumentar o número de casos de cólera, disse fonte do Ministério da Saúde.

"A cólera em Luanda nunca chegou a ser erradicada, embora seja uma situação controlada, mas estas últimas chuvas, devido á falta de drenagem das águas e com o excesso de lixo, os casos desta doença tendem a aumentar", salientou o porta-voz do Ministério da Saúde, Jesus Ramos.

Referiu que no hospital dos Cajueiros, situado no município mais populoso de Luanda, Cazenga, foram notificados três novos casos de cólera, e dois outros em locais ainda não identificados. Á muito lixo acumulado, muitas lagoas criadas após a forte pluviosidade dos últimos dias, receando-se que surjam mais casos da doença, frisou. No hospital do município de Kilamba Kixi, outra zona fortemente afectada pelas chuvas, o director geral do estabelecimento, Renato Palma, disse não se ter registado ainda casos de cólera, mas as autoridades sanitárias locais estão em "estado de alerta" para evitar o ressurgimento da epidemia que desde Fevereiro de 2006 fez centenas de vítimas mortais. "Estamos a tomar todas as medidas no sentido de

prevenir que a doença alastre para este município, que está há mais de três meses sem registar qualquer caso de cólera", afirmou Renato Palma.

Até Agosto deste ano a epidemia de cólera, que atinge o país há mais de um ano e meio, já matou 419 pessoas. Desde o início do ano, a capital angolana, local onde se registou o primeiro caso da doença, em Fevereiro de 2006, teve um total de 6.692 casos, seguindo-se as províncias de Benguela com 3.681 e Cabinda com 1.721. As enxurradas que atingiram Luanda provocaram danos em toda a cidade, particularmente nos municípios de Cacuaco e Ingombotas e na zona da Boavista, onde 550 casas ficaram alagadas, o trânsito automóvel interdito e as estradas cobertas de lama.

As principais obras em curso nas ruas de Luanda ficaram inundadas, nomeadamente a rede de bocas de incêndios que está a ser construída por toda a cidade, por empreiteiros chineses, além das valas de escoamento junto ao estádio da Cidadela Desportiva que até agora permanecem com águas paradas, levando a paralisação das obras.

O sector dos transportes públicos foi também outra área atingida pelas chuvas, com os autocarros da empresa de Transportes Colectivos de Luanda (TCUL) impedidos de sair ou entrar na área de abastecimento devido as inundações.

7.5 Água rara em Luanda

Capital...15-12-07

Foram várias as vezes que as figuras competentes vieram a público anunciar grandes projectos na perspectiva da inversão do quadro de carência de água em Luanda. Uma dessas figuras foi o próprio ministro da Energia e Aguas, Botelho de Vasconcelos que numa das suas intervenções anunciou um ambicioso projecto para o fornecimento de água tratada a cerca de um milhão e meio de pessoas em Luanda, a ser concluído ainda este ano.

Juntam-se aos dados do ministro, os contidos no Plano Director de abastecimento de água a capital do país, segundo os quais, Luanda precisa de, pelo menos, mil e 200 novas redes em cada ano até 2015, para atender a procura emergente.

O ministro adiantou ainda que o Estado iria reabilitar 300 quilómetros da rede de distribuição, instalar três mil contadores residenciais e industriais e construir mais 300 chafarizes na zona suburbana.

Mas de lá para cá, a situação não apresentou melhorias substanciais. A água tornou-se, em Luanda, uma das coisas mais raras e, por isso, cara. Muitos chafarizes deixaram mesmo de jorrar água, dando azo a comercialização, muitas vezes ilegal deste líquido e a preços especulativos. A população passou assim a se sujeitar a

uma vida de desenrasque total, subordinando-se aos apetites de algumas pessoas que, não se sabendo como, detêm o controlo absoluto da água canalizada em diferentes pontos da cidade.

Enquanto a maioria dos cidadãos olha desesperada para as torneiras. Dos chafarizes que nunca mais pagam, as pessoas que possuem grandes reservatórios de água, os abastecem à noite e, durante o dia se empenham na comercialização à comunidade carenciada. Os preços vão desde os 20, 25 até 30 kwanzas por cada 25 litros. E quando a escassez é generalizada, o mesmo volume do líquido chega aos 60 kwanzas.

Recentemente a Empresa Pública de Águas de Luanda (EP AL) procedeu a destruição de tanques clandestinos desta natureza nas zonas da Samba e Kassequel do Buraco, contudo, há zonas onde os detentores de tais reservatórios são «gente grande» e, por isso, nem sempre abrangida por medidas duras. Na maioria das vezes são moradores fundadores de alguns bairros que conseguiram memorizar alguns pontos da rede de distribuição antiga, apoderando-se da mesma.

Mas na boca do povo argumenta-se que um dos motivos que instiga o roubo de água sabotando as condutas principais é mesmo a carência, ou seja, «se o Governo não dá, nós vamos buscar, porque a água é a fonte da vida». o mais certo é que a EP AL sabe que há sabotagem na conduta e que ela origina a falta do líquido nas torneiras das casas e chafarizes, em prejuízo de centenas de cidadãos. Destaca-se também o facto de a EP AL dizer que, através das administrações municipais, estar a distribuir água por via de cisternas públicas, um projecto que já se provou não ser tão viável.

A aquisição de água por este meio originou sempre lutas e acabou por deixar sempre pessoas a lerpar. Entretanto, sabe-se que este negócio, cada vez mais rentável está concentrado nas mãos de um pequeno grupo de pessoas que nele se enriquece. Denúncias referem que muitos dos donos das cisternas que andam a vender água (não a distribuir) nos bairros urbanos e suburbanos, as abastecem nas girafas da EP AL, mas com fins comerciais particulares.

Na óptica da EP AL as cisternas que acarretam água nas suas girafas são apenas as que cumprem programa da empresa. Seja como for, graças as chuvas que se têm abatido com alguma intensidade, muita gente se sente aliviada da carência de água. Se de um lado temem pela agressividade de São Pedro, do outro alegram-se, por lhes reduzir o sofrimento.

7.6 Job Capapinha promove campanha especial de Limpeza

O governador provincial de Luanda, Job Castelo Capapinha, conferiu ontem competências ao Grupo Técnico do Programa Especial e Complementar de Recolha de Lixo-passivo para executar uma campanha especial de limpeza, a partir de hoje até 16 de Janeiro de 2008, sob o lema "Natal sem lixo".

Num despacho, Job Castelo Capapinha salienta que o coordenador do grupo técnico deverá remeter, semanalmente, ao governador provincial o seu relatório de trabalho para conhecimento e devido tratamento.

O governador de Luanda refere que a campanha não substituirá o trabalho das operadoras contratadas pela Elisal, que se executa diariamente das 21 horas às quatro horas do dia seguinte.

A actividade será dirigida pelo grupo técnico de recolha do lixo passivo, coordenado pelo director do GEPE, coadjuvado pelo director geral da Elisal, integrando outros funcionários técnicos do Governo Provincial de Luanda (GPL) e da Elisal.

O grupo deverá elaborar o plano especial de limpeza, mobilizar e contratar as empresas e outros voluntários, indicando o material de limpeza e de recolha necessários à prestação de um bom serviço.

Deverá ainda articular a execução do seu plano especial com os administradores municipais adjuntos e com os respectivos chefes de serviços comunitários, que, por sua vez vão mobilizar as comissões de moradores, as assembleias de condóminos, jovens voluntários e todos interessados na campanha.

7.7 Populações das Zonas rurais da Huila terão água potável

Jornal de Angola...20-12-07

Vinte e sete mil pessoas residentes em zonas rurais dos municípios de Quilengues, Chibia e Matala vão consumir água potável com a construção de cinquenta e quatro sistemas de captação de água, iniciados em Outubro último, num financiamento do governo provincial em parceria com a cooperação do Governo italiano.

A informação foi prestada pelo Director Provincial de Energia e Aguas, Geologia e Minas, Abel João da Costa, à margem da inauguração de três sistemas de captação de água em zonas rurais do município da Matala, (180 quilómetros a Leste da cidade do Lubango).

Segundo Abel João da Costa, o projecto, inserido no Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos à População, está orçado em cerca de um milhão de dólares norte-americanos.

De acordo com, o director provincial da Energia e Aguas, Geologia e Minas, dos 54 sistemas de captações de água previstos, foram já concluídos e inaugurados três no município da Matala. Os restantes, acrescentou, serão concluídos dentro de dez meses. "Temos um outro grande projecto, orçado também em um milhão de dólares, que vai fazer chegar água potável a outros municípios".

7.8 Municípios da Matala estão já a beneficiar do projecto

Jornal de Angola...20-12-07

Pelo menos mil e 500 pessoas, residentes nas localidades de Bempere, quilómetros 15 e 10, no município da Matala, (180 quilómetros a Leste da cidade do Lubango), província da Huila, já consomem água potável desde segunda-feira última, com a inauguração de três sistemas de captação, num financiamento do governo provincial, em parceria com a cooperação italiana.

O corte da fita coube ao embaixador da Itália em Angola, Torquato Cardilli.

Os sistemas têm uma profundidade de 15 a 25 metros, caudal de mil metros cúbicos e estão associados com lavandarias de quatro tanques cada.

Cada sistema, segundo fontes da administração municipal, irá atender quinhentas pessoas.

Correia Ferreira, ao proceder à leitura da mensagem de agradecimento, referiu que a população da comunidade deixará de percorrer longas distâncias em busca de água.

A população, acrescentou, está satisfeita com o Programa de Melhoria Aumento da Oferta de Sociais Básicos, que o Governo e parceiros têm levado a cabo.

"Várias doenças, que eram causadas por consumo de água imprópria, tais como diarreias agudas, vômitos e cólera, vão diminuir",

Disse, por outro lado, que a população da comunidade solicita ao Governo a construção de um posto médico, escolas, bem como mais sistemas de captação e distribuição de água.

Mariana José, moradora no quilómetro 15, é uma das beneficiárias. Visivelmente satisfeita disse que antes, além de beber água não tratada, percorria longas distância para adquirir o precioso líquido em rios e/ou lagoas.

Por seu turno, Natália Luísa, moradora no quilómetro 10, revelou que por altura das chuvas a água dos rios ficava turva o que causava muitos constrangimentos à saúde da população.

"Estamos alegres. Antes bebíamos água do rio e agora já temos água tratada, o que significa que a vida da

população está a mudar substancialmente, para melhor.

7.9 Líquido voltará a jorrar nas torneiras do Dondo

Jornal de Angola...20-12-07

A cidade do Dondo, sede do município de Kambambe, Kwanza-Norte, poderá ver restabelecido hoje o fornecimento de água canalizada, de que está privada desde o passado dia 11.

Segundo garantias do administrador municipal adjunto de Kambambe, Paulino António Pinheiro, foi já reposta a conduta de fibrocimento destruída pelas raízes de um embondeiro, situado num dos troços da canalização que liga a estação de captação ao reservatório que distribui o precioso líquido à urbe.

O administrador adjunto pontualizou que, recuperado o perímetro de três metros de comprimento danificados, aguardava-se apenas pela compactação da argamassa com que foi feita a junção.

Indicou que aos trabalhos de recuperação da conduta adicionou-se a revisão do percurso da mesma, o que culminou com o corte de alguns embondeiros e de outro material vegetal nas proximidades da canalização, para evitar situações análogas.

7.10 Dilúvio no Cazenga

Capital...22-12-07

A história, é trivial. Tal como já se previa, Luanda voltou a mostrar, como no passado, que não está preparada para receber tantas lágrimas de São Pedro. As chuvas que durante cerca de cinco horas se abateram sobre a cidade, sábado, 8, foram disso a prova. Em muito tudo se deve à falta de medidas de precaução, não obstante a amarga experiência das chuvas de Janeiro deste mesmo ano.

E se no ano passado a incidência da fúria das águas foram Cacuaço e Samba, em particular, desta vez foi o município do Cazenga que ficou às avessas.

O caos começa pelo encharcamento quase que total das ruas, provocando desde logo a intransitabilidade de pessoas e meios.

A Quinta Avenida, bem conhecida pelos transtornos que o seu mau estado já provoca mesmo sem chuva, piorou porque está alagada. O mercado Asa Branca não foi poupado, inundado por fora e por dentro, vendedores e compradores estão, pelo menos por

enquanto, privados de se servirem bem dele. A zona que o circunda, segundo nos foi possível constatar, virou um pântano.

E como em volta dos nossos mercados há sempre amontoados de lixo, as águas deram-se o serviço de o arrastarem para perto das zonas habitacionais, o que torna o cenário mais inóspito ainda. O fluxo de clientes baixou consideravelmente

provocando transtornos a quem gostaria de vender sempre alguma coisa.

Ainda no Cazenga a água da chuva não poupou o Centro Médico Asa Branca, cujos serviços tiveram que ser suspensos ante a invasão da torrente ao interior da instituição. Os pacientes até então lá internados, " tiveram que ser transferidos para outras unidades hospitalares.

Implica isso dizer que enquanto a situação durar, os moradores da zona em referência ficarão privados de qualquer assistência médica com o agravante de a circulação de viaturas naquele perímetro estar condicionada.

Ao longo da estrada que liga o Embondeiro ao Tala Hady, (em português significa olha o sofrimento), e que neste caso veio traduzir a situação de agonia que se vive, pudemos constatar inúmeras casas inundadas.

Perante um cenário igual, nada seria possível descobrir nos rostos dos populares que não fosse desespero e empenho na protecção do que ainda sobrou, enquanto mulheres, homens e crianças em grande número se dedicavam a retirar a água do interior das residências.

Carros imobilizados entre lama, lixo e águas pútridas, ilustravam de resto, um cenário de verdadeiro dilúvio insano, agudizado com o mau trabalho de terraplanagem feito em algumas das ruas do Cazenga que com o volume e intensidade da chuva ficaram enlameadas. A rua do Coqueiro, segundo alguns moradores, precisa de apenas algumas gotas de água para testemunhar isto.

Já Maria Cortês, kinguila, disse que na prática o Cazenga se transformou «numa ilha cheia de miséria», aludindo casos de emergência que necessitem de evacuação urgente.

«Já não é possível passar pela rua da Escola nº 15, nem tão pouco pelo mercado do Asa Branca», manifestou, ao mesmo tempo que receava rumores postos a circular, segundo os quais, em breve, a rua da Cuca ficaria interdita para obras, o que ao acontecer e se não se superasse a situação actual, complicaria tudo. «Quando isto acontecer, havendo casos de mortes aqui no Cazenga, os corpos só poderão sair por meio de um helicóptero», enfatizou.

7.11 Empresas de recolha de lixo abusam da paciência dos Luandenses

Angolense...22-12-07

Quero, em primeiro lugar saudar a equipa deste jornal que tem trabalhado para divulgar temas que de outro modo não poderíamos tomar conhecimento, quero também saudar-vos por terem criado este espaço que nos permite desabafar e partilhar as nossas frustrações, mesmo que ninguém nos dê ouvidos.

O motivo da minha carta prende-se com a minha insatisfação quanto ao trabalho das empresas de recolha de lixo que, para além de não conseguirem limpar a cidade, ainda provocam uma série de transtornos aos condutores e até àqueles que se deslocam a pé.

É que, de forma abusiva, os condutores dos camiões de recolha de lixo param no meio da estrada, em vias estreitas, e ficam por vários minutos a recolher o lixo, sem se incomodar com os condutores que estão a espera. Não adianta buzinar, não adianta esperar, porque eles não ouvem, quem quiser que espere!

A minha irritação tornou-se maior porque na semana passada, no sábado, quando me dirigia à Clínica Espírito Santo para uma consulta, pois me sentia mal, com fortes dores de estômago, tive de esperar 20 minutos, sem poder avançar nem recuar, porque um dos carros de recolha do lixo estava a trabalhar nas imediações do Hotel Marinha.

Já antes tinha notado este comportamento, mas nunca tinha me sentido tão irritado. Diante das buzinas e gritos, os trabalhadores da empresa continuavam a recolher os sacos de lixo, a conversar, sem ligar a ninguém.

Saturada com a situação, a minha mulher, que estava ao volante, teve que descer e, na companhia de outros condutores, chamou atenção aos funcionários da empresa, que conduziam um camião verde, infelizmente não retive o nome da empresa.

Só com a pressão eles liberaram a estrada para que os condutores avançassem. Felizmente, eu não tinha um problema muito grave de saúde, se fosse assim, poderia ter morrido devido ao comportamento estúpido, desculpem-me a expressão, destes funcionários.

Alguém tem que terminar com isso, porque já sofremos muito com os problemas deste país e não podemos suportar esta situação.

7.12 Chuvas provocam a fome no Alto Zambeze

Radio Ecclesias...27-12-07

As populações do Município de Alto Zambeze enfrentam uma penúria alimentar devido às chuvas que

se abatem sobre a região.

As constantes quedas pluviométricas arrasaram as lavras de produtos, a principal fonte de alimentação das populações daquela parte da Província do Moxico.

“Há fome, falta mesmo comida porque as lavras todas foram estragadas pelas chuvas”, disse ao “Apostolado” o cidadão Jofre Cachicua.

As populações estão a viver sacrificando-se com o pouco que ainda têm. “Como tudo se estragou, alimentamo-nos de carne e peixe”, sobretudo o peixe porque caiu muita chuva”.

A inexistência de uma rede de comércio embaraça mais a população, apesar de que as pessoas não dispõem também de dinheiro para compras.

ESTRADA PÉSSIMA

A estrada que liga a capital da Província, Lwena, à sede municipal de Alto Zambeze “está muito mal”, afirma Jofre Cachicua, já que “está a chover muito”.

De tão má, poucas viaturas se fazem à estrada “com muitas lagoas e também chanas”.

Para a viagem de mais de 500 quilómetros “demoramos quatro dias e meio para chegar ao Luena por causa das chuvas”.

O transporte de “candongueiro” custa sete mil e quinhentos Kwanzas “ou mais, depende do motorista porque também ele sacrifica-se para chegar lá e então se ele aumenta temos mesmo que aceitar”, salienta o popular.

A sede municipal do Alto Zambeze dista a apenas uma centena de quilómetros da fronteira com a Zâmbia.

7.13 Saneamento básico, mercados, água, luz, delinquência etc.

Cruzeiro do sul... 29-12-07

No capítulo do saneamento básico, este ano foi demais, a nível de Luanda. As operadoras que trabalham para a ELISAL mostraram-se incapazes de oferecer uma cidade limpa. Nem os métodos de recolha porta a porta, nem o de depósito de lixo nas portas de casas em horários próprios resultou.

A questão das fortes chuvas que se bateram sobre Luanda piorou ainda mais o saneamento básico. Estradas intransitáveis devido à água e charcos, valas de drenagem sem capacidade de escoar as águas, foram uma das cenas da novela. Isto causou um grande engarrafamento automóvel nas estradas.

A energia eléctrica esteve muito mal. As restrições em diferentes bairros tiraram o sono a muitos cidadãos, o que encorajou o aumento da criminalidade em Luanda. A EDEL mostrou, mais uma vez, ter grandes dificuldades para distribuir energia a Luanda. Nesta quadra festiva muitos bairros periféricos estão sem

energia. O mesmo se passa com a água que não chega a todos os cidadãos.

Voltando a Criminalidade, Muita gente inocente morreu neste ano ingloriamente vítima de assalto protagonizado por meliantes pertencentes a gangs que calcorreiam por Luanda, usando arma de fogo.

O fenómeno Zun-geira intensificou-se em Luanda. Os arredores dos mercados de São Paulo e Congolezes foram invadidos por aquelas mulheres. A não inauguração, até hoje, daqueles mercados, depois de reconstruídos contribuiu também para o aumento da venda ambulante naqueles locais.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 MPLA versus UNITA: vítimas que matam

S.angolense...01-12-07

Angola pode estar, novamente, a entrar num período que se pode designar de «fase da burrice nacional».

Aquela em que os políticos colocam os cidadãos uns contra os outros usando o medo como argumento. Não é nada exagerado nem insultuoso designar por «burrice» aquilo que pode vir a acontecer, se nada for feito para o travar. Trata-se daquele momento em que os cidadãos se deixam intoxicar pela propaganda e saem por aí a matar-se uns aos outros por razões partidárias ou tribais que, no final, se vai verificar que não tinham o menor valor e que não eram razões que justificassem o ódio e a agressão sobre um irmão. É também uma fase de «burrice política». Os nossos políticos ainda não terão aprendido, passados tantos anos e tantas dores, que o incitamento à violência e as suas consequências colocam cada vez mais em risco as suas próprias vidas, as das suas famílias e a segurança dos seus bens, além, claro, do valor maior que é a unidade nacional e, portanto, o sentido de país civilizado que pretendemos.

A fórmula que os políticos usam para que as pessoas se ponham a matar umas às outras é simples e tem sido eficaz. Basta que cada cidadão olhe ao seu redor e perceba quantas pessoas da sua família perderam a vida, quantos bens foram destruídos e quantos sonhos se ficaram por aí mesmo, em consequência da loucura humana que ciclicamente enevoa os espíritos dos angolanos. A fórmula não tem falhado. Mas há como reverter isso, e é simples. Basta que, dessa vez, assumamos que entre os políticos deste país não existem inocentes. Basta que, desta vez, o povo não saia mais em socorro das supostas vítimas e se deixe imolar, para, no final, as mesmas supostas vítimas desfiliarem, bem à frente dos nossos olhos, em luxuosos automóveis, e exibindo contas bancárias e um nível de vida que a todos insulta.

Vejamos como são as coisas. Numa qualquer conversa com destacados militantes da UNITA ou do MPLA, há sempre um denominador comum: ambos são vítimas apenas. O MPLA foi sempre vítima dos ataques dos outros durante a guerra anti-colonial, os mesmos que, coitados, em 1975, estavam sozinhos, não tinham o apoio dos cubanos nem das forças de esquerda que na altura mandavam em Portugal. O MPLA estava até desarmado mas venceu os sul-africanos, os zairenses, a

UNITA e a FNLA. O MPLA (no governo e mantendo influência sobre as estruturas policiais e das forças armadas) foi a mesma vítima que em 1992 quase viu o poder a ser-lhe retirado à força pela UNITA. Claro que a MPLA nunca tinha pensado numa acção militar, até ao dia em que começaram os tiros. Tanto que, mesmo apanhados desprevenidos, nenhum dos seus membros mais influentes caiu no fogo cruzado.

A história do MPLA é um rol permanente de vitimização capaz de fazer chorar as pedras e, como sempre, graças à sua implantação nas largas massas populares, foi salvo pelo povo. Trata-se de um partido que nunca lutou pelo poder, embora os outros sempre lho quisessem usurpar. A luta do MPLA foi sempre pelo povo, os próprios nunca quiseram nada desta terra. Nisso têm razão, quem morre, geralmente, é o povo. É o povo que se deixa levar pela propaganda e pelo medo que os partidos agitam, diabolizando o outro e fazendo-se de vítimas junto com o povo.

A UNITA também não tem um pingão de inocência nisso tudo. Diz-se que em 1975, para levar a que as pessoas os acompanhassem para as matas, militantes da UNITA espalharam, pelas aldeias do planalto central, a ideia de que os cubanos que aí vinham não eram gente, seriam um espécie de lobisomem. Muitos aldeões acreditaram. As credences e as limitações próprias de camponeses analfabetos ajudaram muito. Nas zonas que a UNITA controlava durante a guerra, a ideia de que os cubanos mandavam e desfaziam nas cidades era a que imperava. Dizia-se também que os populares que buscassem o convívio com a outra parte seriam imediatamente eliminados e que as amnistias anunciadas pelo MPLA no governo não passavam de ardis. Os homens políticos da UNITA eram os grandes defensores do povo contra a ocupação cubano-soviética e a UNITA estava a resistir, sozinha, sem grandes apoios, a uma superpotência, a um exército estrangeiro apoiado pela dita superpotência e a um governo fantoche. Logo, quem estava com o povo era a UNITA. Portanto, o povo deveria lutar e morrer para defender os guardiões dos seus ideais.

Mas é certo que, mesmo nas matas, os dirigentes da UNITA não experimentavam as dificuldades por que passava a generalidade dos camponeses, obrigados a produzir nos campos para sustentar os ditos dirigentes e os soldados, e a carregar pesados fardos de armamento e mantimentos por distâncias longas. Escolas? Só na Jamba, claro. E para todos! Que ideia! Era para os filhos dos ditos que os outros tinham que lutar pela pátria ou eram acusados de feitiçaria e atirados à fogueira. Ouvindo os membros da UNITA, quase se crê que em 1975, o movimento, armado, não

tinha a menor intenção de chegar ao poder por outra via também que não a das eleições.

Se em 1992 o MPLA usou e abusou da comunicação social do Estado para desenhar o papão que vestia com as cores da UNITA, com apresentações de vítimas da UNITA, etc., etc., algumas provavelmente forjadas, como se diz que foi a história dos corações da FNLA, agora temos a UNITA a utilizar o mesmo filme. Não há uma semana em que os pobres, mas disciplinados militantes da UNITA, não são vítimas de abusos e de intolerância da parte de elementos afectos ao MPLA. Os coitados dos militantes da UNITA são tão pacíficos que mesmo vendo alguém a abusar da sua bandeira e das suas esposas não reagem porque estão a cumprir ordens da direcção do partido. O vocábulo «intolerância», este, agora, é pertença da UNITA. São as únicas vítimas da intolerância alheia. Não são capazes de partir um prato, os membros deste partido. De repente, mesmo numa cidade grande como Luanda, as rádios descrevem a vitimização da UNITA e, com as péssimas condições sociais que conhecemos, o povo vai dizendo que afinal os culpados pelo sofrimento de hoje não querem sair do poder e até são capazes de fazer mal a quem lhes sirva de alternativa.

Temos que o MPLA foi sempre vítima até este momento em que, no governo, é o único com poder para influenciar quem tem as armas. E a UNITA, que no "passado teve armas, é a vítima de hoje, que não tem como defender-se e que é incapaz de uma provocação, nem que seja para parecer mais vítima. O MPLA, como resposta, diz que a UNITA está a ser vítima do seu passado violento contra o povo. O povo, sempre o povo!

O que é verdadeiramente chocante é a forma sádica como estes dois partidos usam a propaganda para infundir o medo nos seus próprios militantes, primeiro, e no povo, depois. O resultado deste medo forjado e desta necessidade de protecção popular é o que temos hoje: um país em escombros, física e moralmente. Mais uma guerra e este país poderá «desaparecer». E o pior é que se as coisas rebentarem, já ninguém tem a certeza sobre para que lado o resultado irá pender. Como a burrice é cega, os dois partidos ainda não suspeitaram que a «população» pode estar, desta vez, mais disposta a varrer os dois. O passivo de ambos é elevado. Não queiram que o povo resolva saldar as contas agora. É hora de mostrar mais responsabilidade.

8.2 Antigos refugiados de regresso á Zambia

Apostulado...10-12-07

Estão de volta à Zâmbia, antigos angolanos refugiados naquele país vizinho.

Naturais do Moxico, não encontraram no país condições para a sua reintegração, optando assim pelo regresso ao país de acolhimento nos últimos 27 anos de guerra.

O serviço jesuíta para os refugiados descreve inúmeras dificuldades com que se deparam aqueles compatriotas na província do Moxico, sendo a principal a carência de ofertas no mercado de trabalho.

A reintegração social tem sido a tônica dominante. Com as autoridades e ONG'S incapazes, decidem regressar ao país vizinho, enfrentando no caminho, minas ainda não detonadas.

8.3 Angola defende solução para crise no leste da RDC

Jornal de Angola...11-12-07

Angola está a ajudar a República Democrática do Congo a fazer parcerias políticas com o Rwanda, Uganda e Burundi com o objectivo de encontrar uma solução negociada que ponha fim à crise na região Leste daquele país.

O ministro das Relações Exteriores, João Miranda, que anunciou o facto ontem em Lisboa, disse que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, enviou recentemente o diplomata angolano George Chicoty com o fito de encontrar uma plataforma que ajudasse o mais rápido possível a ultrapassar a crise que prevalece na parte Leste do Congo. A II Cimeira União Europeia-África, realizada em Lisboa entre os dias 8 e 9, recomendou, na declaração subscrita pelos países que participaram no evento, a constituição de uma sólida arquitectura de paz e segurança em África como um dos compromissos fundamentais.

O chefe da diplomacia angolana referiu que "a contribuição de Angola para a paz efectiva em África é notória, sobretudo na região central do continente, nomeadamente nos Grandes Lagos". O governo angolano, segundo João Miranda, tem colaborado com a União Europeia para que a paz nesta região seja uma realidade.

Em relação à "Declaração de Lisboa", João Miranda considera que a aplicação das decisões será garantida por um mecanismo de acompanhamento que vai trabalhar com as comissões da União Europeia e da União Africana, e com agrupamentos regionais africanos como Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO). O chefe da diplomacia angolana, que trabalhou nos documentos preparatórios da cimeira de Lisboa a partir

de Charm el-Sheik no Egipto, disse que a cimeira foi "extremamente útil" pelos entendimentos alcançados. "A utilidade em termos de objectivos resulta do facto de se ter conseguido falar uma linguagem comum. Conseguimos uma estratégia comum na perspectiva de cooperação", disse. Os ministros angolanos das Relações Exteriores, João Miranda, e do Planeamento, Ana Dias Lourenço, acompanharam o Presidente da República na plenária da cimeira de Lisboa, na qual participaram cerca de 120 delegações, entre as quais 54 africanas e 29 europeias, e mais de 80 Chefes de Estado e de Governo.

8.4 Embaixador na RCD convida emigrantes a participarem na reconstrução do País

Jornal de Angola...13-12-07

Durante as quase três décadas de guerra civil que o país conheceu, grandes áreas do território nacional foram fechadas aos movimentos civis, com os funcionários de saúde a acreditarem que este facto pode ter atrasado a disseminação da pandemia devastadora do VIH/Sida que afecta grande parte do resto de África.

Entretanto, os acordos de paz de Abril de 2002 permitiram aos angolanos circular livremente pelo país, e os especialistas temem que a livre circulação possa aumentar o risco de transmissão do VIH/Sida.

Os números nacionais da prevalência do VIH em Angola, compilados em 2004 e 2005, mostram que desde 1985, data em que foi notificado o primeiro caso no país, até Setembro último foram registados um total de 29 mil 916 casos. Do resultado destes estudos, estima-se que a incidência é de cerca de 2,9% muito mais baixa do que as taxas de prevalência de 2030% em outros países africanos da nossa região.

Embora o factor guerra tenha de algum modo inibido a transmissão da doença, o estudo apresentado este ano aponta que de 2002 até agora o aumento da prevalência subiu de 2,5% para 2,9%, o que preocupa as autoridades sanitárias.

No seu programa de luta contra o VIH/Sida, as autoridades sanitárias contam com o apoio das Nações Unidas, através das suas agências especializadas, e de outros parceiros da sociedade civil.

Em centros da juventude, o Unicef, por exemplo, realiza programas para promover a consciencialização sobre Sida, encorajar o uso do preservativo, e ajudar os jovens a tomarem-se mais abertos sobre o sexo. "Estes centros não são só sobre ter ou não VIH". "Servem para dar às crianças a capacidade de entrarem na economia formal, bem como obter uma melhor educação e através disso, eles têm uma menor oportunidade de contraírem o VIH", defendeu em

tempos um responsável do Unicef.

De acordo com este responsável, quanto mais a Juventude estiver ligada a actividades essencialmente produtivas tem muito menos tempo para o ócio e, consequentemente, o sexo não é feito de forma irresponsável.

"Os jovens, se tiverem ocupação, terão muito menos tempo para actos degradantes e que os empurram inexoravelmente para o sexo".

8.5 Conflito armado inibiu propagação da doença

Jornal de Angola...13-12-07

Durante as quase três décadas de guerra civil que o país conheceu, grandes áreas do território nacional foram fechadas aos movimentos civis, com os funcionários de saúde a acreditarem que este facto pode ter atrasado a disseminação da pandemia devastadora do VIH/Sida que afecta grande parte do resto de África.

Entretanto, os acordos de paz de Abril de 2002 permitiram aos angolanos circular livremente pelo país, e os especialistas temem que a livre circulação possa aumentar o risco de transmissão do VIH/Sida.

Os números nacionais da prevalência do VIH em Angola, compilados em 2004 e 2005, mostram que desde 1985, data em que foi notificado o primeiro caso no país, até Setembro último foram registados um total de 29 mil 916 casos. Do resultado destes estudos, estima-se que a incidência é de cerca de 2,9% muito mais baixa do que as taxas de prevalência de 2030% em outros países africanos da nossa região.

Embora o factor guerra tenha de algum modo inibido a transmissão da doença, o estudo apresentado este ano aponta que de 2002 até agora o aumento da prevalência subiu de 2,5% para 2,9%, o que preocupa as autoridades sanitárias.

No seu programa de luta contra o VIH/Sida, as autoridades sanitárias contam com o apoio das Nações Unidas, através das suas agências especializadas, e de outros parceiros da sociedade civil.

Em centros da juventude, o Unicef, por exemplo, realiza programas para promover a consciencialização sobre Sida, encorajar o uso do preservativo, e ajudar os jovens a tomarem-se mais abertos sobre o sexo. "Estes centros não são só sobre ter ou não VIH". "Servem para dar às crianças a capacidade de entrarem na economia formal, bem como obter uma melhor educação e através disso, eles têm uma menor oportunidade de contraírem o VIH", defendeu em

tempos um responsável do Unicef. De acordo com este responsável, quanto mais a Juventude estiver ligada a actividades essencialmente produtivas tem muito menos tempo para o ócio e,

consequentemente, o sexo não é feito de forma irresponsável.

"Os jovens, se tiverem ocupação, terão muito menos tempo para actos degradantes e que os empurram inexoravelmente para o sexo".

8.6 Sobas defendem rápida recuperação das vias de acesso

Jornal de Angola...14-12-07

As autoridades tradicionais no município da Nharea, a cerca de 170 quilómetros a Norte do Kuito (Bíe), apelaram ontem ao governo da província no sentido de acelerarem o trabalho de recuperação das pontes e estradas secundárias na região, para facilitar a livre circulação de pessoas e bens.

8.7 Nova vaga de violência contra civis em Cabinda

Ibinda...18-12-07

Desde a extinção da Associação Cívica de Cabinda – Mpalabanda que se regista um aumento da violações dos Direitos Humanos em Cabinda. A acção dos observadores locais é mais difícil e arriscada. Entre o dia 5 e 17 de Dezembro foi assinalado mais um assassinato e vários espaçamentos atribuídos às forças armadas e polícia angolana. Segundo activistas cívicos em Cabinda, a 5 de Dezembro o Coordenador da aldeia de Bâmbica, Necuto, região Buco-Zau, morreu na sequência de espancamento «por um grupo de militares das Forças Armadas de Angola (FAA), no cruzamento de Pinto da Fonseca.»

O incidente ocorreu quando Alberto Tembo, 75 anos, nascido em Bâmbica, filho de Simão Yoba e Rebeca Malonda, «foi cobrar a um militar as rendas com já vários meses de atraso. Indignado com essa cobrança, o referido militar, na presença de outros "camaradas de armas", em número não especificado» decidiu agir violentamente contra o Coordenador do Bêmbica.

Na sequência dos graves ferimentos causados os habitantes da aldeia Bâmbica, transportaram imediatamente o Coordenador para o Hospital Provincial na cidade de Cabinda (Tchiowa). Três dias depois, 8 de Dezembro, Alberto Tembo faleceu devido às graves sequelas do espaçamento sofrido.

Segunda-feira, 17 de Dezembro às 5:30 horas, Alexandre Fernandes Lionga Casso, 43 anos, activista dos Direitos Humanos (DH), foi «brutalmente espancado, por cerca de 20 agentes da Polícia Nacional

e da Polícia Militar, sob as ordens do subinspector e investigador Eduardo Chilonga, da Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC) nas imediações do cruzamento de Zangoio.»

Alexandre Fernandes dirigia-se para sua residência, depois dos seus habituais exercício físicos matinais, quando «se deparou com duas viaturas do Comando da Polícia Nacional (PN) e da Polícia Militar (PM) estacionados, onde agentes da polícia espancavam dois jovens, um dos quais agente de empresas de segurança local.»

«As viaturas eram conduzidas pelos sargentos Chocolate e Calixto», reconheceu testemunha. «Depois de se identificar como activista dos DH, tentou inteirar-se do que se estava a passar», a resposta dos agentes da polícia «foi um brutal espancamento com porretes e armas deixando-o nu e com o lábio superior da boca cortado» (foto).

Após a agressão Alexandre Fernandes, foi conduzido ao Comando Municipal da Polícia. Constatando o «estado crítico do activista, lábio superior cortado, lesões na cabeça, rosto e o corpo ensanguentado, os agentes decidem finalmente o transferir para o hospital.» Durante o trajecto, ouvindo as conversas entre os polícias, o activista compreendeu que as lesões nos lábios e na cabeça tinha sido provocadas pelas coronhadas do agente Tony da Primeira Esquadra da Polícia.

«No hospital, o subinspector Eduardo Chilonga pediu a comparência do activista na Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC)», no entanto Alexandre Fernandes «tentou dirigir-se ao Comando da Polícia Municipal para reclamar justiça, mas tanto o Oficial Dia da polícia (OP) como o subinspector Eduardo Chilonga apenas se limitaram “a deplorar o estado em que se encontrava”, sem tomarem qualquer iniciativa judiciária. O sargento Chocolate apenas sugeriu apresentação de um “Auto de Exame Médico”, com o parecer do Medico que tratara o activista no hospital.»

8.8 Cabinda Bento Bembe satisfeito com memorando de Paz

Angop...23-12-07

O presidente do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD) e ministro Sem Pasta, António Bento Bembe, considerou positivo, sábado, em Cabinda, o grau de implementação do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda.

Falando em conferência de imprensa, para balançar o ano de 2007 e perspectivar o de 2008, Bento Bembe indicou que a implementação do Memorando tem vindo a proporcionar "respeitáveis benefícios reconhecidos pela própria população". Bento Bembe reconheceu o empenho pessoal do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no processo de pacificação de Cabinda e destacou o cumprimento das questões militares, como a integração dos efectivos provenientes da FLEC nas Forças Armadas Angolanas (FAA) e na Polícia Nacional. Simultaneamente, adiantou, foi se dado tratamento das questões político-administrativas, tais como a "criação de condições político-jurídicas para a entrada em vigor do Estatuto Especial para Cabinda", selecção e nomeação dos quadros do FCD para o governo, empresas públicas e corpo diplomático. Assinalou que os diplomatas já terminaram a formação e alguns deles já seguiram para os respectivos postos e outros aguardam que as embaixadas criem condições para os receber. Bento Bembe regozijou-se pelo facto dos quadros indicados pelo FCD terem sido todos nomeados e empossados pelo Presidente da República, e alguns já estão em pleno exercício das suas funções, faltando apenas a nomeação dos administradores da Sonangol condicionada pela alteração dos estatuto da companhia. Anunciou que de momento o Governo e o FCD trabalham para a efectivação de tarefas como o repatriamento dos refugiados e sua integração na sociedade, a formação e integração social dos desmobilizados, bem como a resolução definitiva da problemática dos reformados. Ainda no quadro da implementação do Memorando, Bento Bembe revelou que o FCD já tem núcleos em toda a extensão da província de Cabinda e em outros pontos do país, visando a criação das bases para a sua transformação em partido político de âmbito nacional. No quadro do estatuto especial para Cabinda, foi aprovada uma taxa alfandegária própria, triplicou-se o orçamento da província no ano preste a terminar (2007) e brevemente começarão as obras da nova ponte cais enquanto se aguarda pela construção de um porto.

O presidente do FCD reconheceu também os progressos registados no domínio dos direitos humanos em Cabinda, com realce para a livre circulação de pessoas e bens, e a inexistência de presos políticos.

8.9 Camponeses regressam as terras do cunene agora desminadas

Apostulado...24-12-07

Cerca de dois mil e quinhentos engenhos explosivos foram desactivados pela Brigada de desminagem do comando das Forças Armadas na Província do Cunene. Deste número destacam-se dois mil e 350 engenhos não detonáveis, 60 minas anti-tanque, 40 anti-pessoal, 5 granadas de mão, 140 projeteis de dimensão diversa. Também foram recolhidas oito mil e 341 munições de armas de vários calibres.

A operação de desminagem foi realizada nos municípios do Kwanhama, Cuvelai, Namacunde e Ombadja, no período entre Janeiro e Novembro deste ano.

Segundo o comandante da Brigada, Major Jorge António à Angop, no mesmo período foram destruídas 3 minas anti-tanque, localizadas no município de Namacunde e uma de igual calibre na circunscricção de Ombandja.

Uma extensão de 14 mil metros quadrados foi desactivada, permitindo agora o regresso da população às zonas de cultivo.

A Província do Cunene é uma das mais minadas de Angola. Durante os anos 80, o Cunene sofreu a invasão do exercito regular sul africano que travou fortes combates frente ao exercito angolano, na altura FAPLA, que contava com o apoio de soldados cubanos.

Recentemente a Comissão nacional de desminagem referiu que a Província do Moxico é aquela que em Angola tem mais minas implantadas no solo.

9 JORNAL COMUNITÁRIO

9.1 Ganância pelo kumbo ignora chafariz

Inforsambila... 1ª edição de Março de 2007

Os cães ladram e a caravana passa! Parece ser a teoria dos mais poderosos. Na Comuna do Ngola Kiluange, mais concretamente na rua direita dos kwanzas na Petrangol, um chafariz foi transformado em escola privada. Mesmo depois deste jornal ter noticiado nas suas edições anteriores. Na altura, a administração local, respondeu dizendo que: "O chafariz estava sob controlo e não corria risco." Mais como o nosso jornal mostra a verdade nua e crua, a nossa foto não mente. O chafariz da comunidade desaparece para beneficiar um grupo de pessoas com olhos no "kumbu".

9.2 Administração nunca encerrou rádio ngola kiluange

Inforsambila... 1ª edição de Março de 2007

Contrariamente a matéria publicada no jornal Angolense, na sua edição de 23 à 30 de Setembro de 2006, página 25, que dava conta do encerramento da primeira experiência da rádio comunitário em Angola, pelo administrador do Sambizanga. Afinal a rádio Ngola Kiluange nunca foi encerrada. A revelação é do responsável da referida rádio José Kimbilson a este jornal que disse não haver interferência do governo local no projecto. Para aquele radialista, a grande dificuldade que enfrenta, prende-se com a falta de equipamento que lhes permite partir para um projecto mais sério e também a não regulamentação da lei de imprensa sobre a questão das rádios comunitárias. Em alusão ao dia de São Valentim celebrado a 14 de Fevereiro, a Rádio Ngola Kiluange promoveu um debate com tema. "O Namoro nos Dias de Hoje", no seu estúdio improvisado num quintal no bairro da Petrangol. Um tema algo polémico, mas que serviu para avaliar e fazer comparação do namoro nos tempos antigos e o namoro na era da modernização, onde o dinheiro fala mais alto. Como já referimos o Administrador nunca fechou a rádio.

9.3 Embaixadora do Canadá visita inforsambila

Inforsambila... 1ª edição de Março de 2007

A embaixadora do Canadá em Angola, Roxanne Dubé visitou no passado dia 8 de Fevereiro, o novo Escritório da Associação Inforsambila, localizada no bairro da Mulemba, travessa da Tecnocarro. O objectivo da visita foi o de constar in loco como funciona a Associação que produz o único jornal do município e saber das dificuldades que enfrenta. No final da visita a mais entidade do governo Canadiano em Angola, gostou do que viu e ouviu e prometeu apoiar a iniciativa da organização fundada por jovens do Sambizanga. Acompanharam a visita da embaixadora, o director da DW o Sr. Allain Clain e Representante de outras ONG's que actuam em Angola. Por seu turno, a fundação Open Society outra organização que vai financiar o jornal do Sambizanga, fez deslocar ao escritório do Inforsambila o seu oficial de média SI. José Paulo para os acertos de como vai funcionar o projecto.

9.4 Encarregados de educação constroem duas salas de aulas

Inforsambila... 1ª edição de Março de 2007

Devido ao reduzido de vagas para este ano na escola N.º420, os encarregados de educação sentiram a necessidade de aumentar a escola, construindo duas salas no pátio da mesma.

A iniciativa partiu dos senhores Adão e André, que apresentaram a proposta ao director da referida escola, tendo este aceite a proposta dos encarregados, mas passando para estes toda a responsabilidade. Criada a comissão, que tem na pasta de finanças a Sra. Antónia, cada encarregado contribui com 2.000 kwanzas mais 15 blocos e uma pessoa da família para ajudar o trabalho das obras. Mas, terminada a construção não há dinheiro para rebocar e por tectos nas salas. Uma situação que está levantar serias questões, sobre o destino dos dinheiros, visto que não se comprou blocos nem precisou de mão de obra paga.

Ainda na escola 420, os encarregados de educação denunciam as cobranças no acto das matriculas e confirmações no valor de 100 kwanzas, quanto segundo o decreto da direcção provincial, as mesmas seriam gratuitas. Sobre isto tentamos ouvir o delegado municipal de educação Sr. Alfredo Leitão mas, devidas as chuvas não foi possível, o que prometemos fazer na próxima edição.

9.5 População do sambizanga afluem aos postos de registo

Inforsambila... 1ª edição de Março de 2007

O registo eleitoral, iniciado à 15 de Novembro do ano passado continua a ser o assunto de momento. No município do Sambizanga, apesar do aumento de dois postos, um no bairro Campismo e outro no Bairro Uíge, prefazendo seis, o número de pessoas nas filas continua justificando assim, o interesse que os cidadãos têm de cumprirem com o seu dever cívico. Enquanto isso, alguns cidadãos estrangeiros com documentação falsa tentam aproveitar adquirir a cidadania angolana através do cartão eleitoral. Mas atentos a estas infiltrações estão os brigadistas que utilizando o sistema informático sofisticado tem detectado os intrusos e encaminhando-os a polícia para o devido tratamento de acordo as sensações previstas na lei do registo eleitoral. O caso mais recente aconteceu na brigada 60255, onde um cidadão foi imediatamente levada a cela da 10ª esquadra da IIª divisão da Polícia, por apresentar um cartão de residência falso. Por isso fica o nosso conselho aos estrangeiros a não registarem/ se sob pena de verem as suas vidas complicadas.

9.6 Sida retratada em teatro

Inforsambila... 1ª edição de Março de 2007

O relógio marcava 19h30, quando a nossa reportagem chegou ao São Pedro da Barra, a convite do grupo teatral Ana Nguzu, para ver a peça com o título de quem é a culpa?

A peça retrata o drama de uma jovem estudante infectada com o vírus do SIDA e que é discriminada pelo próprio pai, ao ponto de ser expulsa de casa. A mãe não admite o comportamento do seu marido, e a situação gera conflito no lar, terminando com a mulher a matar o marido para de seguida matar/se também e deixar a filha em paz.

De resto, é uma história que retrata a estigma e a discriminação pelo que passam os portadores do HIV /SIDA. A peça foi assistida por centenas de pessoas

9.7 AEC Visita sinistrado do Cazenga

Ecos do Henda...01 à 15 de Junho -07

A direcção executiva da Associação das Escolas Comunitárias (AEC) em companhia do Presidente da Rede Municipal de Protecção à Criança, realizou uma visita de constatação do estado do campo e a inclusão de mais crianças na escola que naquele local foi montada

pela referida associação.

Munvuakiani Mbuta Pascoal, Presidente da Rede Municipal de Protecção à Criança, prometeu levar até ao local uma equipa de técnicos a fim de diagnosticar o estado de nutrição daquelas crianças. Fiúza Cardoso, coordenador do campo,- disse à este jornal o seguinte: "Temos contado com a visita de várias individualidades do governo local e central, como é o caso da visita de Sua Excelência Sr. João Lourenço, Vice-presidente da Assembleia Nacional bem como de alguns Administradores municipais e comunais.

Importa referir também; que recentemente recebemos a visita de uma delegação dop..LA que se fez acompanhar de algumas entidades do MINARS que ofereceram uma caixa de cartilha de educação cívica às crianças, dois quadros e 50 bancos para a escola do campo, de realçar que a direcção executiva da AEC ofereceu aos alunos uma caixa, que comporta no seu todo um total de 2.500 esferográficas" .

Aquele responsável disse ainda que além do campo acolher disse ainda que além do campo acolher sinistrados, também tem acolhido pessoas desamparadas que são encaminhadas ao MINARS.

O mesmo concluiu dizendo:

"O campo enfrenta vários problemas, como é o caso da falta de iluminação, de uma equipa médica a fim de tender os casos que surgem durante a noite.

Agradeço desde já o posto da polícia que foi montado cá; visto que estão sempre em prontidão de dia ou de noite para qualquer situação que possa acontecer.

A assistência médica e medicamentosa é feita de quando em vez pelas Irmãs do Sagrado Coração de Jesus, em parceria com as Caritas.

9.10 Petizes, solidarizam-se com crianças sinistrados

ecos do henda... 01 à 15 de junho de 2007

As crianças da escola comunitária Futuro do Amanhã, pertencentes ao projecto "Crianças Ajudando Outras Crianças" da referida escola, que está situada na comuna do Hoji-ya-Henda, doaram bens diversos às crianças sinistradas das chuvas no município do Cazenga, que se encontram alojadas no campo de Acolhimento da Poeira.

O coordenador do Campo, diz estar satisfeito com o gesto das crianças da escola Futuro do Amanhã, que vem celebrar o Dia da Criança Africana (16 de Junho) com as crianças do campo da poeira. "Encontram-se aqui muitas famílias que tinham uma vida normal.

O campo tem duas casas de banho feitas de chapas de zinco, um posto policial que dá segurança aos sinistrados dois postos de saúde, que infelizmente não funcionam e os doentes têm de ir até ao Centro da

Igreja Católica, Sagrado " Coração de Jesus, que se encontra nos arredores que tem garantido o tratamento dos populares.

Tem também um armazém onde guardamos os donativos recebidos em algumas organizações, e ainda 36 tendas que albergam 10 pessoas cada". Gonçalves Gongga, Director Executivo da escola e da AEC, disse que o projecto foi criado para ajudar as crianças desfavorecidas que se encontram no campo da poeira, trazendo para elas cadernos, lápis, lapiseiras, livros de várias classes, giz, mochilas, caixas de bolacha e algumas grades de gasosas.

O mesmo concluiu que "esta doação é visa acima de tudo comemorar com estas Crianças que são o futuro do amanhã o dia da criança Africana antecipadamente". Alguns sinistrados que ali se encontram pedem à quem de direito que os ajude, pois no campo falta de tudo.

Desde, televisor, rádio, alimentação e muita coisa que eles tinham, mas que infelizmente por ironia do destino a mãe natureza levou. Saliente-se de que as chuvas do dia 22 de Janeiro do ano em curso desalojaram no município do Cazenga, mais de 589 famílias.

9.9 Adultos, deixem de violentar, acusar, maltratar, explorar com trabalhos forçados e abusar sexualmente as nossas crianças

Ecos do Henda...01 á 15 de Junho - 07

Ecos do Henda: Que actividades foram agendadas para o mês da criança?

Manuel Francisco: Neste mês o INAC do Cazenga, em coordenação com a Administração Municipal, realizou as seguintes actividades: Em alusão ao Dia Internacional da Criança, fomos ao Centro Zuji, no município de Viana, com algumas crianças e isso esteve previsto para o dia 5.

No Dia Mundial do Ambiente, zemos a plantação de árvores no nosso município e realizamos palestras em algumas escolas, concretamente no dia 8, no qual falamos da delinquência infanto-juvenil.

Para o dia 14, realizamos outra palestra, subordinada ao tema "Violência Contra a Criança", onde convidamos o representante do Departamento da Família e Promoção da Mulher de adiantar, que as palestras decorreram no Complexo do Cazenga. Para o dia 15 também deste mês, algumas crianças visitaram a Administração Municipal do Cazenga e, no dia 16 todos participamos no acto de encerramento das actividades do Junho criança.

E. H.: Quais os principais problemas que as crianças do nosso município enfrentam?

M.F.: As crianças do nosso município enfrentam vários problemas. Mormente, a falta de registo de nascimento, o excessivo número de crianças fora do sistema normal de ensino, e tantos outros.

E. H.: Com base nestes problemas, qual é a intenção do INAC, como instituição que vela pela situação da criança.

M. F.: A nossa intenção é erradicar ou pelo menos, minimizar os problemas que as crianças enfrentam, e para tal contamos com o apoio de alguns parceiros como o Ministério da Educação, que tem enquadrado algumas crianças no ensino, e em relação ao registo de nascimento temos trabalhado com a 6a Conservatória do Registo Civil, que tem sabido dar o devido tratamento, dentro das suas possibilidades.

E. H.: O que pode dizer em relação a delinquência infanto-juvenil?

M. F.: É um problema que está a preocupar-nos a todos, porque não é apenas a nível municipal mas também provincial. Por isso no mês de Maio realizamos um seminário, no Palácio dos Congressos, onde foram abordadas estas questões, com o objectivo de procurar soluções para estancar este mal, que a ige toda população angolana. Posteriormente serão realizados seminários idênticos em todos os municípios de Luanda, na qual o município do Sambizanga será o primeiro e de seguida os restantes.

E. H.: Quanto a exploração de menores, existem crianças que são submetidas a trabalhos forçados?

M. F.: O INAC, como órgão que faz advocacia sobre as questões inerentes á criança, tem trabalhado nos mercados, por ser um dos locais onde temos visto mais crianças a fazerem estes tipos de trabalho, com maior realce ao carregamento de sacos maiores ao seu peso, á venda ao invés de irem à escola e muito mais.

Nestes casos, sensibilizamos as mães para não submeterem as crianças a trabalhos deste género, e realizamos palestras de sensibilização em alguns mercados do nosso município.

E. H.: Fale-nos da violência contra a criança?

M. F.: Este é outro mal que afecta a criança e, dentro do programa que estamos a executar com o MIN ARS e a Rede Municipal de Protecção a Criança, um dos pontos que queremos atacar é a violência contra a criança. Visto que"ultimamente, temos tido conhecimento através de fontes anónimas de diversos casos de violência e temos acompanhado com o apoio e a colaboração do Comando Policial da III Divisão.

N o que diz respeito a acusações de feitiçaria, temos ouvido muitos casos e algumas destas crianças cam desamparadas e são encaminhadas ao Lar Kuzola, com o nosso acompanhamento.

E. H.: Quais são os parceiros do INAC a nível do município do Cazenga?

M. F.: Os nossos, grandes parceiros no Cazenga são: O INARS, os Ministérios da Saúde e da Educação, a 6a Conservatória do Registo Civil, o Julgado de Menores, a APDCH, a AJACA, a LIDECA e outras organizações.

E.H.: Estes, têm vos apoiado?

M.F.: Sim, eles têm contribuído muito. Acima de tudo porque trabalhamos em colaboração.

E.H.: Como surgiu a Rede de Protecção e Desenvolvimento à Criança no Cazenga?

M.F.: A Rede Municipal de Protecção e Desenvolvimento à Criança, existe há três anos, se a memória não me engana. Mas o INAC a nível de Luanda e do nosso município, foram dando conta que a rede estava a enfraquecer. Foi então que no m do ano 2006, o INAC provincial criou um programa onde chamou a UNICEF para falar directamente com os Administradores Municipais com o intuito de revitalizar estas redes.

Após este encontro todos os municípios em particular o nosso, revitalizou a sua rede. A nível do Cazenga, os trabalhos prosseguem com base a um programa de acção.

E.H.: Qual é o apelo que deixa em relação a criança?

M.F.: O meu apelo vai aos adultos para que deixem de violentar, acusar, maltratar, explorar com trabalhos forçados e abusar sexualmente as nossas crianças. Aos Jovens, que deixem da delinquência infanto-juvenil porque essa não é a vida que se pretende para os nossos jovens, que são a força motriz de toda e qualquer sociedade.

E.H.: Caso alguém se depare com uma situação de violência contra a criança, onde é que se pode dirigir?

M.F.: Na Administração Municipal, nas Secções Municipal do MINAR C e do INAC, no Julgado de Menores (S.O.S.) e na esquadra mais próxima da sua residência.

9.10 Inqueritos sobre a situação da criança no cazenga

Ecos do Henda...01 à 15 de Junho-07

O Cazenga é um dos nove municípios que integram a

provincia de Luanda. O mesmo está organizado em 47 sectores correspondentes a 16 bairros. O inquérito abrangeu 66% (31) dos sectores, os considerados mais vulneráveis nas três comunas que integram o município nomeadamente Hoji-ha-Henda, Tala-hady e Cazenga popular. Para I selecção dos sectores teve-se como referência os seguintes critérios:

- Abrangência territorial;
- Sectores cujo acesso é difícil e por consequência, com maiores dificuldades de acesso aos serviços básicos essenciais
- Sectores em que existe um maior número de crianças a serem apoiadas por pessoas idosas;
- Sectores em que exista uma maior concentração de crianças;
- Sectores em que exista um maior número de crianças órfãs;
- Sectores com maior concentração populacional.

Constituição dos Agregados Familiares.

A constituição dos agregados familiares no município é caracterizada por famílias nucleares (pai, mãe, lhos) e maioritariamente por famílias alargadas (para além da família nuclear, integram outros parentes ou mesmo amigos). Nos 670 agregados familiares a situação é a seguinte:

25% (168) Das famílias inquiridas possuem um agregado familiar inferior a cinco pessoas;

75% (502) Possuem um agregado familiar igualou superior a cinco pessoas;

14% (91) Famílias possuem um agregado familiar superior a cinco pessoas (7 a 15 pessoas).

O Sustento da Família

o levantamento feito junto dos chefes de famílias e das crianças inquiridas em relação à responsabilidade de sustento da casa mostra que a gura do "pai" continua a desempenhar um papel preponderante nesta tarefa, mesmo nos casos em que o pai é desempregado e quem suporta todas as despesas é a mãe, substituindo-a quando esta vai a procura sustento dos lhos. Em cada comuna, zeram-se inquéritos a 670 chefes de família, 1.211 crianças perfazendo um total de 1.881 indivíduos inquiridos.

9.11 Fórum de sensibilização sobre o registo eleitoral

Ecos do Henda...01 à 15 de Junho de 2007

Com vista a participar da sensibilização, sobre o registo eleitoral, que é uma tarefa de todos os angolanos a Liga dos

. Jornalistas do Cazenga, realizou recentemente, pelas 9 horas, no salão de reuniões do Marco Histórico do 4 de Fevereiro, no município do Cazenga, um fórum de sensibilização sobre o Registo Eleitoral.

Luís Fortunato, representante do Conselho Juvenil de Luanda, fez o discurso de abertura, frisando a importância do evento e do registo eleitoral em particular.

Já o Presidente da Liga, Hele Bessa, que também é jornalista, apresentou os objectivos do fórum.

O evento teve como suporte os seguintes temas:

100 papel social das empresas para o desenvolvimento do município no contexto eleitoral, 20 processo eleitoral no contexto religioso, 30 a papel da sociedade civil no processo eleitoral e metodologias sobre a sensibilização para o êxito do registo eleitoral.

A 10 tema foi dissertado pelo Sr. Samuel Chaves, representante da empresa ANCO INDUSTRIAL, que convenceu os presentes dizendo que os empregadores devem permitir que os trabalhadores façam o seu registo, concedendo os tempo para o efeito, ou então os postos de registo devem estar próximo ou dentro das instituições de formas a facilitar o processo.

No 2º tema, que foi o processo eleitoral no contexto religioso, o orador foi o Sr. Paulo Bento, representante da Igreja IUSEFIA que ressaltou sobre o papel da Igreja no contexto eleitoral e a actuação da mesma nos aspectos sociais, como o de transmitir mensagens de paz, sensibilizar sobre a educação cívica para o registo eleitoral.

O mesmo afirmou também, que as igrejas não devem ter o conceito ou pensar que, o processo eleitoral é simplesmente uma questão política e que só os políticos devem com ela preocupar-se e, as igrejas não devem relacionar-se a isso, é errado assim pensar, porque é bíblico que as igrejas devem ter uma relação com o seu governo.

E os líderes religiosos devem sensibilizar os crentes para aderirem em massa aos postos de registo eleitoral, como salientou Um dos participantes do evento à luz das Sagradas Escrituras "Todo o governo é instituído por Deus, por isso devemos obedecer as autoridades, exercendo o nosso dever cívico, isto é fazendo o registo eleitoral".

E concluiu recordando o apelo feito pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE): "Às igrejas, devem apoiar sensibilizando a comunidade religiosa e não só".

Quanto ao 3º tema, foi discursado pelo representante do Conselho Municipal Juvenil do Cazenga, e soaram algumas recomendações por parte do orador para obter êxitos no processo eleitoral, como o de promover os

direitos humanos, como sendo a democracia um dos factores que facilita este processo numa sociedade e, deve-se ter em conta a língua predominante na localidade de actuação, devendo desta forma não incitar ou in uenciar os eleitores à votarem para determinados partidos, e também devem s calizar o processo eleitoral.

Os participantes ao encontro, após vários debates, iniciaram por agradecer a iniciativa da Comissão Directiva da Liga, em organizar este evento que contou com a participação de 60 elementos, dentre eles jornalistas, representantes de algumas Igrejas, ONG's e empresas do município.

Com base no discutido, os presentes concluíram e recomendaram o seguinte:

Que as organizações a nível do município intensifiquem o seu engajamento no processo de educação cívica;

Que seja reforçada a capacidade material e não só das organizações que estejam envolvidas neste processo;

Que o uso das línguas nacionais é um contributo durante a campanha de sensibilização dos cidadãos para o registo eleitoral;

Que a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) a nível do Cazenga, promova encontros com a sociedade civil, com o intuito de se proceder uma discussão profunda sobre o processo de educação cívica e não só no município;

A necessidade de se reforçar a parceria entre a sociedade civil e o governo local;

A intensificação e inserção da cultura no processo de educação cívica;

A criação dos mecanismos de intervenção para apoiar as organizações e associações de maneiras a desempenharem condignamente as suas imensas tarefas;

Que o Conselho Provincial da Juventude de Luanda, trabalhe a ncadamente na promoção e expansão do associativismo juvenil a nível de todos os municípios;

E solicitaram ao Governo Provincial de Luanda (GPL), no sentido de reforçar a capacidade institucional do Conselho Provincial da Juventude de Luanda, no cumprimento destas tarefas, bem como a realização de campanhas de educação cívica, porta à porta.

9.12 kitanda de sensibilização e prevenção

Ecos do Henda... 01 à 15 de Junho de 2007

Em alusão a semana de ré e xão sobre a criança realizou-se na comuna do Hoji-ya-Henda uma feira de sensibilização contra a cólera e o VIH/Sida denominada "Kitanda", a actividade contou com várias individualidades ligadas as secções municipais e organizações da Sociedade Civil.

O evento subordinado ao lema "Crianças em todo mundo têm os mesmos direitos", foi iniciativa da Rede Municipal de Protecção à Criança, contou com o nascimento do UNICEF e o apoio da Aliança para Promoção e Desenvolvimento Comuna do Hoji-ya-Henda (APDCH) em parceria com várias organizações não governamentais, nomeadamente: Rede das OCB' s, União Cristã Feminina (UCF), Centro de Informação e Desenvolvimento Comunitário (CIDC), Núcleo Estudantil do Colégio Flomin (NECF), Agrupamento n.º 152 de Escuteiros do Centro Pastoral de São Francisco de Assis, Movimento Espontâneo Mãe Preta (MEMP), Núcleo de Protecção à Criança do Hoji-ya-Henda (NPCH), Associação das Escolas Comunitárias (AEC), Associação para o desenvolvimento e Bem Estar da Comunidade Angolana (ADBECA) e ACACN.

Maria Madalena Gabriel Vicente, Administradora Comunal do Hoji-ya-Henda, em visita ao local gostou do que viu e disse:

"Agradeço desde já o gesto da sociedade civil por lembrar que a criança não pode ser deixada I de fora, visto que ela é o futuro de qualquer sociedade e constitui prioridade absoluta.

Juliana Feliciano, coordenadora da actividade, disse à nossa reportagem que o objectivo da Kitanda é levar ao conhecimento da população e da criança em particular, as consequências que as doenças têm vindo a causar no seio das famílias e não só.

A mesma salientou também que "a criança é uma das que mais sofre na sociedade e, nesta semana de re exão, pretendemos redobrar os esforços na sensibilização e divulgação das formas e mecanismos de prevenção da cólera e do H/V/ Sida ", concluiu.

De salientar que a actividade foi animada com a exibição de peças de teatro, danças, mensagens de prevenção e sensibilização sobre a cólera e HIV /Sida, bem como a distribuição de panfletos, cartazes, preservativos e a solução mãe (liquido para desinfectar a água.

9.13 Água uma necessidade vital

Inforsambila... 15 à 30 de julho-07

Sambizanga inteiro, cá estamos nós, para como sempre

lhe trazer o relato de eventos e factos que mobilizam o nosso município. Este município onde nasceram grandes

homens do mundo do desporto, cultura, política, etc.

Nesta edição procuramos centrar a nossa atenção a questão da agua que, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (viena 1993) é uma necessidade vital para a comunidade humana, e que por isso deve ser elevada a categoria de direito universal inerente a todos os seres humanos.

A melhoria na qualidade e no acesso a este liquido, nos bairros como sambizanga, é fundamental, aliás é um dos objectivos do desenvolvimento do milénio que, Angola talvez não venha a atingir pela forma despreocupada como tem encarada a questão. A população de Luanda é estimada em mais de 4 milhões de habitantes, dos quais apenas 30% tem acesso ao sistema de abastecimento do precioso líquido e cerca de 70% é servida por cisternas privadas que oferecem um serviço irregular, água não tratada e a custo elevado.

Acompanhe a realidade do acesso a água no nosso município, no trabalho dos nossos reportes e saiba que dentro de dias voltaremos com outras da actualidade.

Até lá boa leitura e um abraço de toda equipa.

9.14 Administração municipal reflete sobre criminalidade

Inforsambila... 15 à 30 de julho-07

Depois do encontro provincial sobre criminalidade e delinquencia junvenil, agora é a vez dos municípios. No Sambizanga o encontro de reflexão foi realizado no dia 30 de junho, no Miramar o mesmo juntou membros das comissoes de moradores asociações juvenis e outras forças vivas do municipio e, e contou com as presenças do governador da provincia de Luanda Job Capapinha e Divaldo Martins, porta voz da polícia nacional.

Muitas são as recomendações saídas do encontro que prometemos elaborar com mais profundidade na proxima edição.

9.15 Água uma necessidade vital

Inforsambila 15 à 30 de julho 07

Sambizanga inteiro, cá estamos nós, para como sempre lhe trazer o relato de eventos e factos que mobilizam o nosso município. Este município onde nasceram grandes

homens do mundo do desporto, cultura, política, etc.

Nesta edição procuramos centrar a nossa atenção a questão da agua que, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (viena 1993) é uma necessidade

vital para a comunidade humana, e que por isso deve ser elevada a categoria de direito universal inerente a todos os seres humanos.

A melhoria na qualidade e no acesso a este líquido, nos bairros como sambizanga, é fundamental, aliás é um dos objectivos do desenvolvimento do milénio que, Angola talvez não venha a atingir pela forma despreocupada como tem encarada a questão. A população de Luanda é estimada em mais de 4 milhões de habitantes, dos quais apenas 30% tem acesso ao sistema de abastecimento do precioso líquido e cerca de 70% é servida por cisternas privadas que oferecem um serviço irregular, água não tratada e a custo elevado.

Acompanhe a realidade do acesso a água no nosso município, no trabalho dos nossos reportes e saiba que dentro de dias voltaremos com outras da actualidade. Até lá boa leitura e um abraço de toda equipa.

9.16 Administração municipal reflete sobre criminalidade

Inforsambila 15 à 30 de julho 07

Depois do encontro provincial sobre criminalidade e delinquência juvenil, agora é a vez dos municípios. No Sambizanga o encontro de reflexão foi realizado no dia 30 de junho, no Miramar o mesmo juntou membros das comissões de moradores associações juvenis e outras forças vivas do município e, e contou com as presenças do governador da província de Luanda Job Capapinha e Divaldo Martins, porta voz da polícia nacional.

Muitas são as recomendações saídas do encontro que prometemos elaborar com mais profundidade na próxima edição.

9.17 Derrube de casas chega à petrangol

Inforsambila... 15 à 30 de Agosto de 2007

A estrada directa dos kwanzas, situada no bairro petrangol, a mesma está a merecer obras de melhoramento. Como consequência, todas as residências que estão a berma da estrada até 26 metros, estão a ser demolidas, constatou o INFORSMBILA no local. Na hora em que a nossa reportagem chegou na petrangol, encontrou 10 caminhões do governo da província de Luanda, prontos a transportar as pessoas afectadas para a SAPÚ, Município de Viana.

No rosto do desalojados era visível os choros mas, a nossa fonte, disse ser uma necessidade o alargamento da estrada que vai dar até a rua Ngola kiluanje.

Outra estrada que está a beneficiar de obras é a que sai da administração comunal do Ngola kiluanje e vai até ao mercado dos kwanzas, passando pelo Embondeiro no bairro Marconi, o que significa dizer que, as pessoas que tem residências neste perímetro terão o mesmo destino o de sentir igualmente o peso do martelo demolidor do GPL.

9.18 Há produtos caducados no nosso mercado

Inforsambila... 15 à 30 de Agosto

Fazer compras no mercado informal, vulgo praças, pode ser mais barato e rápido mas tem as suas consequências. Nos últimos dias esta a circular produtos fora do prazo de consumo, nestes mercados, como o leite condensado MOÇA que expirou em 20 de Agosto de 2007 e alguns pacotes de COMPAL.

Mas, na procura do lucro fácil, algumas vendedoras, continuam a comercializar estes produtos sem pensar nas consequências que podem provocar a saúde humana. Foi o que constatamos no mercado TIRA BRINCO, leite moça o a ser vendido, como ilustra a nossa imagem. Perante esta ignorância nosso conselho vai para todos os municípios, no sentido de verificarem a data de validade antes de comprar qualquer produto.

9.19 A proliferação das seitas religiosas

Inforsambila... 15 à 30 de Agosto de 2007

Nos últimos anos são muitas as Igrejas que nascem como cogumelos de noite para dia sem estruturas físicas para os seus cultos) fazendo barulho a vizinhança) poluindo o ambiente) e muitas destas sem reconhecimentos jurídico. Outras ao invés de promover os bons valores e a pacificação dos espíritos) pedem aos seus irmãos já pobres à venderem o pouco que tem) para segundo dizem) Deus os abençoar e mudar de vida.

Esta prática de certas ceitas tem contribuído na desgraça de muitos e na elevação do número de dementes e pessoas com trombozes) que hoje assistimos por não atingirem o que esperavam. Perante estas situações o Governo da Província de Luanda) criou uma comissão multi-sectorial, para regular o funcionamento destas seitas e evitar a sua proliferação. Em sua opinião o que acha sobre esta medida? O Governo deve ou não regular as chamadas Igrejas de quintais???"

Carolino dos Santos,

O Estado está a fazer confusão, mas em todo caso defendo que as legalizadas devam continuar e as outras a culpa é do próprio Estado, através dos ministérios da cultura e justiça que levam 5 anos para oficializar uma Igreja.

Julião Januário, Defende que aquelas que não estão legalizadas não devem de facto exercer actividades, até a sua oficialização. Agora, as já legalizadas essas podem, pois há que se pôr ordem. Mas adverte que a lei constitucional angolana separa as actividades das Igrejas as do Estado. Sobre as reuniões de quintas o Jovem reprova.

O bispo de Viana, Dom Joaquim ferreira Lopes, ouvido pela nossa reportagem, também critica o crescimento das igrejas de quintais que segundo disse, em nada contribuem na moralização da sociedade.

Adriano Jaime, de facto há muitas igrejas que aparecem de dia para noite mas, apesar de eu não conhecer a lei que regula as igreja, sei que há separação entre a actividade do Estado e das Igrejas ou seja Segundo a nossa constituição, Angola é um Estado laico.

Contudo, não sou a favor da proliferação das igrejas mas este não é o momento exacto para se falar em acabar com algumas igrejas, visto que estamos a nos preparar para as eleições, pode provocar frustração.

José Segunda: e um morador do bairro da pedreira. Para este, as igrejas são livres de exercerem as suas reuniões ou culto desde que estejam devidamente registadas pelo Estado e com todas as condições reunidas em termos de estrutura para não incomodar a vizinhança ou poluir o ambiente como os gritos que temos assistido em quase todos os cantos.

9.20 Acção angolana precisa de apoios

Inforsambila...15 á 30 de Agosto de 2007

Acção Angolana dos Técnicos de Laboratório Clínico para o Desenvolvimento comunitário (A.A.T.L.C.), é uma organização não governamental de âmbito nacional, situado no município do Sambizanga comuna do Ngola Kiluanje, bairro Uige fundada no dia 15 de Fevereiro de 1996 foi legalizada pelo ministério da justiça como consta no diário da republica nº 32, IIIº série de sexta-feira 11 de Agosto de 2000. Também encontra-se filiada ao FONGA, ANASO, Rede Eleitoral, e na Liga das Organizações Civis do Ngola Kiluanje.

A associação em referência tem organizado diversas actividades de âmbito social, tais como: Seminários de capacitação dos técnicos de saúde do sector privado, reflexões sobre o combate VIH SIDA e campanhas de sensibilização e prevenção das comunidades sobre ITS. A organização, conta com um centro de formação profissional, que tem contribuído no combate a pobreza, a prostituição, delinquência juvenil e na promoção da ocupação dos tempos livres. O centro é frequentado por cerca de duzentos e setenta e dois alunos por cada ciclo de formação. formados em matérias de informática, pastelaria, culinário, decoração, electricidade, inglês e secretariado empresarial.

O mesmo surgiu com o objectivo de contribuir na construção do homem e no desenvolvimento das comunidades de base e, a sua sustentabilidade é assegurada pela contribuição dos próprios alunos. A organização enfrenta várias dificuldades, onde podem ser destacadas, a falta de equipamentos, falta de patrocínio para o fortalecimento e desenvolvimento das suas actividades e falta de verbas para aquisição de material, etc. O Inforsambila apurou de fontes ligadas a organização que estão a espera de um financiamento do Fundo Canadiano para o Desenvolvimento, o qual desconhece o valor. Nesta senda o fundo fez deslocar uma equipa aos escritores da AAT.L.C, para uma visita de auscultação. Depois de aturados debates, o Senhor Willy Piassa, um dos homens mais fortes do fundo, deixou transparecer alguma esperança de financiamento.

9.21 Ong"s precisam mais apoios

Inforsambila... 15 á 30 de Agosto de 2007

Na intenção de levarmos ao nossos leitores a realidade das organizações da sociedade civis sedeadas no Sambizanga, a nossa reportagem esteve no sector 3, Bairro da Lixeira, junto ao prédio dois (2) irmãos, onde encontramos a ONG Prosama onde conversou com o secretario geral Papi, nas notas explicativas destes, ficamos a saber que PROSAMA é uma organização baseada no programa de socorro e assistência médica e alimentar é de âmbito nacional mas encontra-se apenas nas províncias do Bengo e Luanda. A organização que foi criada em 2003 e tem como linha de acção a agricultura e pecuária, saúde e educação, etc. Encontra-se neste momento a trabalhar no projecto de agricultura e pecuária, isto na província do Bengo, onde possui uma quinta de plantação de banana e, na saúde e educação em Luanda. Com um centro médico e uma escola de Iº, IIº e IIIº níveis.

O Centro Medico esta situado bairro da lixeira tem prestado serviço a comunidade de consulta e tratamento gratuito para criança dos zero (0) aos seis (6) anos, a idosos e outras pessoas carente desde que sejam bem identificadas como tal.

A organização é composta fundamentalmente por técnicos médio de saúde, que diariamente dão o seu máximo para ajudar à Comunidade, sem fim lucrativo (por amor a camisola) e uma doutora que é solicitada em casos específicos.

Quanto a sobrevivência, a Prosama é sustentada por seus integrantes e pelos projectos que eles possuem. Para aquele responsável o estado clínico da comunidade é bastante satisfatório em relação ao que era quando começamos com o projecto, Uma vez que a Prosama tem trabalhado na sensibilização e educação da população na questão da prevenção e não apenas tratar, se terem em conta que prevenir custa menos que tratar uma patologia disse.

Questionado com as dificuldades com que se debate a organização Papi disse que é basicamente financeira e para colmatar a tal situação, várias foram cartas dirigi das para entidades nacionais e internacionais, que nunca tiveram êxito. Pois embora, a sua relação com administração local seja boa, este só apoia algumas vezes quando é parte do projecto, assim como campanha de vacinação, capacitação de activistas em VIH/SIDA etc., etc.

Em jeito de recomendações o nosso interlocutor, pede as organizações internacionais e a entidades governamentais que apõem as ONG'S, quer de âmbito local como nacionais, para que de facto tenham um desenvolvimento mais activo que possam contribuir no crescimento das suas comunidades e do pais em si.

9.22 Comité de águas sem água para dar a população

Inforsambila... 15 à 30 de Agosto de 2007

A associação do comité de água para o progresso comunitário (ACAPC) é uma organização não governamental de âmbito local, que tem a sua sede no bairro ossos, foi constituída em 2002, legalizada em 2004.

A criação desta organização foi motivada pela DW, (Development Workshop), através do projectos de águas e saneamento e pelo lema: "deixar de crescer é morrer". A ACAPC, tem a seu controlo hoje cerca de vinte e quatro chafarizes que estão em pleno funcionamento, todos confinados nos bairros ossos,

val saroca, campismo e Nguanã.

A ONG que estamos a citar, não construiu apenas chafarizes, fez também creches no quadro do programa infantil comunitário (PIC), uma delas esta localizada no Siloé, alem disso trabalha no campo de preservação do ambiente.

Segundo o que apuramos junto da associação, para a construção dos fontenários não contam com apoio de nenhuma instituição, mas apenas com a contribuição da população que paga por cada bidom de vinte e cinco (25) litros cinco (5)

kwanzas. O dinheiro arrecadado, é distribuído da seguinte forma: 30% para a EPAL, 25% para o Fundo de Manutenção dos Chafarizes e Construção de Outros, enquanto que 10% vão para a administração da comuna do Ngola Kiluanje, na qualidade de dona dos terrenos, 25% é dirigido as pessoas que controlam os fontanários. Mas, segundo a associação os 10% da administração deveriam servir para o embelezamento dos lugares e os últimos 10% servem para comprar alguns equipamentos administrativos da referida associação.

Associação explica ainda que, sempre que se verifica uma avaria no canal de transportação, informam a EPAL que nunca respondeu de imediato. Na altura este trabalho, informaram-nos que estava a se completar um mês sem jorrar água nos chafarizes, devido a uma avaria no canal de transportação na zona da 7a avenida, uma situação que já deram a conhecer a EPAL, empresa publica.

9.23 ONG'S precisam mais apoios

Inforsambila...15 à 30 de Agosto-07

Na intenção de levarmos ao nossos leitores a realidade das organizações da sociedade civis sedeadas no Sambizanga, a nossa reportagem esteve no sector 3, Bairro da Lixeira, junto ao prédio dois (2) irmãos, onde encontramos a ONG Prosama onde conversou com o secretario geral Papi,. nas notas explica tivas des tes, ficamos a saber que PROSAMA é uma organização baseada no programa de socorro e assistência médica e alimentar é de âmbito nacional mas encontra-se apenas nas províncias do Bengo e Luanda. A organização que foi criada em 2003 e tem como linha de acção a agricultura e pecuária, saúde e educação, etc. Encontra-se neste momento a trabalhar no projecto de agricultura e pecuária, isto na província do Bengo, onde possui uma quinta de plantação de banana e, na saúde e educação em Luanda. Com um centro médico e uma

escola de 1º, HO e lHo níveis.

O Centro Medico esta situado no bairro da lixeira tem prestado serviço a comunidade de consulta e tratamento gratuito para criança dos zero (0) aos seis (6) anos, a idosos e outras pessoas carente desde que sejam bem identificadas como tal.

A organização é composta fundamentalmente por técnicos médio de saúde, que diariamente dão o seu máximo para ajudar a comunidade, sem fim lucrativo (por amor a

camisola) e uma doutora que é solicitada em casos específicos. Quanto a sobrevivência, a Prosama é sustentada por seus integrantes e pelos projectos que eles possuem. Para aquele responsável o estado clínico da comunidade é bastante satisfatório em relação ao que era quando começamos com o projecto, Uma vez que a Prosama tem trabalhado na sensibilização e educação da população na questão da prevenção e não apenas tratar, se terem em conta que prevenir custa menos que tratar uma patologia disse.

Questionado com as dificuldades com que se debate a organização Papi disse que é basicamente financeira e para colmatar a tal situação, várias foram cartas dirigidas para entidades nacionais e internacionais, que nunca tiveram êxito. Pois embora, a sua relação com administração local seja boa, este só apoia algumas vezes quando é parte do projecto, assim como campanha de vacinação, capacitação de activistas em VIH/SIDA etc., etc.

Em jeito de recomendações o nosso interlocutor, pede as organizações internacionais e a entidades governamentais que apõem as ONG'S, quer de âmbito local como nacionais, para que de facto tenham um desenvolvimento mais activo que possam contribuir no crescimento das suas comunidades e do pais em si.

9.24 O dia á dias da estrada "Cuca/Kikolo"

Ecos do Henda...01 à 15 out -07

Um camiãõ de marca Volvo F12, com a chapa de matricula LDX-82-24, capotou recentemente na avenida Ngola Kiluanji, por volta das 22 horas e 30 minutos, quando fazia o percurso, fãbrica da Cuca ao armazem da Teho Comercial, nas imediações da Mabor General.

As más condições da via é o principal causador deste e outros acidentes que se registam na estrada direita da Cuca ao Kikolo, como referiu o Sr. Luís Paulo, responsável que se fazia transportar na referida viatura: "Vínhamos carregados da fãbrica da Cuca com 2100 grades cheias de cerveja da mesma marca e quando chegamos aqui, apõs o cruzamento do mercado dos Kwanzas, sentimos uma ligeira inclinação na viatura e,

achamos por bem não continuar o trajecto, visto que a estrada está cheia de areia e seria um risco não só para nós que nos fazíamos acompanhar da viatura, também para os carros que estavam a circular na outra faixa, bem como para aqueles que se encontravam a beira da mesma. Neste instante, o motorista desligou a viatura e fomos então a busca de uma outra viatura para descarregarmos algumas grades e assim conseguirmos então solucionar o problema. Infelizmente, não fomos a tempo e a viatura acabou por virar. Tivemos uma perda de 220 grades, incluindo cinco ou seis que a população saqueou, não obstante termos tido já no local algum pessoal de protecção da empresa.

Aproveito a oportunidade para deixar aqui um grande apelo aos responsáveis do município e desta comuna de modo particular, que velem um pouco por esta população, porque além de termos os camiões a cair nas vias, tornando-se assim num grande perigo para os de táxis e automobilistas, temos também o problema da poeira que vai afectando diariamente muitas pessoas contribuindo desta forma na proliferação das doenças respiratórias.

Por favor, diminuam a areia, alisem e, se possível borrifem ou melhor, molhem diariamente a estrada, há tanta água, nas ruas, na lagoa de São Pedro, nas Mabubas e até mesmo no Kifangondo, a estrada está muito mal".

MiJengue Domingos Paulino, um jovem que faz da paragem de táxis da Mabor o seu posto de trabalho, recauchutando pnéus e soldando bancos, é da mesma opinião e vai mais longe dizendo:

"O bom é que na altura não vinha nenhum desses taxistas que gostam de dar mbayas «ultrapassagens arriscadas», porque senão haveria uma catástrofe.

A estrada está cheia de areia e, diariamente podemos ver mais de dez carros enterrados, sejam eles, ligeiros ou pesados. O outro grande problema que enfrentamos aqui é a poeira, porque desde que nos meteram essa areia vermelha aqui, passamos muito mal, se nós que trabalhamos aqui sentimos isso, não imagino os que vivem aqui! É algo que cada um poderá analisar e tirar então a sua conclusão".

Importa referir que a viatura em causa permaneceu no local do acidente três dias, criando desta forma muito engarrafamento e aumentando mais transtornos para os utentes da via pública e criando assim inúmeros riscos à vida humana.

Lembremo-nos que se avizinha a época chuvosa e o nosso município é muito afectado, principalmente porque as nossas estradas estão sempre esburacadas e cheias de areia, provocando assim o episódio vivido pela população na época passada: lamaçais ao longo da estrada e a constante ausência de táxis da Cuca ao Kikolo.

9.25 Administradora apela: "jovens devem manter uma postura madura"

Ecos do Henda... 01 à 15 out-07

O Fórum das Organizações Não-Governamentais de Angola (FONGA), realizou recentemente, na comuna do Hoji- Ya-Henda, um seminário sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, em parceria com a Aliança para Promoção do Desenvolvimento da Comuna do Hoji- YaHenda (APDCH).

O seminário enquadra-se no projecto RECI-DESC (Responsabilidade aas Empresas e da Cooperação Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais) e comportou três painéis nos quais foram debatidos temas Como "Direitos Humanos", "Direitos Cívicos e Políticos", "Direito a Habitação e a Saúde", "Direito ao Trabalho e a Segurança Social", "Direito a educação e cultura de salientar que o acto de abertura foi presidido pela administradora da comunal do Hoji- Ya-Henda, Maria Madalena Gabriel Vicente, que agradeceu a confiança manifestada pela da organização e o convite. Ao longo da sua intervenção, a governante fez referências ao impacto e à relação com aquilo que sempre foi a cultura dos angolanos e a sua influência e importância que hoje carregam, nesta era da globalização, em que o homem deve acompanhar as mudanças, afim de conhecer os seus direitos.

Maria Madalena, enalteceu a capacidade da APDeR em organizar eventos do género e do FONGA, por este se preocupar com o desenvolvimento do Cazenga e do Hoji- Ya-Henda em particular.

Murielle Mignot, coordenadora do projecto, que na ocasião formou cerca de 40 elementos, desde líderes locais e jovens, disse que, a formação correspondeu a expectativa, visto que os participantes estiveram à altura. Afirmou ainda, que os mesmos poderão retomar, dentro de pouco tempo, para continuarem com a segunda fase da formação. De referir, que o mesmo projecto teve início em Maio de 2006 e prevê-se o seu término no fim do ano de 2007.

Consta que o mesmo já foi implementado em várias localidades, tais como Malanje, Soyo e Luanda e teve como ponto de partida o município de Cacuaco.

Gomes José João da Silva, um dos formados, mostrou-se satisfeito com o gesto, "não por ter participado, mas por adquirir outros conhecimentos que muito ajudarão na resolução e solução de certos problemas pessoais e da comunidade em si".

Por sua vez, Neusa Samuel Garcia garantiu que a formação foi bastante proveitosa, porque permitiu uma boa compreensão entre os formandos e os formadores. "Desde já, espero transmitir a experiência aos meus municípios" - assegurou. A incansável Maria Madalena

Vicente, em nome do Administrador Municipal, encerrou a formação que durou três dias. A administradora apelou aos recém formados a manterem uma postura madura e uma aplicação competente, para dignificar o FONGA e a APDCR. "Os conhecimentos ora adquiridos não serão apenas para o benefício pessoal, mas para o país e a formação sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais é um contributo positivo, numa era em que estamos numa governação participativa" - concluiu.

9.26 Municípios promovem debates sobre criminalidade

Ecos do Henda... 01 à 15 out-07

Os participantes ao primeiro encontro sobre "criminalidade e delinquência juvenil" no município do Cazenga, manifestaram a necessidade de realização de encontros permanentes do género, com vista a encontrar alternativas de combate ao fenómeno.

Os mesmos concluíram que é necessário prestar maior atenção a formação do pessoal ligado à área de menores em conflito com a lei e à realização permanentes

debates sobre a criminalidade e a delinquência infanto-juvenil.

Por outro lado, defenderam a criação de grupos de trabalho, para a educação da população, bem como um estudo sobre as razões deste mal que aflige a comunidade. O comunicado faz igualmente referência á necessidade da conjugação de esforços, para o alargamento das brigadas escolares em toda extensão do município e a participação de Organizações Não-Governamentais (ONG's) no processo de educação cívica, moral e de desintoxicação dos jovens. A reposição da iluminação pública em todas as vias, para facilitar o trabalho da Polícia Nacional, consta das conclusões finais do encontro.

O evento, que foi assistido pelo governador provincial de Luanda, Job Castelo Capapinha. Sob o lema: "Restabeçamos a ordem pública, combatendo a anarquia ", constitui uma oportunidade impar para os habitantes do município, para a discussão de questões ligadas à criminalidade e delinquência juvenil. De igual modo, serviu para elaborar propostas, tendentes a elaboração de políticas de segurança pública dos municípios. De salientar, que o município do Cazenga tem uma população estimada em cerca de um milhão e 500 mil habitantes, distribuídos em três comunas, nomeadamente, Cazenga Popular, Tala-Hadi e Hoji- Ya-Henda

